GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

Livro de Transição

Secretaria de Logística e Transportes | ***SELT***

Governo do Estado
do Rio Grande do Sul

2023-2026

Sumário

Apresentação 03

Seção I – Secretaria de Logística e Transportes (SELT) 04

- Contextualização 04
- Organograma 06
- Áreas de assessoramento e apoio à gestão 06
- Programas, resultados e agenda de continuidade 21

Seção II – Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (Daer) 81

- Contextualização 81
- Organograma 82
- Áreas de assessoramento e apoio à gestão 82
- Programas, resultados e agenda de continuidade 83

Seção III – Empresa Gaúcha de Rodovias (EGR) 101

- Contextualização 101
- Organograma 102
- Áreas de assessoramento e apoio à gestão 102
- Programas, resultados e agenda de continuidade 103

Seção IV – Portos RS 110

- Contextualização 110
- Organograma 112
- Áreas de assessoramento e apoio à gestão 112
- Programas, resultados e agenda de continuidade 114

Encerramento 165

Apresentação

Elaborado com o propósito de reunir e sistematizar informações essenciais sobre a atuação dos órgãos e entidades do Governo do Estado do Rio Grande do Sul no período de 2023 a 2026, o Livro de Transição organiza referências para a transparência, a continuidade administrativa e a qualificação do processo de transição governamental.

O documento apresenta à próxima gestão um panorama objetivo da estrutura e das competências institucionais, das principais frentes de atuação, dos programas, projetos e ações desenvolvidos, dos resultados alcançados e dos temas que demandam acompanhamento e continuidade.

Ao reunir informações estratégicas sobre iniciativas em execução, orçamento, contratos, licitações, obras, riscos, prazos e decisões prioritárias, subsidia a tomada de decisão no início do próximo ciclo de gestão, com especial atenção aos primeiros 100 dias.

Constitui, ainda, instrumento de memória institucional, contribuindo para preservar o conhecimento organizacional e assegurar a continuidade das políticas públicas e dos serviços prestados à sociedade.

Seção I – Secretaria de Logística e Transportes (SELT)

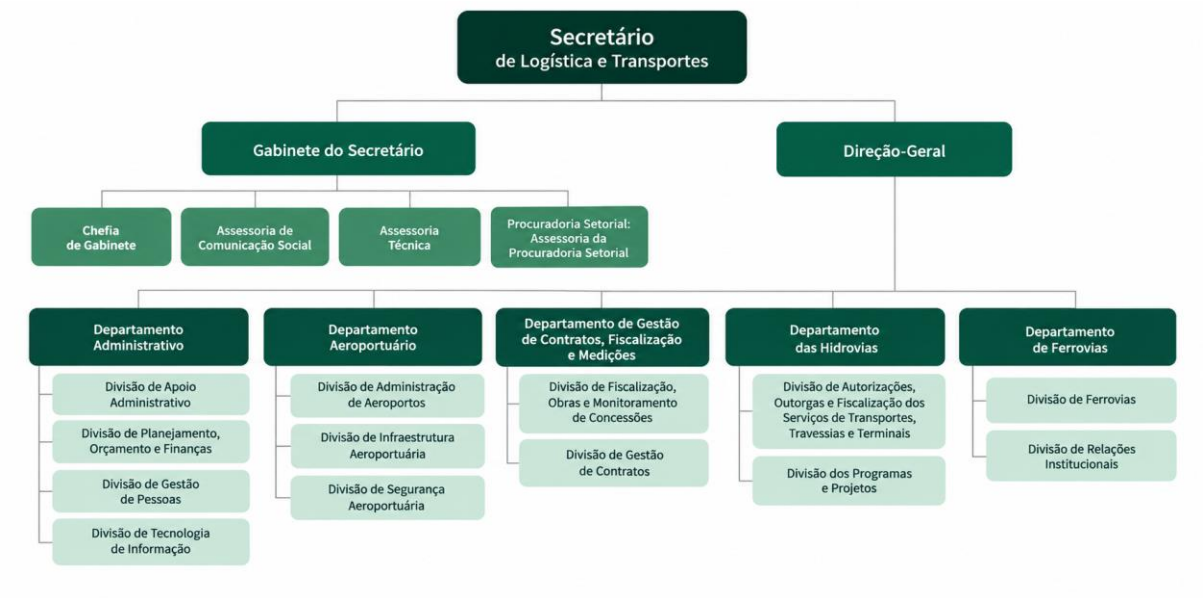
Contextualização

IDENTIFICAÇÃO	
Nome e sigla	Secretaria de Logística e Transportes (SELT)
Site	www.transportes.rs.gov.br
Endereço	Avenida Borges de Medeiros, nº 1555 - 13º Andar Bairro Praia de Belas – Porto Alegre/RS CEP: 90110-150
Base legal	DECRETO Nº 54.698, DE 15 DE JULHO DE 2019.
Vinculadas (se houver)	Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem – Daer Empresa Gaúcha de Rodovias – EGR Portos RS
Competências legais	I - estabelecer a política de transportes do Estado compatibilizando as suas iniciativas com as demais áreas da Administração Pública Estadual; II - realizar projetos, estudos e iniciativas que colaborem na melhoria da logística e dos meios de infraestrutura e transporte possibilitando ao usuário os meios de locomoção social e economicamente mais adequados; III - aprimorar os mecanismos de transporte visando compatibilizar os investimentos do setor público e as diferentes modalidades para agregar qualidade ao sistema de transporte estadual; IV - explorar e administrar aeroportos, aeródromos e heliportos no Estado, mediante delegação, concessão ou autorização do Ministério da Aeronáutica; V - apreciar e deliberar sobre assuntos relativos à política, planejamento, coordenação e integração dos sistemas de transportes do Estado; VI - negociar e firmar convênios, acordos, contratos e ajustes, bem como outros instrumentos que interessem ao setor de transportes do Estado, com quaisquer pessoas de direito público ou privado, conforme diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão; VII - operar adequadamente os serviços de transportes e de terminais, neles incluídos o rodoviário de passageiros, o metroviário, o ferroviário, e o hidroviário zelando pela qualidade, segurança e eficiência desses serviços, quando concedidos, segundo qualquer modalidade de direito permitida, à iniciativa privada; VIII - elaborar e implementar políticas públicas para transporte de média e grande capacidade, conforme previsão da Lei Federal nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012; IX - atuar em parceria com a Secretaria de Articulação e Apoio aos Municípios e juntamente com os demais órgãos de Governo, visando à orientação para a elaboração dos planos municipais de transporte;

	X - elaborar e implementar políticas públicas para otimizar a mobilidade urbana, em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 12.587/12; XI - promover a articulação com a Secretaria de Articulação e Apoio aos Municípios e com os demais órgãos de Governo, a fim de orientar a elaboração dos planos municipais de mobilidade urbana.
Orçamento	**Orçamento dotação com alteração 2026:** R$ 1.667.589.227,07 **Orçamento empenhado até ago/2026:** R$ 212.551.948,78 **Orçamento liquidado até ago/2026:** R$ 159.057.506,70 **Orçamento LOA 2027:** R$ 95.294.393,00 **Fonte do recurso:** Tesouro, FEPE, CIDE, FUNRIGS, Vale Pedágio e Consulta Popular.
Pontos críticos e riscos	- *Concessões* - *PPP* - *Extinção CNPJ SUPRG* - *Alocação servidores da extinta SPH e SUPRG em processo extinção.*
Número de servidores	Efetivos: 85 Temporários: 20 Cedidos: 200 Terceirizados: 0 Comissionados: 30 **Total: 335**
Número de estações de trabalho (presencial)	Desktop: 109 Notebooks: 15 Servidores: 0 Access Points: 4 Switch: 5 Tablets: 2 **Total: 135**
Concursos próprios em andamento (se houver)	Não há concurso público próprio em andamento no âmbito desta Secretaria, razão pela qual não há informações a registrar quanto a edital, número de vagas previstas e/ou autorizadas, próximas etapas ou eventuais pontos críticos relacionados a certames em curso.

Organograma

ORGANOGRAMA SIMPLIFICADO



Áreas de assessoramento e apoio à gestão

Chefia de Gabinete	
Principais atribuições	- Prestar assessoramento ao Secretário de Estado no desempenho de suas atividades políticas, sociais e administrativas; - Receber e acompanhar as partes em seus contatos com o Secretário de Estado providenciando as diligências cabíveis; - Elaborar, redigir e receber a documentação, os convites e as mensagens eletrônicas afetas ao Gabinete do Secretário de Estado; - Coordenar e supervisionar as atividades de apoio administrativo necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos do Gabinete do Secretário de Estado; - Prestar assessoramento ao Secretário de Estado em suas atividades decorrentes da participação nos órgãos colegiados; e - Executar outras atividades correlatas ou que lhe venham a ser atribuídas pelo Secretário de Estado de Logística e Transportes.
Atuação	Apoio direto ao Secretário de Estado.

Assessoria de Comunicação Social	
Principais atribuições	- Assessorar o Secretário de Estado nos assuntos relacionados à comunicação institucional, em articulação com a Secretaria de Comunicação do Estado e demais órgãos do Governo; - Planejar, coordenar e executar as ações de comunicação institucional da Secretaria de Logística e Transportes, em conformidade com as diretrizes do Governo do Estado; - Produzir, redigir, revisar e divulgar notícias, reportagens, notas, releases e demais conteúdos relacionados às ações, aos programas e aos projetos da Secretaria e suas vinculadas; - Gerenciar e atualizar os canais oficiais de comunicação da Secretaria, incluindo o site institucional e os perfis nas redes sociais; - Atender às demandas de imprensa, prestando informações sobre as ações e obras da Secretaria, em articulação com as vinculadas e a equipe de Governo; - Acompanhar e monitorar a divulgação de notícias relacionadas à Secretaria, aos seus órgãos vinculados e às políticas públicas de logística e transportes, subsidiando o Secretário de Estado com informações relevantes; - Planejar, organizar e acompanhar a comunicação de eventos, agendas institucionais, entrevistas, solenidades e demais atividades oficiais do Secretário de Estado e da Secretaria; - Articular-se com as assessorias de comunicação das entidades vinculadas à Secretaria, visando à integração e à uniformidade das informações divulgadas; - Elaborar e revisar materiais institucionais de divulgação, incluindo publicações, apresentações e outros conteúdos de interesse da Secretaria; - Orientar a divulgação de informações institucionais em conformidade com as diretrizes de comunicação do Governo do Estado e com a legislação vigente; - Executar outras atividades correlatas ou que lhe venham a ser atribuídas pelo Secretário de Estado de Logística e Transportes.
Atuação	Planejamento e execução da comunicação institucional e jornalística, promovendo a divulgação das ações, dos programas e dos projetos da Secretaria e o relacionamento com a imprensa e a sociedade.

Assessoria Técnica	
Principais atribuições	- Prestar assessoramento ao Secretário de Estado e ao Secretário Adjunto, quando solicitado, nas atividades contingenciais de interesse da Secretaria; - Preparar subsídios, notas técnicas, análises, conferências, pareceres e respostas às consultas sobre assuntos técnicos nas áreas de competência, com a finalidade de facilitar as atividades de interesse da Secretaria; - Elaborar, em conjunto com o Departamento Administrativo, as propostas do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual da Secretaria e as demais atividades de planejamento orçamentário e ações do planejamento das atividades da Secretaria e de suas vinculadas; - Acompanhar as ações organizacionais desenvolvidas pelos diversos órgãos que compõem a Secretaria; - Assessorar a formulação de políticas relativas às áreas de atuação da Secretaria; - Executar outras atividades correlatas ou que lhe venham a ser atribuídas pelo Secretário de Estado.
Atuação	Apoio direto ao Secretário de Estado e projetos estratégicos da Secretaria.
Destaques da gestão	Contratação de Estudos sobre as Ferrovias da Malha Sul apoiando ao GT respectivo do CODESUL.
Pontos de atenção para a transição	*Continuidade dos estudos contratados no âmbito do BRDE/CODESUL. Articulação de melhorias de Aeroportos, Rodovias e Hidrovias junto à União.*

Procuradoria Setorial - PGE	
Principais atribuições	- Prestar assessoramento jurídico ao Secretário de Estado e aos demais órgãos da Secretaria de Logística e Transportes; - Efetuar o exame jurídico de atos relativos à Secretaria e a interpretação de leis, de atos normativos, de pareceres e de informações da Procuradoria-Geral do Estado e deliberações de órgãos de controle; - Analisar as exposições de motivos, os anteprojetos de lei e as minutas de Decretos, bem como outros atos legislativos de interesse da Secretaria em que seja necessário assessoramento jurídico;

	- Analisar as minutas de convênios, de acordos, de contratos ou similares a serem firmados pela Secretaria ou de interesse desta; - Observar a orientação técnico-jurídica e jurídico-normativa fixada pela Procuradoria-Geral do Estado, cumprindo todas as suas determinações e recomendações; - Auxiliar as atribuições da Procuradoria-Geral do Estado, na defesa dos interesses da Secretaria, ativa ou passivamente, em juízo ou fora dele, nos termos do ordenamento jurídico vigente, encaminhando, ainda, em até 48 (quarenta e oito) horas de seu recebimento, as requisições de informações e documentos para subsidiar nos processos judiciais à Procuradoria Geral do Estado; - Prestar assessoramento ao Procurador do Estado, Coordenador Setorial, Procuradoria Setorial do Sistema de Advocacia de Estado, na Secretaria de Logística e Transportes, nas competências descritas no art. 4º da Resolução nº 176, de 4 de fevereiro de 2021, e em outras atividades que lhe sejam designadas; e - Executar outras atividades correlatas ou que lhe venham a ser atribuídas pelo Secretário de Estado de Logística e Transportes. – Desempenhar outras funções compatíveis com suas atribuições em face à determinação do Secretário de Estado e/ou do Gabinete do Procurador-Geral do Estado.
Atuação	À Procuradoria Setorial do Sistema de Advocacia de Estado - PGE, órgão que atuará junto à Secretaria de Logística e Transportes, incumbe coordenar os serviços de natureza jurídica e assessorar direta e pessoalmente o Secretário de Estado.

Direção-Geral	
Principais atribuições	- Coordenar, orientar, acompanhar e controlar todas as atividades administrativas da Secretaria, com vista à uniformidade de gestão;

	- Promover a articulação e a integração das políticas definidas pela Pasta; - Coordenar e orientar a elaboração de propostas e de projetos que levem à melhoria do desenvolvimento das atividades administrativas da Secretaria; - Subsidiar tecnicamente o Secretário de Estado nas questões relacionadas à gestão das atividades administrativas da Pasta; e - - Executar outras atividades correlatas ou que lhe venham a ser atribuídas pelo Secretário de Estado de Logística e Transportes.
Atuação	Apoio direto ao Secretário de Estado.

Departamento Administrativo - (DEA)	
Principais atribuições	I - Realizar a gestão de recursos humanos, material permanente e de consumo, protocolo e arquivo, orçamento e finanças, tecnologia da informação, comunicação e serviços gerais no âmbito de suas competências; II - Elaborar, em conjunto com o Diretor Geral, as propostas do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual da Secretaria; III - Realizar, em conjunto com os demais Departamentos, a prestação de contas da CIDE e de outros recursos provenientes de convênios, instrumentos congêneres; IV - Implementar políticas necessárias ao constante aperfeiçoamento, qualificação e desenvolvimento dos recursos humanos que atuam na Secretaria, possibilitando a realização de cursos e palestras aos servidores relacionadas às diferentes áreas de competência da Pasta; V - Colaborar e acompanhar os processos licitatórios e a gestão dos contratos, convênios e demais ajustes firmados pela Secretaria; VI - Garantir a atualização permanente dos registros contábeis, sistemas e relatórios de informações

	governamentais em consonância com as diretrizes dos órgãos de organização e controle, e VII - executar outras atividades correlatas ou que lhe venham a ser atribuídas pelo Secretário de Estado. **§ 1º À Divisão de Apoio Administrativo, compete:** I – organizar, adquirir e manter depósito de material permanente e de consumo necessários à Secretaria e manter o controle sobre o estoque; II - prover as unidades organizacionais de material permanente e de consumo; III - realizar inventários mensais e anuais do almoxarifado; IV - administrar as compras eletrônicas por dispensa de licitação e os processos emergenciais no âmbito da Secretaria; V - providenciar junto ao prédio em que esteja localizado a Secretaria, os serviços de limpeza, de higiene e de conservação das suas dependências; VI - orientar e executar os serviços de copa e de recepção, encarregando-se dos serviços de telefonia; VII - providenciar a recepção e a entrega de correspondência e de volumes, tanto interna como externamente; VIII - controlar o uso da verba de adiantamentos para pequenas despesas e transporte de pessoal; IX - realizar a gestão de periódicos utilizados pela Secretaria, controlar a sua renovação e distribuí-los aos diversos setores; X - executar trabalhos de montagem de volumes em encadernações simples; XI - gerir o patrimônio documental da Secretaria, realizando

	periodicamente a classificação e a avaliação com vista a eliminação e/ou o envio de Expedientes administrativos ao Arquivo Público do Estado para sua guarda permanente; XII - solicitar serviços de manutenção predial, de equipamentos e de mobiliário; XIII - administrar os bens patrimoniais móveis no âmbito da Secretaria; XIV - efetuar o tombamento de todos os bens patrimoniais da Secretaria; XV - realizar levantamento anual da necessidade de reposição dos bens; XVI - operar o Sistema de Protocolo Integrado – SPI; XVII- operar o Sistema de Processo Administrativo Eletrônico – PROA, e executar arquivamentos quando solicitados; XVIII- protocolar documentos encaminhados à Secretaria, bem como anexar, apensar e desarquivar expedientes e processos administrativos eletrônicos; XIX - arquivar os originários da Secretaria, após decisão final do assunto; XX - prestar informações sobre os processos administrativos eletrônicos em andamento ou arquivados; XXI - realizar o transporte oficial da Secretaria, providenciando o abastecimento dos veículos e zelando pela limpeza e conservação dos mesmos; e XXII- efetuar o tombamento, a classificação, a guarda e a conservação de livros, de jornais, de revistas e de publicações em geral, pertencentes à Secretaria. **§ 2º À Divisão de Finanças, compete:** I – controlar os recursos orçamentários da Secretaria;

	II – controlar os recursos provenientes de convênios ou outras fontes orçamentárias da Secretaria; III – executar, controlar e orientar, internamente, as atividades referentes ao sistema de administração financeira do Estado do Rio Grande do Sul; IV – controlar, prever e providenciar abertura de créditos adicionais, liberação de verbas dos órgãos da Secretaria; V – orientar na preparação da Tomada de Contas dos ordenadores de despesa responsáveis pelos órgãos da Secretaria e manter registro dos pareceres emitidos pela Contadoria e Auditoria-Geral do Estado - CAGE; VI – programar as liberações mensais dos recursos oriundos do Tesouro do Estado; VII – encaminhar à Secretaria da Fazenda - SEFAZ, Expedientes administrativos a fim de solicitar orçamentos, liberar recursos conveniados, bem como créditos suplementares; VIII – elaborar e encaminhar a proposta orçamentária anual dos Fundos Setoriais; IX– controlar o fluxo financeiro das contas dos Fundos Setoriais junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul – BANRISUL; X – administrar adiantamentos de numerários e todos os procedimentos relativos a empenho, autorização de despesas, liquidação e pagamento de despesas, bem como as devidas prestações de contas sob sua responsabilidade; XI – manter registro dos ordenadores de despesas de cada atividade da Secretaria; XII – revisar todos os processos administrativos eletrônicos encaminhados para pagamento;

	XIII - controlar e encaminhar os empenhos à Seccional da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado – CAGE, para liquidar; XIV – elaborar e conferir cálculos relativos aos registros dos contratos firmados pela Secretaria; XV – manter cópia dos documentos fiscais de convênios para elaboração de prestações de contas; XVI - prestar contas com recursos de convênios, conforme normas estabelecidas pelas entidades financiadoras; XVII – elaborar a autorização de empenhos, bem como na assinatura dos mesmos pelos respectivos ordenadores; XVIII – examinar, registrar e encaminhar à Contadoria Seccional da Secretaria da Fazenda, os processos administrativos eletrônicos de prestação de contas de adiantamentos para exame e parecer; XIX – empenhar diárias autorizadas dos agentes políticos e servidores da Secretaria; XX – controlar, providenciar e conferir a concessão de diárias de viagens, bem como os processos de prestação contas e; XXI – executar outras atividades correlatas ou que lhe venham a ser atribuídas pelo Secretário de Estado. **§ 3º À Divisão de Recursos Humanos, compete:** I – acompanhar, organizar e executar todas as atividades relacionadas com a documentação funcional, registros e controle de pessoal; II – elaborar, publicar e acompanhar a tramitação de atos e boletins atinentes à Secretaria, tais como: nomeação, exoneração, designação, dispensa, substituição, disposições, entre outros;

	III – executar a política de estágios de estudantes, em conformidade com a legislação vigente, no âmbito da Secretaria; IV– organizar os dados para relações de promoções dos servidores lotados e em exercício na Secretaria, de acordo com a legislação de cada quadro; V – fornecer, quando autorizado, ou a pedido da chefia imediata, informações funcionais de servidores ativos e inativos da Secretaria; VI – preparar e acompanhar os processos relativos ao provimento e à vacância dos cargos em comissão, dos cargos efetivos e das demais atribuições dos servidores; VII – alimentar com assentamentos funcionais o banco de dados próprio, o banco de dados do Sistema de Recursos Humanos do Estado – RHE, ou qualquer outro sistema que possa ser implantado pelo Poder Executivo Estadual; VIII – controlar e fornecer dados necessários no que se refere à avaliação dos estágios probatórios dos servidores da Secretaria; IX – manter o banco de dados e acervo funcional dos quadros especiais de pessoal dos órgãos e entidades extintos que foram vinculados à Secretaria de Logística e Transportes, como a Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras – CINTEA, o Departamento Aeroviário do Estado – DAE; e Quadros Especiais, em extinção, da Superintendência do Porto de Rio Grande – SUPRG, de que trata a Lei nº 13.602, de 3 de janeiro de 2011, e da Superintendência de Portos e Hidrovias – SPH, de que trata o art. 4º da Lei nº 14.983, de 16 de janeiro de 2017, e o art. 2º da Lei nº 15.790, de 29 de dezembro de 2021, e a assim como os que vierem a ser; X – executar outras atividades correlatas ou que lhe venham a ser atribuídas pelo Titular da Pasta. **§ 4º À Divisão de Tecnologia de Informação, compete:**

	I – planejar, organizar, gerenciar os serviços da área de tecnologia de informação e comunicação com o propósito de otimização dos serviços e utilização dos recursos sob sua responsabilidade; II – supervisionar as atividades da área de suporte técnico aos usuários, compreendendo hardwares, softwares e sistemas operacionais de rede; III – elaborar as políticas, normas e procedimentos relativos à tecnologia de informação e comunicação zelando pelo seu cumprimento; IV – propor planos de investimentos com o fim de promover a atualização tecnológica; V – administrar a rede de computadores e supervisionar a manutenção dos programas e sistemas implantados; VI – zelar pela segurança da informação, elaborar, implantar e gerenciar a aplicação de normas e políticas de proteção aos ativos e sistema, desenvolver análise de risco e mapeamento de vulnerabilidade e elaborar plano estratégico de continuidade de negócios e recuperar de desastres; VII – monitorar o desempenho dos sistemas implantados e recursos técnicos instalados; VIII– propor, especificar e testar soluções em tecnologia da informação e comunicação, bem como buscar a melhor forma para capacitação de usuários para sua utilização; e IX– executar outras atividades correlatas ou que lhe venham a ser atribuídas pelo Titular da Pasta. As Divisões arroladas nos parágrafos §1°, §2°, §3° e §4º, deste artigo, estão diretamente subordinadas ao Departamento Administrativo.
Atuação	- Gerir o conjunto de atividades que dão suporte às da Secretaria, a administração e gerenciamento do orçamento programa, garantindo a eficiência e a eficácia das operações administrativas.

Destaques da gestão	- Contratação de locação de 5 (cinco) novos veículos para composição e utilização na frota da Secretaria.
Pontos de atenção para a transição	*Possibilidade de nomeação de mais servidores do quadro para as Divisões de Gestão de Pessoas e Tecnologia da Informação.*

Departamento Aeroportuário (DAP)	
Atuação	O DAP é a unidade da SELT responsável por explorar e administrar aeroportos, aeródromos e heliportos no Estado, mediante delegação, concessão ou autorização (Lei Estadual nº 15.934/2023; Decreto nº 58.516/2025). A exploração decorre de convênios de delegação firmados com a União (SAC/MPor). Cabe ainda ao DAP a execução e a fiscalização do contrato de concessão patrocinada dos aeroportos de Passo Fundo e Santo Ângelo. **Estrutura:** Direção e Direção Adjunta; Divisão de Infraestrutura Aeroportuária (DIN); Divisão de Administração Aeroportuária (DAA); Divisão de Segurança Aeroportuária (DSA). Força de trabalho: 23 pessoas – 7 CC, 6 efetivos, 8 CIT e 2 cedidos (posição out/2026).

Aeródromo	Código	Situação atual	Delegação até	Acordos de gestão
Carazinho	SSKZ	Gestão direta DAP	30/07/2048	CRU Aeroclube; TC Prefeitura
Erechim	SSER	Gestão direta DAP	30/07/2048	TC Prefeitura
Rio Grande	SJRG	Gestão direta DAP	30/07/2048	–
Capão da Canoa	SSKK	Gestão direta DAP; Termo de Cooperação para gestão com o CFAer/BM/SSP (PROA 23/1800-0000745-5) pendente apenas de assinatura das autoridades; objeto da permuta para novo aeródromo em Maquiné (Contrato nº 023/2026)	29/12/2049	TC CFAer/BM/ SSP (em assinatura)
Passo Fundo	SBPF	Concedido à ECB Aeroportos S.A. (Contrato nº 04/2026); execução e fiscalização pela SELT/DAP	04/12/2058	–
Santo Ângelo	SBNM	Concedido à ECB Aeroportos S.A. (Contrato nº 04/2026);	04/12/2058	–

<table>
<tr><td></td><td>
<table>
<tr><td></td><td></td><td>execução e fiscalização pela SELT/DAP</td><td></td><td></td></tr>
<tr><td>Canela
Torres</td><td>SSCN
SSTE</td><td>Transferidos à Infraero (Portarias MPor nº 422 e 423/2024); passivos do período estadual permanecem com o Estado</td><td>–</td><td>–</td></tr>
</table>
</td></tr>
<tr><td>Destaques da gestão</td><td>

Concessão patrocinada de Passo Fundo e Santo Ângelo: participação na estruturação e licitação (CPI nº 0058/2025) e assinatura do Contrato nº 04/2026 (30 anos; valor estimado de R$ 741,0 milhões, data-base abr/2024; eficácia em 03/06/2026). A SELT, por meio do DAP, executa e fiscaliza o contrato. Investimentos previstos: SBPF – TPS, pista de táxi D, pátio de aeronaves 2 e energia elétrica (total de R$ 35,99 milhões); SBNM – TPS, pista de táxi C, pátio de aeronaves 2, nova SCI e energia elétrica (total de R$ 66,24 milhões); aporte público máximo de R$ 45,75 milhões, vinculado ao cumprimento de marcos de obras. Transferência operacional à ECB concluída em 29/07/2026, com início da Fase I-B.
Plano Rio Grande / FUNRIGS: adequação do SESCINC de Passo Fundo à Categoria 6 exigida pela ANAC (Portaria ANAC nº 14.955/SIA/2024), com aquisição de 2 caminhões contraincêndio (CCI) tipo AP2 – R$ 6,3 milhões – e de 1 ambulância (2025) – R$ 500 mil. Os caminhões foram transferidos à concessionária, conforme previsto no contrato de concessão.
Segurança operacional:

Balizamento emergencial de SBNM, em atendimento ao PAC da certificação operacional (RBAC 139) – R$ 432 mil;
PAPI em SBPF e SSER (com recursos da Prefeitura); farol de aeródromo em SBPF; laudo e homologação da RESA de SBNM (2024);
Cercamento operacional de SSKK (R$ 1,6 milhão), SSTE (R$ 1,0 milhão) e SSCN (R$ 1,4 milhão);
Cercamento patrimonial de SSER – Engetela, Contrato nº 06/2024 – R$ 1,17 milhão, concluído;
Homologação das operações visuais noturnas (VFR noturno) em SSKK;
Restauração do pavimento da pista de pouso e decolagem (PPD) e dos sistemas de drenagem de SJRG – R$ 2,18 milhões.

</td></tr>
<tr><td>Pontos de atenção para a transição</td><td>
Ambientais e regulatórios

Licença de Operação nº 019/2022 de Carazinho vencida em 04/10/2026: a renovação está incluída na contratação dos serviços de monitoramento ambiental de SSKK (LO nº 031/2022) e SSKZ (LO nº 019/2022) – PROA 26/1800-0000515-7, valor estimado de R$ 317,6 mil – ainda em análise na CELIC.

</td></tr>
</table>

- Licenciamento ambiental de Rio Grande (PROAs 25/1800-0001437-1 e 26/1800-0001371-0): autuação por licença vencida e demanda do MPRS seguem ativas.
- Compensação ambiental das obras de SBPF – Reposição Florestal Obrigatória (16.772 mudas), condicionante da LIA nº 00049/2021 (PROA 24/1800-0000937-2): depende da aprovação do projeto pela SEMA/FEPAM e da assinatura do Termo de Compromisso Ambiental.
- PAC da ANAC – resposta e acompanhamento permanentes para Carazinho e Rio Grande; as pendências de SBPF passam a ser exigidas da ECB (PROAs 23/1800-0000736-6, 24/1800-0000407-9, 24/1800-0000506-7, 24/1800-0000634-9 e 25/1800-0001362-6).

Contratos e concessão

- Fiscalização do contrato de concessão: nesta fase, em especial o pagamento da contraprestação mensal e o acompanhamento das ações da Fase I-B, com a entrega dos anteprojetos pela ECB Aeroportos prevista para 13/10/2026, prazo prorrogado pelo Segundo Termo Aditivo.
- Contrato de Obras nº 039/2018 (SBPF – R$ 45 milhões estimados): recebimento definitivo pendente; Ofício DAP nº 098/2026, de 08/10/2026, fixou 20 dias úteis para As Built, réplica técnica e providências ambientais.
- Sub-rogação à ECB ou rescisão dos contratos de CRU e de manutenção vigentes em SBPF e SBNM, evitando contratos estaduais sem objeto, sobreposição de obrigações e perda de receitas.
- Convênio SELT nº 01/2025 – FPE nº 1330/2025 com o Município de Santo Ângelo (PROA 24/0400-0000776-5; R$ 10.163.991,10): pavimentação de acesso, estacionamento e iluminação e ampliação do TPS; compatibilizar com o Contrato de Concessão nº 04/2026.
- Cercamento operacional de Erechim (PROA 25/1800-0001575-0): contratado, sem OIS; depende do levantamento topográfico e da anuência do DECEA.
- Termo de Cooperação com o CFAer/BM/SSP para gestão de SSKK (PROA 23/1800-0000745-5): pendente apenas de assinatura das autoridades.
- Contrato de Promessa de Permuta nº 023/2026: acompanhar a construção do novo aeródromo em Maquiné, a homologação junto à ANAC e ao DECEA, o licenciamento ambiental e a desativação de SSKK sem interrupção das operações, inclusive do heliponto.

Administrativos e financeiros

- Apuração dos valores devidos por inadimplentes (usuários de infraestrutura) no sistema SUCOTAP e nos contratos de gestão de SBPF e SBNM; definir encontro de contas, cobrança e eventual inscrição em dívida ativa.
- Cessões de uso (CRU) com longa tramitação entre SELT e SPGG, incluindo a regularização de hangares em Erechim; controle de receitas tarifárias e comerciais.
- Força de trabalho: dependência de CIT e cedidos, necessidade de capacitação em safety/security e de sistemas de gestão.

LICITAÇÕES EM ANDAMENTO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO				
Processo	**Objeto**	**Valor**	**Fase atual**	**Próximas etapas**
26/1800-0000515-7	Monitoramento ambiental e renovação das LOs de SSKK e SSKZ	R$ 317.600,00 (estimado)	CELIC – Of. DAP nº 092/2026	Análise conclusiva da CELIC; publicar edital
25/1800-0001575-0 (vinculado)	Levantamento topográfico para o cercamento operacional de SSER	A definir (em instrução)	Instrução	Licitar; obter anuência do DECEA; expedir OIS
25/1800-0000233-0	Reforma do hangar, revitalização do TPS e hangarete em SJRG	R$ 1.224.742,90	Revisão do projeto	Licitar
26/1800-0000447-9	Troca do farol de aeródromo de SJRG	R$ 91.170,00	Em contratação	Contratar, instalar e comunicar ao DECEA/AIS
26/1800-0000937-3	Materiais para reposição do balizamento de SJRG	R$ 331.341,56	Em licitação	Homologar, adquirir e receber
26/1800-0001184-0	Abertura de valas e recomposição do terreno para o balizamento de SJRG	R$ 24.953,37	Em licitação	Contratar; controlar interferência operacional
A abrir	Instalação e calibração do PAPI de SJRG	A definir (em instrução)	TR em elaboração	Abrir PROA; licitar; homologar
26/1800-0000552-1	Troca da biruta iluminada de SJRG	R$ 32.000,00 (estimado)	Em licitação	Homologar, contratar e instalar

OBRAS EM ANDAMENTO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO				
Objeto	**Localização**	**Valor**	**% executado**	**Status**
Contrato nº 039/2018 – Consórcio Traçado / Engelétrica (ampliação do aeroporto)	SBPF	R$ 45 milhões (estimado)	Recebido provisoriamente	Recebimento definitivo pendente: As Built elétrico, compensação ambiental e 292.592 m² sem cobertura vegetal
Termo de Convênio SELT nº 01/2025 – FPE nº 1330/2025 – Município de Santo Ângelo (PROA 24/0400-0000776-5)	SBNM	R$ 10.163.991,10	70% (out/2026)	Em execução pelo Município; repasses vinculados à execução física
Cercamento operacional e patrimonial – PROA 23/1800-0000371-9	SSKZ	R$ 1.982.223,19	75% (aprox.)	Obra retomada: cercamento em tela e correção de trechos do muro de concreto; termo aditivo de serviços (R$ 93,3 mil) em tramitação
Cercamento operacional (emergencial) – PROA 25/1800-0001575-0	SSER	R$ 989.741,92	0% – não iniciado	Contratado; aguarda topografia, anuência do DECEA e OIS

Programas, resultados e agenda de continuidade

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome do Programa	Concessão patrocinada para exploração, manutenção e expansão de SBPF e SBNM
Base legal	Lei nº 14.875/2016, art. 5º (alterada pela Lei nº 15.934/2023); Convênio de Delegação nº 15/2023 (SBPF); CPI nº 0058/2025; Contrato de Concessão nº 04/2026
Unidade responsável	SELT/DAP (execução e fiscalização do contrato)
Órgãos e entidades parceiras	SERG; PGE/PROCSET; SPGG/CELIC; AGERGS; ANAC; SAC/MPor; ECB Aeroportos S.A.
Objetivo	Ampliar, manter e explorar os dois aeroportos por 30 anos, com adequação da infraestrutura e recomposição do nível de serviço do PEA.
Justificativa	Contrato em início de execução; a Fase I-B concentra investimentos e obrigações críticas que exigem fiscalização contínua.
Principais instrumentos	Contrato nº 04/2026 (valor estimado R$ 741,0 mi) e anexos (PEA, Cronograma de Aportes); contraprestação mensal; aporte vinculado a marcos de obra; investimentos de R$ 35,99 milhões em SBPF e R$ 66,24 milhões em SBNM; aporte público máximo de R$ 45,75 milhões.
Público-alvo e abrangência	Usuários e operadores de SBPF e SBNM; regiões Norte e Missões.
Beneficiários diretos	Passageiros: ~150 mil/ano em SBPF e ~35 mil em SBNM (estudos de mercado do edital).
Situação	Fase I-B em andamento desde 29/07/2026; entrega dos anteprojetos prevista para 13/10/2026 (Segundo Termo Aditivo)
Próximas etapas	Pagar a contraprestação mensal; analisar os anteprojetos entregues pela ECB; fiscalizar obras do aporte (36 meses) e limite da Fase I-B (72 meses); sub-rogar ou rescindir contratos estaduais

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome do Programa	Administração e operação de Carazinho, Erechim, Rio Grande e Capão da Canoa
Base legal	Lei nº 15.934/2023; Decreto nº 58.516/2025; convênios de delegação com a União; RBAC 153/154
Unidade responsável	DAP – DAA, DIN e DSA
Órgãos e entidades parceiras	Prefeituras; aeroclubes; CFAer/BM/SSP; ANAC; DECEA
Objetivo	Manter os aeródromos operacionais, seguros e regulares
Justificativa	Delegações vigentes até 2048-2049; continuidade obrigatória
Principais instrumentos	29 CRUs, 8 termos de cooperação e 11 contratos de serviços (posição set/2025); Termo de Cooperação CFAer/BM/SSP para SSKK (PROA 23/1800-0000745-5); tarifas aeroportuárias; respostas aos PAC da ANAC; regularização de hangares em Erechim

Público-alvo e abrangência	Aviação geral, regular e de segurança pública nas regiões atendidas
Beneficiários diretos	Aviação geral, executiva, táxi aéreo, aeromédica e de segurança pública (CFAer/BM/SSP)
Situação	Contínua
Próximas etapas	Assinar o TC de SSKK; manter os PAC em dia; concluir as cessões em Erechim; executar o cercamento operacional de SSER; concluir o cercamento operacional e patrimonial de SSKZ

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome do Programa	Licenciamento, monitoramento ambiental e atendimento de condicionantes
Base legal	Licenças de Operação nº 031/2022 (SSKK) e nº 019/2022 (SSKZ); licença de SSER; LIA nº 00049/2021 (SBPF); legislação ambiental
Unidade responsável	DAP/DIN
Órgãos e entidades parceiras	SEMA/FEPAM; MPRS; PATRAM; órgãos ambientais municipais de Capão da Canoa, Carazinho, Erechim e Rio Grande
Objetivo	Renovar as LOs, cumprir condicionantes e concluir compensações
Justificativa	Risco de operação sem licença válida e de sanções
Principais instrumentos	Monitoramento de SSKK e SSKZ (PROA 26/1800-0000515-7, R$ 317,6 mil estimados); monitoramento e condicionantes de SSER (processo em elaboração na área técnica); licenciamento de SJRG (PROAs 25/1800-0001437-1 e 26/1800-0001371-0); compensação de SBPF (PROA 24/1800-0000937-2)
Público-alvo e abrangência	SSKK, SSKZ, SSER, SJRG e SBPF
Beneficiários diretos	Operadores e comunidades do entorno
Situação	LO de Carazinho vencida (renovação em contratação); SJRG com autuação ativa; SSER em elaboração
Próximas etapas	Publicar o edital do PROA 26/1800-0000515-7; abrir o processo de SSER; regularizar SSKZ e SJRG; concluir a RFO de SBPF

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome do Programa	Adequação da infraestrutura de SJRG para servir de base alternativa às operações offshore da Petrobras
Base legal	Instrumento ainda não definido; não há processo administrativo aberto
Unidade responsável	DAP/DIN e DAA
Órgãos e entidades parceiras	Petrobras; Infraero; empresas terceirizadas de transporte aéreo dos funcionários; Aeroporto de Pelotas – Grupo Aeroportuario del Sureste (ASUR); DECEA; Prefeitura de Rio Grande
Objetivo	Viabilizar SJRG como base alternativa para o apoio aéreo à exploração da Bacia de Pelotas
Justificativa	Projeto estruturante para o desenvolvimento regional; potencial de investimentos e receitas
Principais instrumentos	Estudos técnicos de adequação; negociação com a Petrobras

Público-alvo e abrangência	Região Sul do Estado; cadeia de óleo e gás
Beneficiários diretos	Aviação geral, executiva, táxi aéreo, aeromédica e prestadores de serviço da Petrobras
Situação	Duas reuniões realizadas; a Petrobras enviará documento formal após o período eleitoral
Próximas etapas	Receber a formalização da Petrobras; instruir expediente (PROA); definir requisitos, investimentos, cronograma e instrumento jurídico
IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome do Programa	Cessão remunerada de uso de aproximadamente 60 mil m² do sítio de SJRG à Buffon
Base legal	Lei nº 15.934/2023; normas de cessão de áreas aeroportuárias
Unidade responsável	DAP/DAA
Órgãos e entidades parceiras	SPGG; PGE/PROCSET; Buffon
Objetivo	Instalar estacionamento de caminhões em área ociosa do sítio, com investimentos em contrapartida
Justificativa	Receita e investimentos sem custo ao Tesouro; apoio à logística do Porto de Rio Grande
Principais instrumentos	Contrato de CRU com contrapartidas (PROA 26/1800-0000985-3)
Público-alvo e abrangência	Sítio de SJRG
Beneficiários diretos	Aviação geral, executiva, táxi aéreo, aeromédica e Porto do Rio Grande
Situação	Estudos e negociação de contrapartidas e prazo
Próximas etapas	Definir modelo, valor e prazo; verificar compatibilidade com o plano diretor e as superfícies de proteção; formalizar o contrato

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome do Programa	Permuta de imóveis para construção de novo aeródromo em Maquiné
Base legal	Contrato de Promessa de Permuta SELT nº 023/2026
Unidade responsável	SELT/DAP
Órgãos e entidades parceiras	Capão Um Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.; ANAC; SAC/MPor; Prefeitura de Maquiné; CFAer/BM/SSP
Objetivo	Substituir o aeródromo de Capão da Canoa por novo aeródromo em Maquiné, com benfeitorias executadas pela empresa
Justificativa	Manter a infraestrutura aeroportuária no Litoral Norte sem custo de construção para o Estado
Principais instrumentos	Contrato de promessa de permuta; projetos e obras pela empresa; homologação do novo aeródromo; heliponto de SSKK homologado para VFR noturno, garantindo a continuidade das operações durante a transição.
Público-alvo e abrangência	Litoral Norte
Beneficiários diretos	Aviação geral e de segurança pública (helicópteros CFAer/BM/SSP)
Situação	Contrato firmado
Próximas etapas	Acompanhar projetos, licenças, obras, recebimento das benfeitorias, homologação e transição das operações de SSKK

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome do Programa	PDAR-RS – fiscalização dos termos de acordo com as companhias aéreas
Base legal	Decreto nº 52.607/2015, com redação do Decreto nº 54.686/2019
Unidade responsável	DAP (análise de requisitos e fiscalização das rotas)
Órgãos e entidades parceiras	SEFAZ; PGE/PROCSET; GOL Linhas Aéreas S.A.; LATAM Airlines Brasil
Objetivo	Ampliar a conectividade aérea regional mediante redução do ICMS sobre o querosene de aviação (carga de 5,5%), em contrapartida às rotas e cidades atendidas
Justificativa	Incentivo fiscal condicionado ao cumprimento das rotas e frequências
Principais instrumentos	Termos de acordo: GOL – PROA 18/0801-0000358-0; LATAM – PROA 23/1800-0000411-1
Público-alvo e abrangência	Companhias aéreas regulares e municípios atendidos
Beneficiários diretos	Passageiros das rotas regionais de Pelotas, Uruguaiana, Santa Maria, Passo Fundo, Santo Ângelo e Caxias do Sul
Situação	Em andamento, com fiscalização do DAP
Próximas etapas	Verificar rotas e frequências; atualizar os termos em caso de mudança de malha; reportar à SEFAZ

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome do Programa	Apoio técnico e institucional aos aeroportos de Santa Cruz do Sul e Santa Maria
Base legal	Convênio com o Município de Santa Cruz do Sul; Consulta Popular 2025/2026
Unidade responsável	DAP/DIN
Órgãos e entidades parceiras	Prefeituras de Santa Cruz do Sul e Santa Maria
Objetivo	Implantar o balizamento de Santa Cruz do Sul e apoiar o reforço da pista de Santa Maria
Justificativa	Fortalecer a rede de aeródromos regionais
Principais instrumentos	Convênio de balizamento (PROA 26/1800-0000110-0) – R$ 860.057,13; tratativas do reforço da pista (PROA 25/0435-0015332-9)
Público-alvo e abrangência	Vale do Rio Pardo e Região Central
Beneficiários diretos	Usuários dos aeroportos de Santa Cruz do Sul e Santa Maria
Situação	Convênio em análise; Santa Maria sem andamento desde 2025
Próximas etapas	Celebrar o convênio; atualizar as tratativas de Santa Maria

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome do Programa	Atualização do PARGS (versão de 2003)
Base legal	Portaria nº 206/GC5, de 07/03/2003, do Comando da Aeronáutica (PARGS vigente); Lei Estadual nº 15.934/2023 (competências da SELT); Portaria MPor nº 605/2024, que aprovou o Plano Aeroviário Nacional.

Unidade responsável	DAP
Órgãos e entidades parceiras	SERG; PELT-RS
Objetivo	Atualizar o plano aeroviário, a infraestrutura crítica e a rede de aeródromos
Justificativa	Planejamento do sistema aeroportuário estadual e integração com o PELT-RS
Principais instrumentos	Estudo técnico – R$ 2,376 mi orçados (posição set/2025)
Público-alvo e abrangência	Todo o Estado
Beneficiários diretos	Municípios e operadores aeroportuários; aviação regular, geral, executiva, táxi aéreo, aeromédica e de segurança pública; Governo do Estado, que passa a ter critérios técnicos para priorizar investimentos
Situação	Estudo orçado, contratação em processo na procuradoria (PROA 25/1800-0000955-6)
Próximas etapas	Concluir a análise jurídica; licitar e contratar o estudo; alinhar o trabalho à atualização do PAN com a SAC; integrar os resultados ao PELT-RS

Agenda dos primeiros 100 dias

Providência	Responsável	Prazo	Risco se não executada
Concluir a contratação do monitoramento ambiental (PROA 26/1800-0000515-7) e protocolar a renovação da LO de Carazinho	DIN	Imediato	Operação sem licença
Regularizar a licença ambiental de SJRG e responder ao MPRS	DIN	Imediato	Novas autuações; restrição operacional
Colher as assinaturas do Termo de Cooperação com o CFAer/BM/SSP para gestão de SSKK (PROA 23/1800-0000745-5)	Direção/Gabinete	30 dias	Gestão de SSKK sem instrumento formal
Analisar a resposta do Consórcio ao Of. nº 098/2026 e decidir sobre o recebimento definitivo	DIN	Após 20 dias úteis	Perda de garantias; passivo ambiental
Atualizar a situação dos PACs da ANAC de Carazinho e Rio Grande	DSA/DIN	60 dias	Autuações da ANAC
Licitar o levantamento topográfico, obter a anuência do DECEA e expedir	DIN	90 dias	Perda de prazo do contrato; risco à segurança operacional

a OIS do cercamento operacional de SSER			
Sub-rogar à ECB ou rescindir os contratos de CRU e de manutenção de SBPF e SBNM	DAA/DIN	90 dias	Despesa sem objeto; perda de receitas
Concluir a apuração de inadimplentes e definir a cobrança	DAA	90 dias	Perda de créditos e prescrição
Dar andamento aos processos de farol, balizamento, biruta e PAPI de SJRG	DIN	90 dias	Restrição a operações noturnas
Definir modelo e contrapartidas da CRU Buffon em SJRG	DAA/PGE	90 dias	Perda da oportunidade de investimento
Receber formalização da Petrobras, instruir expediente e definir o instrumento	SELT	90 dias	Descontinuidade das negociações
Celebrar o convênio de balizamento de Santa Cruz do Sul	DIN/DAA	90 dias	Perda do recurso da Consulta Popular

Departamento das Hidrovias (DH)	
Atuação	Atuação na gestão, regulação, fiscalização e planejamento do transporte aquaviário e das hidrovias de competência estadual, incluindo os serviços de travessias, terminais e trapiches. Compete ao Departamento das Hidrovias- DH coordenar os processos de autorização, permissão, concessão e outorga dos serviços de transporte aquaviário, bem como acompanhar e fiscalizar sua execução, manter o cadastro dos operadores e articular-se com órgãos públicos, municípios, operadores e autoridades reguladoras. Também atua na fiscalização das hidrovias na condição de Poder Concedente, na demarcação e apoio técnico à demarcação de terrenos marginais, na gestão de outorgas de navegação e na articulação institucional relacionada à infraestrutura hidroviária, bem como na sua manutenção.
Destaques da gestão	Projetos: Renova Jacuí, Plano Estratégico da Navegação Interior e Regularização e Requalificação do Sistema de Travessias de Veículos e Cargas do Estado.
Pontos de atenção para a transição	Continuidade dos projetos inseridos nas ações estratégicas do Governo.

LICITAÇÕES EM ANDAMENTO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO			
Processo	**Objeto**	**Fase atual**	**Próximas etapas**
26/1800-0000498-3	Renova Jacuí - **Batimetria rio Jacuí**	CELIC - Edital	Licitação
24/1800-0001533-0	Concessão - Travessia Hidroviária de Veiculos e Cargas RG e SJN	Elaboração do Edital	Análise interna, externa e encaminhamento à CELIC
26/1800-0001379-6	Obras de revitalização do estaleiro naval em Triunfo	Elaboração do Edital	Análise interna, externa e encaminhamento à CELIC
26/1800-0000578-5	Concessão - Travessia Hidroviária de Veiculos e Cargas Triunfo e São Jerônimo	Elaboração do Edital	Análise interna, externa e encaminhamento à CELIC
26/1800-0001390-7	Contratação de consultoria para Plano Estratégico de Navegação Interior do Rio Grande do Sul	EPT – TR e Orçamentos realizados	Análise jurídica e da CELIC e publicação do Edital.

OBRAS EM ANDAMENTO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO				
Objeto	**Localização**	**Valor**	**% executado**	**Status**
Licenciamento Ambiental do Estaleiro Naval em Triunfo	Triunfo/RS	R$ 43.400,00	70%	Em execução
Projeto de Engenharia para reforma do Estaleiro	Triunfo/RS	R$ 88.500,00	70%	Em execução
Contratação de Consultoria Especializada para Desenvolvimento e Implantação do Sistema Informatizado de		R$ 59.460,00	63%	Em execução

Gestão Hidroviária (SGH)				

Programas, resultados e agenda de continuidade

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome do Programa	Plano Estratégico de Navegação Interior do Rio Grande do Sul.
Base legal	Inciso II, do artigo 2º, do Decreto Nº 58.516, de Dezembro de 2025.
Unidade responsável	Departamento das Hidrovias - DH
Órgãos e entidades parceiras (se houver)	N/A
Objetivo	Elaboração e implementação de um plano estratégico que visa orientar e estruturar a navegação interior nas hidrovias do Estado do Rio Grande do Sul. O projeto abrange diagnóstico da infraestrutura hidroviária, proposição de intervenções, integração modal e análise técnica-econômica para fomentar o transporte hidroviário de cargas e passageiros, e demais atividades na área de influência direta.
Justificativa	O transporte hidroviário apresenta elevado potencial de contribuição para a eficiência logística e energética, possibilitando a redução de custos de transporte, o desenvolvimento regional e a sustentabilidade ambiental. A inexistência de um plano atualizado e estruturado, alinhado às políticas de Estado, limita o aproveitamento pleno das vias navegáveis, compromete a segurança da navegação e dificulta a integração intermodal. O plano é necessário para superar gargalos, modernizar a infraestrutura existente e fomentar o uso racional e sustentável das hidrovias.
Principais instrumentos	Contratação de consultoria especializada.
Público-alvo e abrangência	Transportadores hidroviários (carga e passageiros); Empresas de logística; Usuários do sistema hidroviário; Municípios e regiões ribeirinhas; Investidores e

	operadores portuários; Órgãos de governo e agências reguladoras.
Beneficiários diretos	Usuário do Sistema Hidroviário Estadual.

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome do Programa	Renova Jacuí – Estudos preliminares, Batimetria, Dragagem e Balizamento do Rio Jacuí
Base legal	*Inciso II, do artigo 2º, do Decreto Nº 58.516, de Dezembro de 2025.*
Unidade responsável	*Departamento das Hidrovias - DH*
Órgãos e entidades parceiras (se houver)	*N/A*
Objetivo	Restabelecer as condições seguras de navegação no Rio Jacuí. Implantar rede fluviométrica da hidrovia do Jacuí para atualização de projeto hidroviário e gestão da hidrovia. Garantir a atualização do projeto dos canais e a manutenção da geometria operacional da hidrovia, bem como a segurança e a confiabilidade dos canais de navegação. Integrar segmentos isolados à malha hidroviária ativa. Implementar sinalização náutica adequada e atualizada. Promover o modal hidroviário como alternativa logística eficiente e sustentável.
Justificativa	As enchentes ocorridas em 2023, 2024 e 2025, especialmente a de maio de 2024, provocaram alterações profundas na morfologia e hidrodinâmica do Rio Jacuí, comprometendo seriamente a segurança da navegação e inviabilizando operações em diversos trechos. A ausência de dados atualizados, tanto da morfologia de leito, quanto da hidrodinâmica, impossibilita decisões técnicas seguras e o uso coordenado da hidrovia. O projeto é essencial para restaurar e ampliar a malha hidroviária estadual, reduzir custos logísticos e energéticos, integrar modais e contribuir para o desenvolvimento econômico e sustentável da região.
Principais instrumentos	O Projeto Renova Jacuí visa executar serviços integrados de batimetria, dragagem e balizamento no Rio Jacuí, abrangendo o diagnóstico preciso das condições da hidrovia, a remoção de sedimentos e

	obstruções, e a instalação de sinalização náutica adequada. O escopo inclui levantamentos hidrográficos, geofísicos e hidrodinâmicos para identificar áreas críticas e balizar o projeto da hidrovia quanto ao seu traçado, profundidades e sazonalidades, além de obras de dragagem para estabelecimento das profundidades de projeto, balizamento e monitoramento das condições para garantir a navegação segura, promovendo a plena integração do Rio Jacuí ao sistema hidroviário ativo.
Público-alvo e abrangência	Operadores de transporte hidroviário. Indústria da Mineração, celulose, energias renováveis, produtores rurais e demais indústrias da região. Comunidades ribeirinhas. Setores de turismo e pesca. Autoridade Marítima e órgãos de fiscalização.
Beneficiários diretos	Usuários das hidrovias do rio Jacuí.

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome do Programa	Regulamentação da Outorga de Concessão, Permissão e Autorização para a Prestação de Serviços de Navegação Interior Transversal no Estado do Rio Grande do Sul
Base legal	Inciso II, do artigo 2º, do Decreto Nº 58.516, de Dezembro de 2025.
Unidade responsável	Departamento das Hidrovias - DH
Órgãos e entidades parceiras (se houver)	N/A
Objetivo	Estabelecer diretrizes normativas claras para a outorga de concessão, permissão e autorização dos serviços de navegação interior transversal, com foco na melhoria da qualidade, segurança e regularidade dos serviços de transporte aquaviário intermunicipal, garantindo maior controle e eficiência administrativa.
Justificativa	Atualmente, os serviços de navegação interior transversal no Estado do Rio Grande do Sul carecem de uma regulamentação específica que discipline a forma de outorga e os critérios técnicos e operacionais mínimos para sua execução. A ausência de um marco normativo padronizado gera insegurança jurídica, fragiliza o controle e dificulta o planejamento e a fiscalização dos serviços prestados. A Instrução Normativa

	proposta visa preencher essa lacuna regulatória, promovendo a formalização, a transparência e a eficiência na concessão e autorização dessas operações, em consonância com as diretrizes estaduais de mobilidade e logística.
Principais instrumentos	Elaboração de Instrução Normativa
Público-alvo e abrangência	Empresas brasileiras de navegação; Poder concedente estadual (Secretaria de Logística e Transportes); Municípios beneficiados pelas travessias hidroviárias; Usuários dos serviços de transporte aquaviário; Órgãos reguladores e fiscalizadores.
Beneficiários diretos	Usuários da navegação longitudinal e transversal.

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome do Programa	Levantamento Técnico das Travessias Hidroviárias do Estado do Rio Grande do Sul.
Base legal	Inciso II, do artigo 2º, do Decreto Nº 58.516, de Dezembro de 2025.
Unidade responsável	Departamento das Hidrovias - DH
Órgãos e entidades parceiras (se houver)	N/A
Objetivo	Realizar o levantamento técnico detalhado de aproximadamente 70 travessias hidroviárias de veículos e cargas no Estado do Rio Grande do Sul, visando organizar e padronizar informações sobre infraestrutura, operação, embarcações, tarifas, demanda e conectividade, subsidiando o planejamento e a formulação de políticas públicas no setor de transportes.
Justificativa	Atualmente, as informações referentes às travessias hidroviárias de veículos e cargas no Estado do Rio Grande do Sul encontram-se organizadas de forma precária, distribuídas em planilhas isoladas, desatualizadas e sem integração em um banco de dados estruturado. Essa fragmentação compromete a confiabilidade e a disponibilidade dos dados necessários para o diagnóstico da malha hidroviária estadual, dificultando o planejamento estratégico, a fiscalização, a gestão eficiente

	dos serviços e a formulação de políticas públicas.
Principais instrumentos	Contratação de empresa especializada
Público-alvo e abrangência	Gestores públicos e técnicos das Secretarias de Estado; Empresas operadoras de transporte hidroviário; Municípios envolvidos nas travessias; Usuários do serviço de travessia hidroviária; Órgãos de fiscalização e regulação (Marinha do Brasil, ANTAQ, entre outros).
Beneficiários diretos	Usuários do sistema de travessias.

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome do Programa	Concessão do Serviço Público de Transporte Aquaviário de Veículos entre Rio Grande e São José do Norte – RS.
Base legal	Inciso II, do artigo 2º, do Decreto Nº 58.516, de Dezembro de 2025.
Unidade responsável	Departamento das Hidrovias - DH
Órgãos e entidades parceiras (se houver)	N/A
Objetivo	Garantir a prestação eficiente, segura, contínua e econômica do transporte aquaviário de veículos entre os municípios de Rio Grande e São José do Norte, mediante concessão ou permissão pública, assegurando qualidade dos serviços aos usuários e sustentabilidade do contrato de longo prazo
Justificativa	A necessidade de garantir a continuidade e a melhoria da travessia aquaviária entre os dois municípios justifica a realização do projeto. Trata-se de uma travessia essencial para o escoamento de produção, deslocamento de pessoas e integração regional. O modelo de concessão permite mobilizar investimentos privados para garantir embarcações adequadas, infraestrutura de embarque/desembarque, sistema informatizado de bilhetagem, manutenção e atendimento aos padrões regulatórios e de segurança.
Principais instrumentos	Edital de Licitação.
Público-alvo e abrangência	Usuários do transporte aquaviário entre Rio Grande e São José do Norte; População residente nos dois municípios; Setores produtivos e comerciais que utilizam a travessia para deslocamento de

	mercadorias; Poder público estadual e municipal.
Beneficiários diretos	Usuários da travessia.

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome do Programa	Concessão do Serviço de Travessia Aquaviária São Jerônimo – Triunfo
Base legal	Inciso II, do artigo 2º, do Decreto Nº 58.516, de Dezembro de 2025.
Unidade responsável	Departamento das Hidrovias - DH
Órgãos e entidades parceiras (se houver)	N/A
Objetivo	Realizar o processo de Concessão do serviço de travessia aquaviária entre São Jerônimo e Triunfo, por meio de licitação pública, garantindo: Legalidade e transparência na outorga; Qualidade e segurança das embarcações; Continuidade do serviço à população; Fiscalização eficiente e controle eletrônico do fluxo de transporte; Adequação tarifária em conformidade com as regras da regulação pública.
Justificativa	O Ministério Público ajuizou ação civil pública apontando irregularidades na travessia, tais como ausência de licitação, precariedade das embarcações, riscos à segurança, filas constantes e cobrança de tarifas sem contrapartida em melhorias. A Justiça determinou que a Superintendência de Portos e Hidrovias promova o processo licitatório no prazo de 90 dias, em observância ao art. 175 da Constituição Federal e à Lei nº 8.987/95. A execução deste projeto é, portanto, necessária para atender decisão judicial, cumprir a legislação vigente e assegurar a prestação regular do serviço público.
Principais instrumentos	Processo Licitatório.
Público-alvo e abrangência	Usuários do serviço de travessia (população de São Jerônimo, Triunfo e região); transportadores de veículos e cargas; Administração Pública Estadual (SELT, AGERGS, PGE); Órgãos de controle e fiscalização (Ministério Público, Marinha do Brasil).

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome do Programa	Procedimento de Manifestação de Interesse - PMI (Piloto) - Rio Grande - Arroio Grande.
Base legal	Inciso II, do artigo 2º, do Decreto Nº 58.516, de Dezembro de 2025.
Unidade responsável	Departamento das Hidrovias - DH
Órgãos e entidades parceiras (se houver)	N/A
Objetivo	Regulamentar a prestação do serviço de travessia intermunicipal entre Rio Grande e Arroio Grande mediante chamamento público, com vistas a subsidiar a escolha do tipo de outorga (autorização, permissão ou concessão), de acordo com a atratividade e viabilidade técnica, jurídica e econômica demonstradas pelas manifestações recebidas.
Justificativa	A operação atual das travessias ocorre, em muitos casos, de forma precária ou informal, exigindo a regularização do serviço conforme os princípios da legalidade, eficiência, segurança da navegação e modicidade tarifária. O PMI é instrumento previsto legalmente e alinhado ao Parecer PGE nº 20.051/2023, permitindo à Administração avaliar o interesse do setor privado e, com base nisso, definir o tipo de outorga de forma fundamentada, garantindo segurança jurídica ao processo
Principais instrumentos	Edital de publicação.
Público-alvo e abrangência	Empresas ou consórcios privados com interesse e capacidade de operar o serviço de transporte aquaviário transversal entre os municípios mencionados, além da população usuária que será beneficiada com um serviço regularizado e de melhor qualidade.
Beneficiários diretos	Usuários da travessia.

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome do Programa	Licenciamento Ambiental do Estaleiro Naval de Triunfo
Base legal	Inciso II, do artigo 2º, do Decreto Nº 58.516, de Dezembro de 2025.
Unidade responsável	Departamento das Hidrovias - DH
Órgãos e entidades parceiras (se houver)	N/A

Objetivo	Regularizar a situação ambiental do Estaleiro Naval de Triunfo mediante a obtenção das licenças ambientais pertinentes, por meio da contratação de empresa especializada para a elaboração e submissão de todos os estudos, laudos e documentos exigidos pela FEPAM.
Justificativa	A atual licença ambiental do Estaleiro Naval de Triunfo está expirada, impossibilitando a legalidade de sua operação. A contratação visa atender à exigência legal de licenciamento ambiental junto à FEPAM, assegurando a conformidade ambiental e operacional da instalação, evitando sanções e garantindo a continuidade das atividades do estaleiro, estrutura necessária para a manutenção e monitoramento/fiscalização da operacionalidade da Hidrovia do Jacuí.
Principais instrumentos	Contratação de consultoria especializada
Público-alvo e abrangência	Secretaria de Logística e Transportes (SELT) Departamento das Hidrovias - DH) Fundação Estadual de Proteção Ambiental – FEPAM Comunidade local e usuários dos serviços prestados pelo Estaleiro Naval de Triunfo
Beneficiários diretos	Departamento das Hidrovias.

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome do Programa	Contratação de empresa especializada para elaboração de projetos e documentos técnicos visando à revitalização do Estaleiro Naval de Triunfo/RS.
Base legal	Inciso II, do artigo 2º, do Decreto Nº 58.516, de Dezembro de 2025.
Unidade responsável	Departamento das Hidrovias - DH
Órgãos e entidades parceiras (se houver)	N/A
Objetivo	Elaborar todos os documentos técnicos e projetos necessários para a contratação das obras de revitalização do Estaleiro Naval de Triunfo, em conformidade com a legislação vigente e os critérios técnicos exigidos, assegurando a qualidade, viabilidade e segurança das futuras intervenções.
Justificativa	O Estaleiro Naval de Triunfo foi profundamente afetado pelas enchentes de maio de 2024, comprometendo sua infraestrutura e segurança. A elaboração dos

	projetos e documentos técnicos é essencial para viabilizar a contratação das obras de recuperação e modernização, garantindo a segurança, reorganização do espaço e retomada das atividades no estaleiro, estrutura necessária para a manutenção e monitoramento/fiscalização da operacionalidade da Hidrovia do Jacuí.
Principais instrumentos	Contratação de empresa especializada
Público-alvo e abrangência	Secretaria de Logística e Transportes (SELT) Departamento das Hidrovias - DH) Fundação Estadual de Proteção Ambiental – FEPAM Comunidade local e usuários dos serviços prestados pelo Estaleiro Naval de Triunfo
Beneficiários diretos	Departamento das Hidrovias.

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome do Programa	Docagem, Manutenção e Certificação de Embarcações do Estaleiro Naval de Triunfo
Base legal	*Inciso II, do artigo 2º, do Decreto Nº 58.516, de Dezembro de 2025.*
Unidade responsável	*Departamento das Hidrovias - DH*
Órgãos e entidades parceiras (se houver)	*N/A*
Objetivo	*Restabelecer a operacionalidade das embarcações São Sepé, Cabral, Albatroz, Íris e Andrea por meio de serviços especializados de docagem, manutenção e certificação, garantindo sua disponibilidade para apoiar projetos hidroviários estratégicos do Estado.*
Justificativa	*O projeto é motivado pelos danos causados pelas enchentes do Rio Jacuí entre abril e maio de 2024, que atingiram diretamente o Estaleiro Naval de Triunfo e as embarcações nele sediadas. Em decorrência desses eventos climáticos extremos, foi decretado estado de calamidade pública no município de Triunfo (Decreto Estadual nº 57.596/2024). A retomada plena das atividades do estaleiro e das embarcações é essencial para a execução dos projetos previstos no Plano Plurianual 2024-2027 da Secretaria de Logística e Transportes, como a reativação da hidrovia do Rio Jacuí.*
Principais instrumentos	*Contratação de estaleiro naval.*

Público-alvo e abrangência	*Departamento das Hidrovias da Secretaria de Logística e Transportes Equipes técnicas que atuam na manutenção e operação das hidrovias População beneficiada pelos serviços hidroviários no Estado do Rio Grande do Sul*
Beneficiários diretos	*Departamento das Hidrovias.*

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome do Programa	Cercamento Externo e Interno do Estaleiro de Triunfo
Base legal	Inciso II, do artigo 2º, do Decreto Nº 58.516, de Dezembro de 2025.
Unidade responsável	Departamento das Hidrovias - DH
Órgãos e entidades parceiras (se houver)	N/A
Objetivo	Contratar empresa especializada para a execução da obra de cercamento interno do Estaleiro de Triunfo, com base em projeto executivo previamente elaborado, visando a adequação da infraestrutura às novas delimitações e ao fortalecimento da segurança da unidade.
Justificativa	A necessidade do cercamento interno decorre da redefinição dos limites operacionais do Estaleiro de Triunfo e da necessidade de garantir maior segurança à unidade, prevenindo acessos indevidos e protegendo o patrimônio público. A realização da obra proporcionará melhor organização logística, controle de circulação e delimitação de áreas sensíveis.
Principais instrumentos	Contratação de empresa especializada
Público-alvo e abrangência	Secretaria de Logística e Transportes do Estado do RS Servidores e colaboradores que atuam nas operações da infraestrutura hidroviária Empresas com acesso às instalações do Estaleiro.
Beneficiários diretos	Departamento das Hidrovias.

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome do Programa	Contratação de empresa especializada para execução das obras projetadas visando à revitalização do Estaleiro Naval de Triunfo/RS.
Base legal	Inciso II, do artigo 2º, do Decreto Nº 58.516, de Dezembro de 2025.

Unidade responsável	Departamento das Hidrovias - DH
Órgãos e entidades parceiras (se houver)	N/A
Objetivo	Revitalização e adaptação do Estaleiro Naval de Triunfo, em conformidade com a legislação vigente e os critérios técnicos exigidos, assegurando a qualidade, viabilidade e segurança das operações de competência do Departamento.
Justificativa	O Estaleiro Naval de Triunfo foi profundamente afetado pelas enchentes de maio de 2024, comprometendo sua infraestrutura e segurança. As obras de recuperação e modernização, garantirão a segurança, reorganização do espaço e retomada das atividades no estaleiro, com foco nas operações de docagem e manutenção cotidiana das embarcações, apoio à fiscalização de obras hidroviárias e à manutenção da sinalização náutica, tanto na recuperação e manutenção da sinalização aparente como produção, manutenção e gestão do material de fundeio para os 215 km de Hidrovia do Jacuí.
Principais instrumentos	Contratação de empresa especializada
Público-alvo e abrangência	Secretaria de Logística e Transportes (SELT) Departamento das Hidrovias - DH) Fundação Estadual de Proteção Ambiental – FEPAM Comunidade local e usuários dos serviços prestados pelo Estaleiro Naval de Triunfo
Beneficiários diretos	Departamento das Hidrovias.

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome do Programa	Contratação de Consultoria Especializada para Desenvolvimento e Implantação do Sistema Informatizado de Gestão Hidroviária (SGH)
Base legal	Inciso II, do artigo 2º, do Decreto Nº 58.516, de Dezembro de 2025.
Unidade responsável	Departamento das Hidrovias - DH
Órgãos e entidades parceiras (se houver)	N/A
Objetivo	Contratar consultoria especializada para criar, implantar e manter um sistema informatizado que possibilite a gestão integrada de todas as atividades do Departamento de Infraestrutura Hidroviária, garantindo controle, segurança,

	rastreabilidade, transparência e conformidade com normas legais, técnicas e ambientais.
Justificativa	A ausência de um sistema centralizado informatizado compromete o gerenciamento eficiente das atividades operacionais e estratégicas da infraestrutura hidroviária estadual. A contratação de consultoria especializada permitirá a entrega de uma solução tecnológica adequada, moderna e segura, contribuindo para o aumento da eficiência administrativa, redução de riscos operacionais e fortalecimento da política estadual de transporte hidroviário.
Principais instrumentos	Contratação de consultoria especializada
Público-alvo e abrangência	Equipe técnica e administrativa do Departamento de Infraestrutura Hidroviária; Empresas de transporte aquaviário autorizadas pelo Estado; Órgãos reguladores e fiscalizadores; Usuários das travessias hidroviárias no Estado.
Beneficiários diretos	Operadores e usuários das travessias do Estado.

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome do Programa	Contratação de empresa de Desenvolvimento de Software para elaboração do Sistema Informatizado de Gestão Hidroviária (SGH)
Base legal	Inciso II, do artigo 2º, do Decreto Nº 58.516, de Dezembro de 2025.
Unidade responsável	Departamento das Hidrovias - DH
Órgãos e entidades parceiras (se houver)	N/A
Objetivo	Desenvolver e implementar um sistema informatizado capaz de consolidar as operações do Departamento de Infraestrutura Hidroviária, permitindo a gestão eficiente de travessias, navegação, manutenção de infraestrutura, controle ambiental e planejamento hidroviário de forma integrada, segura e acessível.
Justificativa	A gestão das hidrovias estaduais envolve diversas atividades complexas, como dragagem, balizamento, navegação, demarcações territoriais e planejamento. A inexistência de um sistema informatizado centralizado compromete a eficiência, a

	segurança e a sustentabilidade dessas operações. A implantação do SGH visa integrar essas ações, otimizando a gestão e garantindo maior transparência, controle e planejamento estratégico das hidrovias do estado.
Principais instrumentos	Contratação de empresa especializada
Público-alvo e abrangência	Servidores do Departamento das Hidrovias (DH); Empresas de navegação e operadores logísticos; Cidadãos e usuários das travessias hidroviárias; Demais órgãos estaduais envolvidos com a gestão de recursos hídricos.
Beneficiários diretos	Usuários dos sistema hidroviário do RS.

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome do Programa	Estudo de Viabilidade Econômica da Análise de Processos de Usucapião em Terrenos Marginais
Base legal	Parágrafo 1º, do artigo 5º, do Decreto Nº 58.516, de Dezembro de 2025.
Unidade responsável	Departamento das Hidrovias - DH
Órgãos e entidades parceiras (se houver)	N/A
Objetivo	O projeto tem por objetivo realizar um estudo técnico que avalie o custo-benefício da análise de aproximadamente 1.300 processos de usucapião relacionados a terrenos marginais localizados próximos a corpos d'água. A iniciativa será conduzida pelo Departamento de Infraestrutura Hidroviária e buscará demonstrar, por meio de dados objetivos, se o custo operacional dessas análises é superior à arrecadação oriunda das taxas aplicadas aos processos de demarcação.
Justificativa	A análise empírica atual indica que o custo da análise dos processos de usucapião em terrenos marginais supera os benefícios financeiros gerados por essa atividade. A realização de um estudo estruturado é essencial para embasar tecnicamente uma eventual mudança de política pública ou de estratégia institucional em relação ao tratamento desses processos. Tal estudo poderá otimizar a alocação de recursos e o foco do Departamento em ações com maior retorno para a administração pública.

Principais instrumentos	Estudo Técnico e Econômico.
Público-alvo e abrangência	Tomadores de decisão do Departamento de Infraestrutura Hidroviária; Gestores de políticas públicas na área de gestão territorial e fundiária; Órgãos de controle e fiscalização; demais unidades da administração pública envolvidas com a regularização fundiária e gestão de terrenos marginais.
Beneficiários diretos	Requerentes de processos de regularização de terrenos próximos à corpos hídricos via usucapião judicial ou extrajudicial.

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome do Programa	PROJETO HIDROVIA DAS LAGOAS LITORÂNEAS
Base legal	Inciso II, do artigo 2º, do Decreto Nº 58.516, de Dezembro de 2025.
Unidade responsável	Departamento das Hidrovias - DH
Órgãos e entidades parceiras (se houver)	N/A
Objetivo	Avaliar a viabilidade conceitual do projeto de interligação das lagoas litorâneas do Litoral Norte do RS (de Torres até Quintão) por meio de canais navegáveis, destinados ao uso turístico, ao transporte local de passageiros e eventualmente de cargas leves. Objetivos Específicos: Levantar os canais e conexões existentes entre as lagoas; Mapear os obstáculos à navegação (pontes, tubulações, profundidades limitantes); Definir traçados conceituais para interligação das lagoas; Avaliar preliminarmente o potencial turístico e os aspectos ambientais envolvidos; Propor um plano de ação para futura execução do projeto.
Justificativa	A região do litoral norte do Rio Grande do Sul apresenta elevada densidade populacional, tanto fixa quanto sazonal, além de grande concentração de corpos hídricos de baixa profundidade. Esses corpos d'água, embora parcialmente isolados entre si do ponto de vista da navegação, contam com alguns canais naturais e artificiais remanescentes da navegação histórica. Há, portanto, uma viabilidade técnica preliminar para reativar o uso navegável dessas lagoas mediante melhorias pontuais de dragagem e

	adequações de canalização. Historicamente, o transporte hidroviário já foi uma realidade no Litoral Norte gaúcho. Desde o século XIX registram-se iniciativas de navegação lacustre conectando Torres, Osório e Palmares do Sul, aproveitando a sequência de lagoas e cursos d'água interligados. Por volta de 1908, por exemplo, havia ao menos sete barcos tipo iate, uma lancha a querosene e um vapor operando nas lagoas entre Torres e Conceição do Arroio (atual Osório), transportando passageiros e mercadorias. Esse sistema integrado fazia parte do Serviço de Transporte entre Palmares do Sul e Torres (STPT) – um complexo logístico que combinava trechos navegáveis e linha férrea – concebido no Plano Geral de Viação do Estado em 1913. Em 1921, foi inaugurada a estrada de ferro Palmares–Osório, integrando-se à rota lacustre para agilizar o escoamento da produção regional. Esse período áureo da navegação interior no Litoral Norte estendeu-se até meados do século XX. A partir dos anos 1950, porém, a concorrência das rodovias e a precariedade da infraestrutura fluvial levaram ao declínio do sistema. Em 1958 os serviços lacustres já se encontravam deficitários, e foram oficialmente desativados em 1960, com o desmonte do porto lacustre de Osório. Existem diversos estudos históricos de ligação de Porto Alegre ao mar através das lagoas, datando desde 1861 (projeto do Barão de Tamandaré para uma hidrovia Porto Alegre–Torres). Estudos posteriores foram realizados em 1887, 1922, 1928, 1942 (canal Porto Alegre–Tramandaí), 1959 (canal marítimo de Quintão) e 1960, culminando no estudo da CODEL de 1962–1963. O projeto de 1922 propunha uma via navegável interior com 10 m de largura, 1,80 m de profundidade e 280 km de extensão, para permitir a passagem de barcaças de 180 toneladas pelas lagoas até Torres. Já o projeto de 1959, elaborado pelo Instituto de Pesquisas Hidráulicas da UFRGS a pedido do Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais (DEPREC), previa um canal de gabarito marítimo, com 110 m de largura de

	fundo, 10 m de profundidade e 77 km de comprimento, avançando 15 km mar adentro a partir de um ponto situado cerca de 95 km ao sul do farol de Cidreira. A maioria desses estudos visava à criação de um porto marítimo e de um complexo industrial no litoral, como alternativa ao porto de Rio Grande. No estudo da CODEL (1963) foram avaliados quatro traçados diferentes (todos objetivando a ligação ao mar), partindo da embocadura do Guaíba na Lagoa dos Patos: Guaíba – Ponta dos Estaqueadores - Quintão; Guaíba – Saco do Cocuruto – Quintão; Guaíba – Vila do Posto – Cidreira; Guaíba – Palmares – Pinhal. As distâncias desses traçados até o mar variavam entre 127 e 143 km. Considerou-se, nesse estudo da CODEL, canais com profundidade mínima de 6,5 m (dada a abertura para o mar), largura de fundo de 50 m e taludes inclinados em 4:1 (sem revestimento) – exceto nas lagoas, onde se previu taludes 5:1 devido às condições mais difíceis de navegação. O resultado desses estudos históricos foi a decisão de priorizar a abertura de um canal na Lagoa dos Patos e a implantação de um porto marítimo em Rio Grande, aproveitando a existência natural do canal de acesso ao mar nessa localidade. Assim, os projetos de interligação direta das lagoas do Litoral Norte foram abandonados em meados do século XX.
Principais instrumentos	Convênios com municípios.
Público-alvo e abrangência	O Litoral Norte do Rio Grande do Sul consiste em oito municípios banhados pelo Oceano Atlântico – Balneário Pinhal, Cidreira, Tramandaí, Imbé, Xangri-lá, Capão da Canoa, Arroio do Sal e Torres – além de incluir as praias de Quintão (distrito de Palmares do Sul), Atlântida Sul (distrito de Osório) e Santa Rita de Cássia (distrito de Terra de Areia). Essas localidades, especialmente as cidades litorâneas, seriam diretamente beneficiadas pela reativação da navegação nas lagoas, com possíveis impactos positivos também para municípios do interior que servem de origem/destino de turistas e residentes. Os dados populacionais e econômicos dos principais

	municípios potencialmente afetados (direta ou indiretamente) pela navegação das lagoas no litoral norte são os seguintes: Porto Alegre – 1.389.322 habitantes – PIB per capita de R$ 54.647,38 Tramandaí – 56.296 habitantes – PIB per capita de R$ 23.072,56 Imbé – 27.931 habitantes – PIB per capita de R$ 26.424,42 Xangri-lá – 16.907 – PIB per capita de R$ 42.809,21 Capão da Canoa – 66.012 habitantes – PIB per capita de R$ 35.739,83 Arroio do Sal – 11.384 – PIB per capita de R$ 27.241,90 Torres – 43.268 habitantes – PIB per capita de R$ 35.095,54 Osório – 48.929 habitantes – PIB per capita de R$ 38.855,58 Terra de Areia – 10.569 habitantes – PIB per capita de R$ 25.729,73 Balneário Pinhal – 15.371 habitantes – PIB per capita de R$ 21.310,39 Palmares do Sul – 13.170 habitantes – PIB per capita de R$ 64.856,58 Total no litoral = 309.837 habitantes permanentes (aproximadamente). Uma consideração relevante é a flutuação populacional sazonal nessa região. Durante o verão, a população presente mais do que dobra em média, em comparação à população permanente das cidades litorâneas próximas às lagoas. Em janeiro de 2015, estimativas indiretas baseadas no consumo de água indicaram que a população dos municípios do Litoral Norte aumentava, em média, 141,2% durante o verão, em relação à população permanente. Os maiores crescimentos foram registrados em Atlântida Sul (499,2%), Quintão (495,9%) e Arroio do Sal (231,3%), evidenciando a forte pressão sazonal sobre a infraestrutura e os serviços públicos da região. Além do acréscimo populacional durante a alta temporada, nota-se um impacto econômico significativo no litoral. A variação observada no ICMS do litoral norte sugere que a flutuação populacional sazonal vem acompanhada por uma flutuação significativa do fluxo econômico na região litorânea. Os dados acima indicam um grande potencial de demanda de transporte e serviços nos meses de verão. Mesmo no período de baixa temporada, deve-se considerar a população permanente significativa residente na região, a qual

	também se beneficiaria de novas opções de mobilidade.
Beneficiários diretos	Usuários do sistema, moradores das localidades e empresários.

Departamento de Gestão de Contratos, Fiscalização e Medições	
Principais atribuições	I - proceder à instrução, atualização, acompanhamento e orientação dos contratos, observando a legalidade e o cumprimento do objeto e prazo de execução; II - acompanhar o cumprimento das disposições contratuais e propor a adoção de providências legais que se fizerem necessárias, na hipótese de inadimplemento, baseada nas informações devidamente fundamentadas, dos fiscais ou gestor do contrato; III - dar suporte e orientar os fiscais no que tange ao acompanhamento da execução do contrato; IV - consolidar e disponibilizar informações para os órgãos de controle interno e externo, Procuradoria-Geral do Estado, Ministério Público e órgãos do judiciário, e propor medidas de melhorias sobre inconformidades identificadas; V - exercer o acompanhamento e controle dos indicadores de desempenho dos processos de gestão de contratos, bem como das informações sobre a qualidade dos bens, serviços e obras contratadas; VI - exercer o acompanhamento e controle dos processos de notificação, apuração de responsabilidades e definição de penalidades de fornecedores por descumprimento contratual; VII - promover a divulgação, no âmbito de suas competências, de informações, elaborar e formalizar contratos; VIII - manter sob a guarda os contratos originais, respeitando os prazos previstos na tabela de temporalidade do Estado; IX - controlar a execução física e financeira dos contratos; X - providenciar o registro de todos os contratos, aditivos e alterações no respectivo Sistema Coorporativo de Gestão de Contratos e demais ferramentas de gestão exigidas pelo Estado;

	XI- instruir inicialmente os processos para fins de responsabilização e aplicação de penalidades a contratada, em casos de descumprimento contratual, nos termos da legislação vigente, e posterior encaminhamento ao setor competente para apuração das faltas, bem como fazer o acompanhamento de seu andamento; XII - disponibilizar as informações e arquivos de documentos para alimentação do Portal Transparência e Sistemas de Órgãos de Controle, zelando pelo cumprimento dos prazos e exigências legais; XIII - dar publicidade à celebração de contratos, aditamentos e alterações por meio de publicação no Diário Oficial; XIV - controlar a vigência dos contratos e providenciar os aditamentos e alterações; XV- acompanhamento das prestações de garantias; XVI - elaborar e enviar notificações aos contratados, sempre que necessário. **§ 1º À Divisão de Fiscalização, Obras e Monitoramento de Contratos, compete:** I -gerir e fiscalizar os contratos de serviços e de obras de acordo com os contratos; II - elaborar as ordens de início, reinício ou paralisação dos serviços das obras na sua área de atuação; III - acompanhar a execução físico/financeira de todos os contratos e disponibilizar informações sobre as obras e serviços em execução, reiniciadas e paralisadas; IV - acompanhar e propor as ações necessárias e/ou soluções economicamente viáveis fornecidas pelos fiscais de obras ou pelas equipes de campo oficializadas; V - verificar a aplicação da conformidade contratual do processo de medição, adotando as medidas necessárias para eventuais correções; VI - realizar o controle orçamentário dos contratos;

	§ 2º Divisão de Gestão de Contratos, compete: I - orientar e supervisionar os processos de aquisições e de gestão de contratos; II - disseminar políticas, diretrizes, práticas e normas de aquisições e contratos no órgão e propor melhorias nos processos setoriais; III - acompanhar a fiscalização e auxiliar na gestão administrativa dos contratos de prestação de serviços, aquisições e obras da Secretaria; IV - orientar as demais áreas da Secretaria quanto à correta execução e fiscalização dos contratos administrativos; V- controlar a execução física e financeira dos contratos; VI - registrar, manter e acompanhar a execução de todos os contratos, convênios e parcerias, aditivos e alterações, por meio dos sistemas de gestão de contratos disponíveis; VII - instruir inicialmente os processos para fins de responsabilização e aplicação de penalidades a contratada, em casos de descumprimento contratual, nos termos da legislação vigente, e posterior encaminhamento ao setor competente para apuração das faltas, bem como fazer o acompanhamento de seu andamento; VIII- disponibilizar as informações e arquivos de documentos para alimentação do Portal Transparência e Sistemas de Órgãos de Controle, zelando pelo cumprimento dos prazos e exigências legais; IX - dar publicidade à celebração de contratos, aditamentos e alterações por meio de publicação no Diário Oficial; X - controlar a vigência dos contratos e providenciar os aditamentos e alterações; XI - acompanhamento das prestações de garantias; XII - elaborar e enviar notificações aos contratados, sempre que necessário; XIII - garantir a disponibilização de informações e cópias de documentos.
Divisão de Fiscalização, Obras e Monitoramento de Concessões	

Atuação	• *Coordenação das atividades inerentes às disposições de contratos de concessão e permissão de sua competência;* • *Monitoração dos contratos de concessões de rodovias;* • *Análise de relatórios de andamento dos contratos de concessões de rodovias.* • *Monitoração dos indicadores de desempenho das concessões de rodovias;* • *Execução das atividades de gerenciamento, fiscalização e controle dos contratos de concessões de rodovias.* • *Controle temporal das obras de ampliação de capacidade e melhorias.*
Destaques da gestão	*Busca-se garantir maior segurança viária, eficiência operacional, transparência na gestão contratual e continuidade dos serviços, contribuindo para a integração regional, o desenvolvimento econômico e a melhoria da logística e da mobilidade no Estado.*
Pontos de atenção para a transição	*Novas concessões estão em fase de estudos e análise para a abertura do processo de licitação, envolvendo os blocos 1 e 2 de rodovias concedidas.*

LICITAÇÕES EM ANDAMENTO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO			
Processo	**Objeto**	**Fase atual**	**Próximas etapas**
Bloco 1 de Rodovias Concedidas	*A concessão inclui as rodovias das regiões: Metropolitana, Litoral Norte, Vale do Sinos, Vale do Paranhana e Serra (região das Hortênsias.*	*Suspenso (aguardando decisão da nova gestão)*	*Licitação, início da concessão e trabalhos iniciais*
Bloco 2 de Rodovias Concedidas	*A concessão inclui as rodovias onde as regiões contempladas integram o Norte do Estado (eixos de Passo Fundo e Erechim) e o Vale do Taquari.*	*Suspenso (aguardando decisão da nova gestão)*	*Elaboração do contrato de concessão, Licitação, início da concessão e trabalhos iniciais*

OBRAS EM ANDAMENTO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO				
Objeto	**Localização**	**Valor**	**% executado**	**Status**
Contrato SELT nº 20/2021	*RSC-287 - Km 28,30 ao km 232,54 (Tabaí a Santa Maria)*	*N/I*	*N/I*	*Em andamento*
Contrato SELT nº 50/2022	*ERS-122 (km 0 a 168,65); ERS-240 (km 0 a 33,58);*	*N/I*	*N/I*	*Em andamento*

	RSC-287 (km 0 a 21,49); ERS-446 (km 0 a 14,84); RSC-453 (km 101,43 a 121,41); BR-470 (km 220,50 a 233,50)			

Programas, resultados e agenda de continuidade

PROGRAMA BLOCO 0 – CONCESSÃO RODOVIÁRIA DA RSC-287

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome do Programa	*Bloco 0 – Concessão Rodoviária da RSC-287 (Concessionária Rota de Santa Maria)*
Base legal	*Edital de Concessão nº 001/2020 – RSC-287 (disponível em Microsoft Word - 20040000005752 Concessao Rodovia RSC 287 SGGE Minuta de edital) Contrato SELT nº 20/2021 (disponível em 31182643-contrato-concessao-rsm-287.pdf)*
Unidade responsável	*SELT/ DEGCFM – Diretoria de Gestão de Contratos, Fiscalização e Medições*
Órgãos e entidades parceiras (se houver)	*Secretaria da Reconstrução Gaúcha – SERG Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos delegados do Rio Grande do Sul - AGERGS*
Objetivo	*Promover a gestão, o acompanhamento e a fiscalização dos contratos de concessão das rodovias estaduais do Rio Grande do Sul, assegurando o cumprimento das obrigações contratuais pelas concessionárias, a adequada execução dos investimentos e dos serviços previstos, a manutenção e a melhoria da infraestrutura rodoviária e a qualidade dos serviços prestados aos usuários.*

Justificativa	*A continuidade do Programa de Concessões Rodoviárias do Estado do Rio Grande do Sul é fundamental para assegurar a adequada gestão da infraestrutura rodoviária concedida, o cumprimento das obrigações contratuais e a execução dos investimentos e serviços previstos nos contratos. A atuação contínua do Poder Público no acompanhamento, na fiscalização e no controle das concessões contribui para garantir a qualidade dos serviços prestados aos usuários, a segurança viária, a conservação das rodovias e a transparência na execução contratual. Além disso, o programa constitui instrumento relevante para a modernização da infraestrutura de transportes, o fortalecimento da logística estadual, a integração entre regiões e o desenvolvimento econômico e social do Estado.*
Principais instrumentos	*O principal instrumento de acompanhamento da concessão é o PER – Programa de Exploração da Rodovia, no qual consta a descrição da rodovia e obrigações da concessionária, incluindo:* *- Recuperação e manutenção* *- Ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço* *- Conservação* *- Serviços operacionais* *O PER é o Anexo 2 do Contrato SELT nº 20/2021 e está disponível em:* Microsoft Word - 20040000005752 Concessao Rodovia RSC 287 PER
Público-alvo e abrangência	*A concessão inclui a extensão de 204,51 km da rodovia RSC-287 entre o entroncamento com a BRS-386, no município de Tabaí, km 28,03, e o entroncamento com a ERS-509, no km 232,54, em Santa Maria. Ao todo, o trecho da rodovia concedida corta doze municípios gaúchos: Tabaí, Taquari, Venâncio Aires, Santa Cruz do Sul, Vera Cruz, Vale do Sol, Candelária, Novo Cabrais, Paraíso do Sul, Agudo, Restinga Sêca e Santa Maria.*
Beneficiários diretos	*Os beneficiários diretos do Programa de Concessões Rodoviárias são os usuários das rodovias estaduais concedidas, incluindo motoristas de veículos leves e*

	pesados, transportadores de cargas, operadores de transporte de passageiros e demais pessoas que utilizam a infraestrutura rodoviária. Também são beneficiados os setores produtivos, comerciais, industriais e agropecuários que dependem da malha rodoviária para o deslocamento de pessoas e o escoamento da produção. A abrangência compreende os usuários e as atividades econômicas atendidos pelos trechos rodoviários integrantes dos contratos de concessão vigentes no Estado do Rio Grande do Sul. Os dados disponíveis demonstram fluxo médio diário de 43.570,81 veículos. *(dados obtidos no RETOFF – Relatório Técnico, Operacional, Físico e Financeiro)*

PROGRAMA BLOCO 3 – CONCESSÃO RODOVIÁRIA DAS RODOVIAS QUE COMPÕEM O TERCEIRO BLOCO DE CONCESSÕES

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome do Programa	*Bloco 3 – Concessão Rodoviária das rodovias que compõem o terceiro bloco de concessões (Concessionária Caminhos da Serra Gaúcha)*
Base legal	*Edital de Concessão nº 001/2022 – Bloco 3 de Rodovias (disponível em 25162051-edital-e-anexos.pdf)* *Contrato SELT nº 50/2022 (disponível em 25162238-contrato-de-concessao.pdf)*
Unidade responsável	*SELT/ DEGCFM – Diretoria de Gestão de Contratos, Fiscalização e Medições*
Órgãos e entidades parceiras (se houver)	*Secretaria da Reconstrução Gaúcha – SERG* *Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos delegados do Rio Grande do Sul - AGERGS*
Objetivo	*Promover a gestão, o acompanhamento e a fiscalização dos contratos de concessão das rodovias estaduais do Rio Grande do Sul, assegurando o cumprimento das obrigações contratuais pelas concessionárias, a adequada execução dos investimentos e dos serviços previstos, a manutenção e a melhoria da*

	infraestrutura rodoviária e a qualidade dos serviços prestados aos usuários.
Justificativa	*A continuidade do Programa de Concessões Rodoviárias do Estado do Rio Grande do Sul é fundamental para assegurar a adequada gestão da infraestrutura rodoviária concedida, o cumprimento das obrigações contratuais e a execução dos investimentos e serviços previstos nos contratos. A atuação contínua do Poder Público no acompanhamento, na fiscalização e no controle das concessões contribui para garantir a qualidade dos serviços prestados aos usuários, a segurança viária, a conservação das rodovias e a transparência na execução contratual. Além disso, o programa constitui instrumento relevante para a modernização da infraestrutura de transportes, o fortalecimento da logística estadual, a integração entre regiões e o desenvolvimento econômico e social do Estado.*
Principais instrumentos	*O principal instrumento de acompanhamento da concessão é o PER – Programa de Exploração da Rodovia, no qual consta a descrição da rodovia e obrigações da concessionária, incluindo:* *- Recuperação e manutenção* *- Ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço* *- Conservação* *- Serviços operacionais* *O PER é o Anexo 2 do Contrato SELT nº 50/2022 e está disponível em: 25162238-contrato-de-concessao.pdf*
Público-alvo e abrangência	*Formado pelos seguintes trechos de rodovias:* *ERS-122 (km 0 a 168,65);* *ERS-240 (km 0 a 33,58);* *RSC-287 (km 0 a 21,49);* *ERS-446 (km 0 a 14,84);* *RSC-453 (km 101,43 a 121,41);* *BR-470 (km 220,50 a 233,50).* *Ao todo, o trecho da rodovia concedida corta dezessete municípios gaúchos: Antônio Prado, Bento Gonçalves, Bom Princípio, Campestre da Serra, Capela de Santana, Carlos Barbosa, Caxias do Sul, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Ipê, Montenegro,*

	Portão, São Leopoldo, São Sebastião do Caí, São Vendelino e Triunfo.
Beneficiários diretos	*Os beneficiários diretos do Programa de Concessões Rodoviárias são os usuários das rodovias estaduais concedidas, incluindo motoristas de veículos leves e pesados, transportadores de cargas, operadores de transporte de passageiros e demais pessoas que utilizam a infraestrutura rodoviária. Também são beneficiados os setores produtivos, comerciais, industriais e agropecuários que dependem da malha rodoviária para o deslocamento de pessoas e o escoamento da produção. A abrangência compreende os usuários e as atividades econômicas atendidos pelos trechos rodoviários integrantes dos contratos de concessão vigentes no Estado do Rio Grande do Sul. Os dados disponíveis demonstram fluxo médio diário de 54.088 veículos.* *(dados obtidos no RETOFF – Relatório Técnico, Operacional, Físico e Financeiro)*

Departamento de Ferrovias	
Principais atribuições	Receber as demandas de novos Projetos Ferroviários, além de fomentar novos investimentos na área; Acompanhar o serviço prestado pela atual concessionária e o processo de renovação da licitação do Governo Federal para a Malha Sul; Acompanhar e atuar nos processos de usucapião Judiciais, bem como nas demandas que os Municípios Gaúchos vierem a ter relativo as faixas de domínio ou com as travessias dentro de seus territórios.
Atuação	Em setembro de 2026, foi anunciada a assinatura do contrato de estudos encomendados pelo Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul – CODESUL, entidade representativa dos estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul, para subsidiar diálogos com o Governo Federal sobre a atual proposta para a Malha Sul de ferrovias. A licitação foi vencida pelo consórcio liderado pela Alvarez & Marsal Consultoria em Engenharia. Com contrato, formalizado por meio do BRDE (Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul), que estabelece um prazo de até 10 meses para conclusão dos estudos, com previsão de um primeiro diagnóstico ainda em 2026. O estudo é motivado pelo fato da proposta apresentada nas audiências públicas pela ANTT para a nova concessão (a atual termina em fevereiro do ano que vem), ter dividido a *Malha Ferroviária Sul* em três lotes. Entretanto, é um modelo que desagrada porque não garante mobilidade para o escoamento de produção aos portos, através de interligação.

	A análise realizada indica que a concepção inicial esteve fortemente associada à lógica de uma renovação antecipada da atual concessionária. Nesse cenário, a estruturação da concessão partia essencialmente da continuidade da operação existente, com a previsão de recomposição de determinados trechos ferroviários. Entretanto, uma nova concessão deve ser estruturada a partir de uma lógica diferente. A definição da rede e do modelo de negócio deve partir das demandas regionais, das regiões produtoras, dos fluxos de carga e de uma rede estruturante de escoamento da produção. O projeto apresentado fica 25% abaixo daquilo que se constitui a malha ferroviária do início do século. Além disso, somente 800 quilômetros dos 3,8 mil quilômetros existentes anteriormente no Rio Grande do Sul estão em operação, sendo que os trechos hoje possuem capacidade para rodagem em apenas 12 km/h. É fundamental, portanto, que a futura modelagem considere de forma efetiva o suporte às operações portuárias de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul e a utilização plena da capacidade instalada dos portos. A ferrovia deve ser compreendida como parte de um sistema logístico integrado, e não como uma infraestrutura isolada. É necessário, segundo o CODESUL, a expansão da malha e abertura do modelo de negócio. Outro elemento que deve ser incorporado à modelagem é a possibilidade de expansão do sistema ferroviário a partir de trechos de menor extensão, as chamadas *short lines,* direcionadas especificamente ao atendimento de regiões produtoras, cooperativas, indústrias, terminais logísticos e parceiros estratégicos da ferrovia. A utilização desse modelo permite criar novas conexões entre a malha estruturante e os polos de produção, possibilitando que investimentos sejam realizados não apenas pela concessionária principal, mas também por cooperativas, indústrias, operadores logísticos e outros agentes econômicos interessados na utilização e expansão da infraestrutura ferroviária. Diante dessas considerações, o Estado do Rio Grande do Sul entende que a futura concessão deve ser reconstruída sobre premissas objetivas e estruturantes, entre as quais: • projeção consistente da demanda ferroviária atual e futura; • identificação das regiões produtoras e dos polos de expansão econômica; • definição de uma rede estruturante de escoamento da produção; • recomposição dos trechos ferroviários estratégicos; • integração logística entre Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; • atenção especial ao Oeste Catarinense e ao Noroeste Gaúcho;

	• suporte efetivo às operações portuárias de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul; • utilização plena da capacidade instalada dos portos; • redução da dependência do modal rodoviário; • equilíbrio econômico-financeiro capaz de atrair efetivamente o mercado; • possibilidade de implantação de short lines para atendimento de regiões e cargas específicas; • estímulo à participação de cooperativas, indústrias, operadores logísticos e parceiros estratégicos; • compartilhamento da infraestrutura ferroviária por diferentes operadores; • fortalecimento dos mecanismos de direito de passagem e tráfego mútuo; • estímulo às autorizações ferroviárias; e • adoção de um modelo de negócio aberto, competitivo e não verticalizado. Os trabalhos da contratada iniciaram com rodadas de entrevistas com os estados participantes e será acompanhado de perto pelo Grupo de Trabalho dedicado às Ferrovias no âmbito do CODESUL.
Destaques da gestão	Atuação em conjunto com o Gabinete do Secretário ao processo de renovação da licitação junto ao Governo Federal; Estudos técnicos de novos Investimentos: Trem Poa x Gramado; Trem Serra Gaúcha; Trem Poa x Torres; Atuação, após as enchentes, onde ocorreram deslizamentos, como o Trem dos Vales.
Pontos de atenção para a transição	Nova licitação do Governo Federal para concessão da Malha Sul.

Programas, resultados e agenda de continuidade – SELT

1. Plano Estadual de Logística e Transportes (PELT-RS)

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	Plano Estadual de Logística de Transportes (PELT-RS)
Base legal	*DECRETO Nº 58.516, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025.*
Unidade responsável	*Diretores de Departamentos*
Órgãos e entidades parceiras (se houver)	*SERG, SELT*
Objetivo	*O Plano de Logística de Transportes do Rio Grande do Sul (Pelt-RS) do Governo do Estado busca mapear gargalos, planejar cenários futuros e orientar investimentos públicos e privados nos próximos anos. O objetivo é alcançar o equilíbrio entre os diferentes modais de transporte: rodoviário, ferroviário, hidroviário, aeroviário e dutoviário.* O projeto prevê, ainda, entregas como planos para potencializar o sistema logístico estadual, considerando os arranjos multimodais e o planejamento nas instâncias estadual e federal, além de tecnologia para construção de painéis de acompanhamento, dashboards em Power BI, e outros elementos que possam compor um escritório de análise de projetos no Estado para futuras administrações.
Justificativa	*O plano visa* auxiliar a coordenação e de orientação, especialmente, no que concerne, ao desenvolvimento dos programas e das ações da Pasta.
Principais instrumentos	*Mapeamento de dados, elaboração de B.I. e coleta de dados diretamente da sociedade civil através de formulários específicos.*
Público-alvo e abrangência	*Público-alvo: usuários de serviços públicos de logística e transportes,* *Território abrangido: Estado do Rio Grande do Sul*
Beneficiários diretos	*Beneficiários: usuários de serviços públicos de logística e transportes*
Observações	*A edição mais recente do plano estadual de transportes e logística encontra-se em andamento.*

2. Programa de Incentivo ao Acesso Asfáltico (PIAA)

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	Programa de Incentivo ao Acesso Asfáltico
Base legal	Lei Complementar nº 15.405, de 18 de dezembro de 2019, e alterações; Decreto nº 55.230, de 1º de maio de 2020; Decreto nº 58.659, de 10 de março de 2026; Instrução Normativa nº 05,

	de 30 de setembro de 2020 e Lei Complementar Estadual nº 15.755/2021.
Unidade responsável	*SELT*
Órgãos e entidades parceiras (se houver)	Daer, SEFAZ
Objetivo	Incentivo ao acesso asfáltico para municípios e empresas
Justificativa	Proporciona melhorias viárias localizadas por meio da utilização do ICMS das Empresas
Principais instrumentos	Utilização de parte do ICMS pago pelas empresas para viabilizar as obras
Público-alvo e abrangência	Municípios, sociedade civil e empresa
Beneficiários diretos	Empresas, população em Geral. O programa abrange o território do Rio Grande do Sul.
Obras em andamento	Ver tabela com obras em andamento: Tabela atualizada PIAA 2026 transição.xlsx

3. Principais entregas e ações por ano das vinculadas

EXERCÍCIO - 2023

PRINCIPAIS AÇÕES DAS VINCULADAS

Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER):

O Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (Daer) executou investimentos em melhorias nas rodovias gaúchas, favorecendo a mobilidade, o escoamento da produção e a segurança dos usuários. Entre as obras em andamento, destaque para a ERS-118, que vem recebendo investimento de R$ 111,3 milhões na construção de seis passarelas, uma elevada e iluminação da via, além da pavimentação da rodovia entre Viamão e o bairro Lami, em Porto Alegre.

Plano de Obras: trata do plano de investimentos em rodovias, que é um recurso extra de R$ 540 milhões, com a finalidade de acelerar obras em andamento, iniciar novos acessos municipais e recuperar rodovias afetada pelas chuvas.

Para isso, o Estado atuou por meio do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (Daer) tanto para realizar os trâmites necessários para a reconstrução das estruturas próprias quanto para apoio aos municípios na elaboração de projetos e planos de trabalho. No total, até outubro de 2023, foram pleiteados junto

à União R$ 103,29 milhões para intervenções em nove pontes em território gaúcho. Dos R$6,63 milhões foram liberados pelo ministério até o momento.

Também cabe destacar o avanço das obras de ligação entre Tapejara e Charrua, com a pavimentação da ERS-430; a conclusão da construção de 12 terceiras faixas na RSC-153, entre Passo Fundo e Tio Hugo, na região Norte do estado; a pavimentação dos primeiros quatro quilômetros de asfalto do trecho da ERS-373, que liga Gramado a Santa Maria do Herval, e a continuidade da pavimentação do acesso a Centenário, nos 8,1 quilômetros que ligam a cidade a Áurea.

Região Norte: R$ 21,3 milhões investidos na construção de 12 terceiras faixas na RSC-153, com 14,08 quilômetros de novas pistas.

Serra: Daer entregou os primeiros quatro quilômetros de asfalto do trecho da ERS-373, que liga Gramado a Santa Maria do Herval. Ao todo, 17 quilômetros passarão por intervenções –dez quilômetros receberão pavimentação, e os demais terão ações de recuperação, com investimento de R$ 37 milhões.

Região Metropolitana: Na ERS-118, são seis passarelas no total, sendo duas finalizadas, nos quilômetros 5,1 e 10,4, em Sapucaia do Sul e Cachoeirinha. Atualmente, está sendo executada a passarela do quilômetro 2,5, com serviços de montagem da estrutura metálica da travessia e concretagem das rampas de acesso. A previsão de entrega é para primeiro semestre de 2024. A passarela do quilômetro 2,1 aguarda desapropriação judicial para início dos serviços, em Sapucaia do Sul, já com a empresa executora designada e aguardando autorização para início dos serviços. Enquanto isso, outras duas aguardam licitação, nos quilômetros 14 e 19, em Gravataí. A conclusão de implantação de todas as passarelas ao longo da ERS-118 depende do andamento dos processos licitatórios e das desapropriações judiciais. Entre Viamão e o bairro Lami, em Porto Alegre, 81% dos 16 quilômetros já contam com pavimento implantado. O investimento total ultrapassa na ERS-118 ultrapassa os R$ 111,3 milhões.

Planalto Médio: prosseguem as obras de pavimentação da ERS-430, que liga Tapejara a Charrua. O trecho conta com nove quilômetros asfaltados, dos 12 totais, com investimento de R$ 24,8 milhões.

Região Noroeste: obras para pavimentação do acesso a Centenário estão com 70% de asfalto concluído nos 8,1 quilômetros que ligam a cidade a Áurea, com investimento de R$ 13,2 milhões.

Impacto

- Mais agilidade e qualificação da mobilidade em rodovias de várias regiões do Estado;
- Crescimento econômico e melhor qualidade de vida para a população.

Portos RS - Rio Grande/RS

Governo realiza segunda etapa da dragagem

O contrato para a segunda etapa da dragagem de manutenção do canal de acesso ao Porto do Rio Grande foi assinado em outubro. O documento foi firmado entre a Portos RS e a empresa Van Oord Serviços de Operações Marítimas, vencedora da licitação realizada pela empresa pública.

O processo, iniciado em novembro, está orçado em R$ 94,5 milhões e será realizado com recursos da Portos RS. O objetivo da obra é manter a eficiência do calado operacional e garantir segurança as operações de entrada e saída de navios na área do complexo portuário rio-grandino, permitindo que embarcações maiores possam utilizar, cada vez mais, o Porto do Rio Grande. A primeira etapa teve início em novembro de 2022 e foi finalizada em janeiro de 2023.

Investimento: 94,5 milhões, com recursos da Portos RS.

Impacto

- Incremento da segurança do calado operacional do Porto do Rio Grande, garantindo uma passagem mais tranquila para as embarcações;
- Aumento das movimentações, gerando mais competitividade ao principal porto marítimo do Rio Grande Sul.

Crescimento:

Portos do Estado registram aumento na movimentação

Os portos do Estado registraram, entre janeiro e dezembro de 2023, uma movimentação de 44.624.428 toneladas, um crescimento geral de 13,88% na movimentação em relação ao mesmo período de2022. O maior resultado foi obtido pelo Porto do Rio Grande, que movimentou 42.544.974 toneladas, 14,40% a mais no comparativo.

Ao longo dos 12 meses de 2023, circularam pelas hidrovias administradas pela Portos RS 3.691 embarcações, sendo 2.971 delas com destino ao Porto do Rio Grande. Além disso, o porto registrou a maior movimentação no primeiro trimestre da história do cais comercial rio-grandino, segundo o levantamento.

Impacto

- Mais evidência do Estado no cenário econômico, apresentando sua eficiência, capacidade produtiva e possibilidades de investimentos.

Melhoria da Infraestrutura:

A Portos RS deu início, em 2023, a segunda etapa da obra de pavimentação das vias internas do Porto do Rio Grande e ao processo de sinalização horizontal e vertical. A modernização do portão 2, para caminhões, permitirá mais agilidade no acesso, pois o peso do veículo será verificado no momento da conferência da documentação.

A empresa também trabalhou no preparo da infraestrutura do cais público rio-grandino para a otimização do recebimento, armazenagem e transporte das pás que irão compor os aerogeradores do parque eólico Coxilha Negra, em construção na cidade de Santana do Livramento.

Foi realizado, ainda, o processo de modernização dos prédios da Portos RS para adequação aos padrões da Receita Federal e também ficar em conformidade com o ISPS Code (sigla em inglês que faz referência ao código internacional para a proteção de navios e instalações portuárias).

Também foram executadas a manutenção preventiva e corretiva das balanças operacionais das unidades de Pelotas e Porto Alegre. Por fim, foram

realizadas a manutenção da sinalização náutica da hidrovia e a aquisição de novas lanternas para utilização nas bóias balizadoras.

Investimento: R$ 62,55 milhões, com recursos da Portos RS.

Impacto

Mais agilidade, qualidade e segurança para as operações portuárias.

Empresa Gaúcha de Rodovias (EGR)

A Empresa Gaúcha de Rodovias (EGR) executou, ao longo de 2023, obras estruturantes para viabilizar melhorias à população. O investimento total em obras concluídas, em 2023, foi de R$ 9,6 milhões.Entre elas, destaque para a construção de uma nova ponte no km 3,5 da ERS-474, em Santo Antônio da Patrulha, após a queda da antiga estrutura em decorrência do ciclone extratropical que atingiu o Estado em junho; a construção de duas rotatórias e ruas laterais no perímetro urbano da RSC-287, em Montenegro; a construção da alça de acesso a Caxias do Sul, na confluência da ERS-122 com a RSC-453; a construção de uma rotatória no quilômetro 91 da ERS-122, em Flores da Cunha, na Serra; e a remodelação da rotatória no entroncamento da RSC-453 com a RST-470, em Garibaldi. No total, as obras tiveram investimento de quase R$ 10 milhões.

Entre as obras em andamento, cujo investimento total é de R$ 7,5 milhões, destacam-se a construção de viaduto na ERS-115, em Gramado, e a construção de rótulas nos kms 27 e 29 da RSC-453, em Lajeado.

Região Metropolitana: construção de uma nova ponte no km 3,5 da ERS-474, em Santo Antônio da Patrulha, após a queda da antiga estrutura devido a decorrência do ciclone extratropical que atingiu o Estado, com investimento de R$ 858.921,72; e de duas rotatórias e ruas laterais no perímetro urbano da RSC-287, em Montenegro, junto aos cruzamentos da rodovia com as ruas Ramiro Barcelos e Coronel Antônio Inácio, com investimento de R$ 5,2 milhões.

Serra: construção de uma alça de 668 metros interligando a ERS-122 ea RSC-453, em Caxias do Sul, com investimento de R$ 1,5 milhão; de uma rotatória no quilômetro 91 da ERS-122, em Flores da Cunha, com investimento de R$ 977 mil; e

remodelação de uma rotatória no entroncamento da RSC-453 com a RST-470, em Garibaldi, com investimento de R$ 1,1 milhão.

A construção de um viaduto no bairro Várzea Grande, no km 36 da ERS-115, em Gramado. A obra está prestes a ser concluída, com investimento de R$ 4,3 milhões.

Vale do Taquari: construção de rótulas nos kms 27 e 29 da RSC-453, em Lajeado, com investimento de R$ 3,2 milhões.

Impacto

A nova ponte em Santo Antônio da Patrulha é segura e garante condições adequadas de trafegabilidade aos usuários que se deslocam entre a Capital e os municípios do Litoral Norte.

. Agilidade no fluxo de veículos e melhoria de travessias de pedestres, evitando acidentes;

. Reforço na segurança para condutores e pedestres, qualificando o deslocamento dos veículos que circulam pela região da Serra Gaúcha;

. Mais segurança aos condutores e pedestres que acessam os bairros do entorno de municípios beneficiados com obras, evitando retenções de veículos, congestionamentos e pontos de espera nos locais.

Santo Antônio da Patrulha – ERS-474, Litoral Norte

Nova ponte foi construída pela EGR em 40 dias.

Investimento: R$ 858 mil

AÇÕES EM GERAL

Plano de Investimentos em Rodovias

Estado amplia aporte de recursos e atinge marca histórica

Em outubro, foi anunciado aumento de R$ 540 milhões no Plano de Investimentos em Rodovias 2023. Com o novo aporte de recursos, o governo do Estado ampliou em 210% o valor de R$ 256 milhões previsto na Lei Orçamentária

Anual (LOA), chegando a R$ 796 milhões anunciados para a infraestrutura viária do Rio Grande do Sul apenas em 2023.

Em termos médios anuais, o valor é cinco vezes superior ao que foi observado nos dez anos anteriores. Estão sendo executados 36 projetos de acessos municipais em todas as nove regiões funcionais do Estado, 30 ligações regionais e 168 obras de conservação ou recuperação. Os recursos se somam ao investimento anterior de mais de R$ 1,7 bilhão no biênio 2021-2022, totalizando R$ 2,5 bilhões destinados à melhoria da infraestrutura viária.

Conforme o Ranking de Competitividade dos Estados, o Rio Grande do Sul saiu da 16ª posição no quesito Qualidade das Estradas, na edição de 2022, para a 7ª posição no relatório de 2023.

Investimento: R$ 796 milhões, com recursos do governo do Estado.

Impacto

- Aceleração de obras em andamento;
- Início de novos acessos municipais;
- Recuperação de rodovias afetadas pelas enxurradas que assolaram o Estado;
- Aumento da qualidade de vida para moradores das regiões;
- Mais movimento na economia;
- Incremento na segurança para o tráfego.

Pontes Estaduais:

Caraá - Santo Antônio da Patrulha – ERS-030, Litoral Norte

No local, o tráfego foi liberado por um desvio provisório, com investimento de R$ 1,5 milhão. O anteprojeto e o orçamento já estão prontos e aprovados pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), que liberou o empenho de R$ 3,9 milhões. O Daer concluiu o termo de referência que aguarda apenas uma confirmação da Procuradoria-Geral do Estado (PGE) para que seja realizada a seleção da empresa que fará a obra de maneira emergencial.

- Valor total da obra: R$ 6,9 milhões.

- Recurso do MIDR: 3,9 milhões.

- Aporte do Estado: R$ 3 milhões

Três Cachoeiras – ERS-494, Litoral Norte local, o tráfego foi liberado por um desvio provisório, com investimento de R$ 1,5 milhão. O anteprojeto e orçamento já estão prontos e aprovados pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, que já liberou o empenho de R$ 2,6 milhões. O Daer está elaborando o termo de referência nos mesmos moldes do caso de Caraá para, na sequência, realizar a seleção da empresa que fará a obra de maneira emergencial.

- Valor total da obra: R$ 5,8 milhões.

Recurso do MIDR: R$ 2,6 milhões.

- Aporte do Estado: R$ 3,2 milhões.

Nova Roma do Sul – ERS-448, Serra

Anteprojeto e orçamento prontos da nova estrutura estão prontos. A obra já foi cadastrada no Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional para recebimento de recursos.

- Valor total da obra: R$ 51 milhões.

- Extensão da ponte: 180 metros.

Bento Gonçalves - São Valentim do Sul – ERS-431, Serra

Anteprojeto e orçamento estão prontos para a construção da nova ponte. A obra já foi cadastrada no Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional para análise. Ainda será definido o valor aportado pelo MIDR.

Valor total da obra: R$ 69 milhões.

Extensão da ponte: 320 metros

Santo Antônio da Patrulha – ERS-474, Litoral Norte

Nova ponte foi construída pela EGR em 40 dias.

Investimento: R$ 858 mil

Pontes Municipais:

O governo do RS fornece apoio técnico para reconstrução das pontes municipais. No momento, o auxílio do Estado é para monitoramento das demandas. Além disso, o Daer se colocou à disposição para auxiliar os municípios na elaboração dos Termos de Referência para a contratação das pontes.

Muçum-Roca Sales, Vale do Taquari – o Daer colocou à disposição do município um auxílio técnico para aprovação do plano de trabalho junto ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, para receber recursos federais.

Valor no S2ID: R$ 12,1 milhões.

Dois Lajeados-Cotiporã, Vale do Taquari – o Daer colocou à disposição do município um auxílio técnico para aprovação do plano de trabalho junto ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, para receber recursos federais.

Valor no S2ID: R$ 4,09 milhões.

Guaporé-Anta Gorda, Vale do Taquari – O município já teve os recursos aprovados pelo governo federal. O Daer colocou à disposição do município um auxílio técnico para aprovação do plano de trabalho junto ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, para receber recursos federais.

Valor no S2ID: R$ 3,9 milhões.

Serafina Corrêa-Nova Bassano, Vale do Taquari – o Daer colocou à disposição do município um auxílio técnico para aprovação do plano de trabalho junto ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), para receber recursos federais.

Valor no S2ID: R$ 1,5 milhões.

Como forma de acelerar a reforma ou reconstrução de pontes, a Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam) dispensou o licenciamento ambiental para intervenções dessas estruturas em municípios prejudicados pelas chuvas. A medida, excepcional, determinou que a regra fosse aplicada a casos em que a ponte estivesse localizada em divisas entre municípios e fossem recompostas no mesmo local.

Instalação da Balsa

Foi expedida, em novembro, a ordem de início da mobilização para a instalação da balsa que fará a travessia do Rio Taquari, entre os municípios de Santa Tereza e São Valentim do Sul, na Serra. Os serviços de mobilização deverão estar concluídos em até 70 dias, quando a balsa iniciará o serviço de transporte de cargas e veículos até a construção de uma nova ponte.

Além de garantir a retomada do tráfego para a população local, a travessia permitirá a conexão entre o Vale do Taquari e a Serra após a destruição da ponte Santa Bárbara, levada pelas chuvas que atingiram o Estado em setembro. O Estado vai pagar, a título de ressarcimento, o máximo de R$ 622.500 pelo custo da instalação, mediante comprovação dos gastos. A tarifa-base será de R$ 9,63. O mesmo valor será destinado à desinstalação dos equipamentos.

Desastre Climático

Ações da Secretaria de Logística e Transportes e de suas vinculadas ajudaram no enfrentamento às consequências dos eventos climáticos.

Os eventos climáticos adversos que afetaram o Estado ao longo de 2023 levaram ao comprometimento total ou parcial de várias pontes. Algumas de responsabilidade do próprio Executivo estadual, outras sob tutela de municípios assolados por fortes chuvas e enchentes.

A diretriz foi a de buscar recursos junto à Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, por meio do Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2ID).

EXERCÍCIO - 2024

PRINCIPAIS AÇÕES DA SECRETARIA

Importante destacar que com os eventos climáticos que atingiram o Estado do Rio Grande do Sul pelo menos dez pontes estaduais e mais de 8 mil quilômetros de rodovias estaduais. No momento mais crítico, o governo investiu, de maneira imediata, R$ 117 milhões na recuperação da malha rodoviária estadual.

Nos meses seguintes, os investimentos para a recuperação seguiram, chegando, na soma, a R$ 432 milhões. Até o fim de 2024, 94% das estradas que tiveram algum tipo de bloqueio por conta das enchentes foram liberadas.

Investimento: R$ 432 milhões

Impacto:

A liberação destes recursos foi importante para possibilitar a liberação das rodovias, com remoção de barreiras e reconstrução de aterros em cabeceiras de pontes.

Os valores liberados foram importantes, ainda, para a contenção de processos erosivos e serviços de manutenção no pavimento para consertar buracos causados pelo excesso de chuvas e pelo trânsito pesado, além de devolver as condições de trafegabilidade nas estradas.

Plano Rio Grande

Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER)

Pontes Estaduais:

Foram incluídas no Plano Rio Grande ligações fundamentais entre cidades e regiões, pontes estratégicas foram levadas pelas águas, em alguns casos, ou tiveram danos irreversíveis em suas estruturas.

Segue uma relação da situação de cada uma e as providências adotadas pelo Departamento para a reconstrução. As pontes listadas abaixo tiveram ordem de início assinada em 2024:

- **VRS-843**, Feliz, Vale do Caí: com investimento de R$ 11,7 milhões, a nova ponte que substituirá a antiga estrutura já teve ordem de início assinada, em agosto. A previsão de conclusão é de até 15 meses.
- **ERS-417**, entre Itati e Três Forquilhas, Litoral Norte: com investimento de R$ 8,2 milhões, a nova ponte no local já teve ordem de início assinada, em outubro. A previsão de conclusão é de 15 meses.
- **RSC-471**, Sinimbu, Vale do Rio Pardo: com investimento de R$ 6,4 milhões, a nova ponte no local teve ordem de início assinada, em outubro. O prazo de conclusão é 15 meses.

Investimento: R$ 26,3 milhões do Daer.

Impacto:

As pontes são fundamentais para devolver a conexão entre cidades e regiões. Importante ressaltar, ainda, que as novas estruturas são robustas, mais modernas que as antigas.

As novas pontes contemplam estudos do Instituto de Pesquisas Hidráulicas (IPH), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), considerando projeções de mudanças climáticas e riscos associados a eventos extremos como o ocorrido este ano.

As obras destas pontes integram o Plano Rio Grande.

Empresa Gaúcha de Rodovias (EGR)

Construção da ponte na ERS-130

A nova ponte ERS-130, entre Lajeado e Arroio do Meio, está sendo construída com 172 metros de extensão 51 metros maior e cinco metros acima da antiga além de contar com duas faixas no pavimento principal e espaço para travessia de pedestres e ciclistas. O custo está estimado em R$ 14,7 milhões, financiado com recursos oriundos do ingresso da cobrança do pedágio da Empresa Gaúcha de Rodovias (EGR). A conclusão da obra está prevista para março de 2025.

Investimento: R$ 14,7 milhões

Impacto:

A nova ponte é fundamental para devolver a conexão entre as duas cidades, além de ser fundamental para o escoamento da produção do Vale do Taquari e para o deslocamento em segurança.

Outro impacto aparece no planejamento de um espaço dedicado a pedestres e ciclistas, oferecendo novas opções de mobilidade sustentável e acessibilidade às comunidades de Lajeado e Arroio do Meio.

Reconstrução do km 88 da ERS-129 [obra concluída]

As fortes chuvas que atingiram o Estado destruíram totalmente mais de 100 metros de extensão, 45 metros de profundidade, 60 metros de largura na base da ruptura e 16 metros de pistas de rolamento e acostamento da estrada, em Muçum. A obra foi concluída em novembro, com investimento de R$ 8,84 milhões.

Investimento: R$ 8,84 milhões

Impactos:

A obra propiciou a retomada desta importante ligação da região do Vale do Taquari, fundamental para o escoamento da produção.

Aprimorar a estabilidade do solo no talude, prevenindo eventuais deslizamentos e erosões.

Reconstrução do km 25 da ERS-115 [obra concluída]

A EGR concluiu a pavimentação asfáltica do trecho de 70 metros no km 25 da ERS-115, em Três Coroas, que foi destruído pelas chuvas em maio. Para a construção de um talude e de um aterro em apenas 16 dias, foi necessário o preenchimento de 14 mil metros cúbicos de material rochoso e a pavimentação completa da via. A obra foi concluída em julho e que pertence ao Plano Rio Grande.

Investimento: R$ 2,9 milhões

Impacto: Aprimorar a estabilidade do solo no talude, prevenindo eventuais deslizamentos e erosões

Portos RS

A Dragagem de canais navegáveis, recebeu no ano de 2024 investimento histórico.

Em novembro, começou a dragagem de canais que foram severamente atingidos pelas enchentes. Com recursos do Fundo do Plano Rio Grande (FUNRIGS), o governo está investindo R$ 731 milhões para dragagens nas hidrovias que sofreram com o acúmulo extraordinário de sedimentos.

A iniciativa faz parte do Plano Rio Grande. Com os recursos, serão executados serviços de batimetria e dragagem em mais de 320 quilômetros de hidrovias interiores, além de cerca de 40 quilômetros de canais na área portuária de Rio Grande e do seu canal de acesso. O prazo para a conclusão de toda a dragagem é de dois anos.

Investimento: R$ 731 milhões

Impacto: Garantia da manutenção das vias navegáveis que foram afetadas pelas enchentes.

O investimento também auxiliará na reconstrução da infraestrutura e de equipamentos do Porto de Porto Alegre.

Além disso, servirá para restaurar as profundidades dos canais de navegação, incluindo o porto de Rio Grande, a hidrovia da Lagoa dos Patos, o Guaíba e o Delta do Jacuí, os canais do Rio São Gonçalo e trechos dos rios dos Sinos, Caí e Gravataí.

Aeroportos Regionais

Caxias do Sul

Em agosto, o governo anunciou a liberação de R$ 14 milhões para qualificação e ampliação do Aeroporto Hugo Cantergiani, em Caxias do Sul, para melhorias no terminal de passageiros e na pista de pouso.

Investimento: R$ 14 milhões

Impacto: Com o fechamento do Aeroporto Salgado Filho por cinco meses, o terminal Hugo Cantergiani se tornou ainda mais estratégico para o Rio Grande do Sul.

O investimento ajudou a ampliar o número de pousos e decolagens de voos vindos de fora do Estado.

Torres, Aeroporto Regional recebe R$ 9 milhões para melhorias.

Foi anunciado, em junho, investimento de R$ 9 milhões para melhorias no Aeroporto Regional de Torres, no Litoral Norte. Os recursos estão sendo aplicados na infraestrutura do aeroporto, em obras de recuperação da cobertura do terminal e do cercamento do terminal e na contratação emergencial do Papi (sigla que, em português, significa Indicador de Percurso de Aproximação de Precisão) para assegurar a aproximação precisa das aeronaves durante pousos e decolagens.

Investimento: R$ 9 milhões

Impacto: O Investimento é importante para que as companhias aéreas tenham interesse em utilizar o terminal como mais uma alternativa ao Aeroporto Salgado Filho e para melhorar a conexão aérea do Rio Grande do Sul.

O Aporte também é fundamental para fomentar ainda mais a aviação regional no Rio Grande do Sul.

Ações em Geral

Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem DAER

Em 2024, o Daer intensificou o trabalho de pavimentação de rodovias do Estado, com destaque para acessos municipais e ligações regionais. Além disso, foram realizados trabalhos de recuperação de rodovias, muitos desses em função das enchentes de setembro de 2023 e abril e maio de 2024.

Conclusão de acessos municipais

Em 2024, o Daer concluiu as obras de sete acessos municipais, dando segmento a uma das metas da gestão: até 2026, todas as cidades que não tem acesso asfáltico estarão com acessos em obras ou em contratação.

As obras foram finalizadas em:

Pinheirinho do Vale (ERS-528), com extensão de 18 quilômetros e investimento de R$ 24,9 milhões;

Mariano Moro (ERS-426), extensão de quatro quilômetros e investimento R$ 5,1 milhões;

Montauri (ERS-447), extensão de 14 quilômetros e investimento de R$ 23 milhões;

Cruzaltense (ERS-483, extensão de quatro quilômetros e investimento de R$ 8,3 milhões;

Centenário (ERS-477), extensão de oito quilômetros e investimento de R$ 14 milhões

Lagoa Bonita do Sul (ERS-400), com extensão de seis quilômetros e investimento de R$ 9,2 milhões.

Pinhal Grande, ERS-149. Investimento de R$ 25,3 milhões em cinco quilômetros.

Até 2019, 62 municípios não tinham acesso asfáltico. Desde então, o governo já concluiu 24 acessos. Ao final de 2024, 18 se encontram em obras, 9 estão por começar e 11 constam na fase de projeto.

Investimento: R$ 109,8 milhões em acessos concluídos.

Impacto: A pavimentação de acessos municipais impacta não somente a realidade dos municípios envolvidos, mas de toda a região.

Quando a cidade tem seu acesso pavimentado, pode gerar mais emprego, renda, atrair investimentos e, principalmente, trazer mais segurança para os veículos que circulam pela região.

Investimentos em recuperação e conservação de estradas:

Ao longo de 2024, as equipes do Daer trabalharam na conservação e recuperação de rodovias.

ERS-403 entre Rio Pardo e Cachoeira do Sul: investidos mais de R$ 8 milhões.

VRS-837, entre Três de Maio e Tucunduva: aporte de R$ 3 milhões, beneficiando 15 quilômetros de rodovia no noroeste do Estado.

Rodovia dos Romeiros, em Farroupilha: importante via para o turismo na Serra, recebeu R$ 3,5 milhões.

BRS-285, Caibaté: R$ 2,5 milhões para recuperar 12,3 quilômetros da rodovia.

ERS-699, entre Chuí e o balneário da Barra do Chuí, em Santa Vitória do Palmar, intervenções em 10,6 quilômetros da rodovia receberam investimento de aproximadamente R$ 1 milhão.

ERS-324 entre Planalto e Nonoai, no Norte: serviços executados renovaram condições do pavimento em 23 quilômetros da rodovia, com investimento de R$ 3,6 milhões.

ERS-553, em Pejuçara: aporte de R$ 3 milhões.

ERS-506, entre Ibirubá e Santa Bárbara do Sul: melhorias nas intersecções em 19 quilômetros tiveram investimento de R$ 26 milhões.

ERS-324, entre Planalto e Nonoai: condições do pavimento foram renovadas em 23 quilômetros da rodovia, com investimento de R$ 3,6 milhões.

Investimento: mais de R$ 54 milhões

Impacto: Mais segurança e melhor trafegabilidade para os motoristas que circulam pelas rodovias do Rio Grande do Sul.

As obras de conservação e manutenção das estradas são fundamentais para a logística do Estado, para escoar a produção e para que a economia também seja beneficiada.

Portos RS

A Portos RS concluiu, em novembro de 2024, a segunda etapa das obras de pavimentação das vias internas do Porto do Rio Grande, com investimento de R$ 56,9 milhões. Além da execução do asfaltamento, também foram realizadas melhorias no sistema de drenagem, construção de caixas separadoras de água e óleo e rampa de lavagem e sinalização, em uma área de 40 mil m². A segunda etapa se soma a primeira, executada em 2022, quando foram pavimentados 20 mil m².

Também em abril de 2024 foram concluídas as obras de adequação das instalações portuárias aos padrões de ISPS Code e de Alfandegamento.

Investimento: R$ 56,9 milhões

Impacto: As obras permitirão um aperfeiçoamento dos padrões de segurança da unidade, garantindo que o porto marítimo gaúcho atue com a utilização dos mais modernos e eficazes sistemas de controle de acesso.

Aeroportos Regionais

Torres

O Aeroporto Regional de Torres recebe R$ 9 milhões para melhorias, anunciado em junho, o investimento será empregado em melhorias no Aeroporto Regional de Torres, no Litoral Norte. Os recursos estão sendo aplicados na infraestrutura do aeroporto, em obras de recuperação da cobertura do terminal e do cercamento do terminal e na contratação emergencial do Papi (sigla que, em português, significa Indicador de Percurso de Aproximação de Precisão) para assegurar a aproximação precisa das aeronaves durante pousos e decolagens.

Investimento: R$ 9 milhões

Impacto:

Investimento é importante para que as companhias aéreas tenham interesse de utilizar o terminal como mais uma alternativa ao Aeroporto Salgado Filho e para melhorar a conexão aérea do Rio Grande do Sul.

Aporte também é fundamental para fomentar ainda mais a aviação regional no Rio Grande do Sul.

Desastre Climático

As ações da Secretaria de Logística e Transportes e de suas vinculadas contribuíram para o enfrentamento das consequências decorrentes do severo evento climático que assolou o estado do Rio Grande do Sul em maio de 2024.

Grande parte da infraestrutura foi comprometida de forma total ou parcial, colapsando os diversos modais, tais como, quedas de pontes e barreiras que seguem demandando ações diretas da Secretaria e de suas vinculadas, assim como a necessidade de implantação de travessias aquaviárias e da reconstrução do Estaleiro Naval de Triunfo.

EXERCÍCIO - 2025

PRINCIPAIS AÇÕES DO SISTEMA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES

Acessos Asfálticos

Desde 2019, quando o Estado ainda tinha 62 municípios sem acessos asfálticos, o governo já investiu mais de R$ 782 milhões em obras do gênero, maior aporte da história com recursos próprios. Atualmente, 29 municípios estão com acessos finalizados, 20 encontram-se em obras, 13 irão começar as intervenções em breve.

Em 2025, foram concluídos os acessos asfálticos aos municípios de Ametista do Sul, Alegria, Senador Salgado Filho, Capão Bonito do Sul e Novo Tiradentes. Essas obras estão alinhadas aos objetivos do Plano Rio Grande, que prioriza intervenções voltadas ao crescimento econômico por meio de uma infraestrutura resiliente e adaptada aos desafios das mudanças climáticas.

Entregas de acessos asfálticos em 2025:

Ametista do Sul (ERS-591): Investimento de R$ 31,6 milhões | Extensão: 8,86 km.

Alegria (ERS-520): Investimento de R$ 11,4 milhões | Extensão: 6 km.

Senador Salgado Filho (VRS-867): Investimento R$ 50,8 milhões |Extensão: 18 km.

Novo Tiradentes (ERS-325): Investimento de R$ 25 milhões | Extensão: 7,8 km.

Capão Bonito do Sul (ERS-461): Investimento deR$ 21 milhões | Extensão: 14,7 km.

Investimento em 2025: R$ 139,8 milhões

Total de investimento desde 2019: R$ 782 milhões

Impacto:

- **Impulso econômico local:** Facilita a atração de novos empreendimentos e dinamiza o comércio nos municípios beneficiados;
- **Redução de custos logísticos:** Melhora a circulação de produtos e pessoas, tornando o transporte mais eficiente e seguro.

Ligações Regionais

O governo do Estado também está investindo mais de R$ 900 milhões em ligações regionais - obras complexas e com extenso traçado viário -, que têm por finalidade qualificar a logística e a mobilidade das regiões do Rio Grande do Sul, de modo a viabilizar o transporte de cargas e o deslocamento de pessoas.

Em 2025, foram concluídas as pavimentações das ligações regionais da ERS-126, trecho entre Guabiju e Nova Araçá, da ERS-324, de Iraí a Planalto, e da ERS-430, de Tapejara a Charrua. São obras estruturantes que objetivam impulsionar o desenvolvimento econômico de municípios e comunidades, restabelecendo e aprimorando a conectividade entre o modal rodoviário, por meio do reforço da segurança nas estradas. No momento, do total de 26 ligações regionais, já foram concluídas seis obras, enquanto as outras 20 encontram-se em fase de execução.

Entregas de ligações regionais em 2025:

- Guabiju e Nova Araçá (ERS-126): Investimento de R$ 60 milhões| Extensão: 15 km.
- Iraí a Planalto (ERS-324): Investimento de R$ 25,2 milhões |Extensão:11 km.
- Tapejara a Charrua (ERS-430): Investimento de R$ 32 milhões | Extensão: 12,1 km.

Investimento em 2025: R$ 117,2 milhões

Total de investimento desde 2019: R$ 900 milhões

Impacto:

- **Fortalecimento da logística e mobilidade:** Melhora o transporte de cargas e o deslocamento de pessoas entre regiões do Estado;
- **Desenvolvimento econômico local:** Impulsiona o crescimento de municípios e comunidades conectadas pelas novas rodovias;
- **Segurança viária e integração regional:** Reforça a segurança nas estradas e amplia a conectividade entre diferentes modais e regiões.

Recuperação e Manutenção de Estradas

Desde 2021, o governo já investiu mais de R$ 1,5 bilhão somente em conservação e manutenção de rodovias pavimentadas e não pavimentadas. O aporte é fundamental para manter as estradas em boas condições de trafegabilidade e melhorar a segurança viária. Em 2025, foram R$ 70,2 milhões investidos em recuperação de rodovias.

Entregas de recuperação asfáltica em 2025:

Recuperação do acesso ao município de Coronel Pilar: Investimento de R$ 10 milhões| Extensão: 12 km.

Recuperação da VRS-843, entre Feliz e Linha Nova: Investimento de R$ 8 milhões | Extensão: 11 km.

Recuperação da RSC-481, entre Cruz Alta e Salto do Jacuí: Investimento de R$ 6 milhões | Extensão: 10 km.

Construção de rampa de escape no km 88 da ERS-129, entre os municípios de Muçum e Vespasiano Corrêa: Investimento de R$ 711 mil | Extensão: 700 metros.

Reparo nas camadas do pavimento e recapeamento da ERS-435, entre os municípios de Putinga e Ilópolis: Investimento R$ 5 milhões | Extensão: 9,2 km.

Reparos e recomposição do pavimento e de pintura na ERS-432, entre o município de Anta Gorda até a ERS-332: Investimento de R$ 2 milhões | Extensão: 8,79 km.

Recuperação do asfalto da RSC-471, em Encruzilhada do Sul, e ações de tapa-buracos entre Pântano Grande e Coronel Prestes, distrito de Encruzilhada do Sul. Investimento: 8,2 milhões | Extensão: 20 km.

Obras de recuperação emergencial em rodovias e pontes atingidas pelas chuvas de junho de 2025, em diversas regiões do Estado: Investimento de R$ 30 milhões.

Total de Investimento em 2025: R$ 70,2 milhões

Programa de Incentivo ao Acesso Asfáltico (PIAA)

O Programa de Incentivo ao Acesso Asfáltico (PIAA) é uma iniciativa do governo estadual que busca fortalecer a malha viária por meio de parcerias com a iniciativa privada. O programa permite que empresas financiem a execução dos serviços com abatimento de até 5% do ICMS devido.

Em 2025, foram assinadas 15 ordens de início de obras pelo Programa de Incentivo ao Acesso Asfáltico (PIAA), totalizando R$ 41,8 milhões em investimentos. Destas obras, 13 obras já estão concluídas e 2 estão em andamento.

Entregas do PIAA em 2025:

Candiota (concluída) - Recuperação de pavimento asfáltico na rodovia Miguel Arlindo Câmara. Investimento: R$ 1.658.836.41.

São João do Polêsine (concluída) - Pavimentação asfáltica de trecho da rodovia VRS-823. Investimento: R$ 6.192.748,00.

Santo Augusto (concluída) - Pavimentação asfáltica em trecho da rodovia ERS-573. Investimento: R$ 5.070.001,47.

Novo Hamburgo (concluída) - Pavimentação da Estrada Presidente Lucena. Investimento: R$ 6.998.910,70

Imigrante (concluída) - Pavimentação asfáltica de trecho da Estrada Geral de Imigrante para Coronel Pilar. Investimento: R$ 495.020,11.

Imigrante (concluída) - Pavimentação asfáltica da Estrada Geral que liga os Municípios de Imigrante e Boa Vista do Sul. Investimento: R$ 690.969,25.

Farroupilha (concluída) - Pavimentação asfáltica do acesso à ERS-122. Investimento: R$ 2.185.503,00.

Nova Alvorada (concluída) - Pavimentação asfáltica entre Nova Alvorada e Montauri. Investimento: R$ 819.249,25.

Santo Antônio da Patrulha (concluída) - Pavimentação asfáltica da Avenida Afonso Porto Emerim. Investimento: R$ 1.998.668,56.

Bozano (concluída) - Pavimentação asfáltica para prolongamento da rua Alfredo Sartori. Investimento: R$ 363.603,95.

Farroupilha (concluída) - Pavimentação asfáltica de trecho da Rodovia ERS-122. Investimento: R$ 890.105,85.

Dona Francisca(concluída) - Pavimentação asfáltica de acesso na rodovia ERS-348 (Rua Alberto Pasqualini). Investimento: R$ 5.689.073,30.

Santa Flora(concluída) - Pavimentação asfáltica de trecho da rodovia VRS-505. Investimento: R$ 4.580.000,00.

Venâncio Aires (em andamento) - Pavimentação asfáltica da estrada de acesso lateral ao pátio da empresa – Santa Emília. Investimento: R$ 690.969,25.

Tapejara (em andamento) - Execução de um trevo de acesso junto à rodovia ERS-463. Investimento: R$ 3.647.861,94.

Total de Investimento em 2025: R$ 41,9 milhões

Impacto:

- Qualificação da malha viária do Estado a partir da parceria entre governo do Estado e iniciativa privada;
- Redução de custos logísticos;
- Estímulo à atividade produtiva local, promovendo o desenvolvimento regional e o fortalecimento da economia dos municípios.

Infraestrutura Portuária

As obras de infraestrutura hidroviária seguem em ritmo acelerado no Rio Grande do Sul. As dragagens de sete lotes de canais navegáveis estão recebendo um investimento de R$ 691,3 milhões. Com o projeto de melhorias no Porto de Porto Alegre, o valor total chega a R$ 731 milhões, provenientes do Fundo do Plano Rio Grande (Funrigs).

As intervenções têm como objetivo recuperar a navegabilidade e garantir condições seguras ao transporte hidroviário, impactado pelo acúmulo de sedimentos após as enchentes de 2024.

Status das dragagens:

- Lote 1 – Canal de Itapuã: concluído;
- Lote 2 – Canais Furadinho e São Gonçalo: em execução. Canais Pedras Brancas e Leitão: concluídos;
- Lote 3 – Canal Feitoria: em execução;
- Lote 4 – Canal de Rio Grande: em execução;
- Lote 5 e 6 – São 11 canais: em processo de licitação;
- Lote 7 – São 4 canais: após a licitação dos lotes 5 e 6, o lote 7 começará a ser trabalhado

Investimento em dragagens: R$ 691,3 milhões do Funrigs

Investimento total de dragagens + infraestrutura portuária: R$ 731 milhões.

Impacto:

- As dragagens representam uma ação estruturante essencial para fortalecer a logística e ampliar a competitividade do Estado, e fundamentais para a manutenção da profundidade e largura exigidas para navegação.

EXERCÍCIO - 2026

Acessos municipais concluídos em 2026:

São José do Inhacorá (RSC-472) - R$ 4,6 milhões

Travesseiro (VRS-811) - R$ 11,8 milhões

Itatiba do Sul (ERS-137) - R$ 13,5 milhões

Barra do Rio Azul(ERS-420) - R$ 21,3 milhões

Acessos municipais a serem concluídos em 2026:

Benjamin Constant do Sul (ERS-487) - R$ 21 milhões

São Martinho da Serra (ERS-516) - R$ 46,5 milhões

Ligações regionais concluídas em 2026:

ERS-373 – Gramado-Santa Maria do Herval – R$ 57,8millhões

Ligações regionais a serem concluídas em 2026:

ERS-403 – Rio Pardo – Cachoeira do Sul – R$ 64 milhões

ERS-165 – Cerro Largo – Rolador – R$ 34 milhões

ERS-734 – Duplicação Cassino – Rio Grande – R$ 87 milhões

Pontes Funrigs concluídas em 2026:

Ponte ERS-348 sobre o Arroio Guarda-Mor, em Faxinal do Soturno – R$ 14,7 milhões

Ponte RSC-471 sobre Arroio Marcondes, em Sinimbu – R$ 8,4 milhões

Pontes Funrigs a serem concluídas em 2026:

Ponte ERS-417 sobre Rio Três Forquilhas, entre Itati e Três Forquilhas - R$ 10,69 milhões

Ponte ERS-348 sobre Rio Soturno em Faxinal do Soturno - R$ 17,58 milhões

Ponte ERS-507 sobre Arroio Capivari, em Alegrete - R$ 7,66 milhões

Obras rodovias Funrigs a serem concluídas em 2026:

ERS-640 Cacequi–Rosário do Sul - R$ 111,69 milhões

ERS-129 - Estrela–Roca Sales - R$ 62,48 milhões

ERS-348 - Agudo–Dona Francisca - R$ 182,43 milhões

RSC-453 – Imigrante - R$ 14,47 milhões

ERS-305 - Horizontina–Vila Cascata - R$ 28,87 milhões

Seção II – Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (Daer)

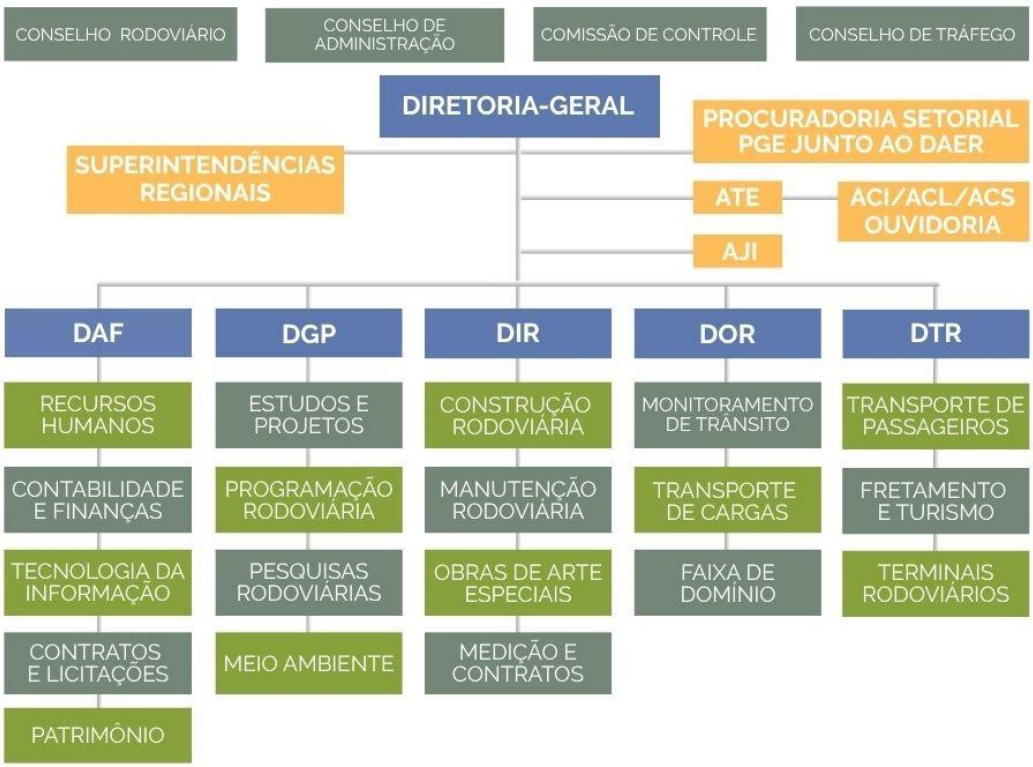
Contextualização

IDENTIFICAÇÃO	
Nome e sigla	*Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (Daer-RS)*
Site	*www.daer.rs.gov.br*
Endereço	*Avenida Borges de Medeiros, 1555* *Praia de Belas - Porto Alegre - RS* *CEP 90110-150*
Base legal	*O DAER foi criado pela Lei Estadual n° 750, de 11 de agosto de 1937, e reorganizado pela Lei Estadual nº 11.090/1998. Regulamentado pelo Decreto Estadual nº 47.199/2010*
Competências legais	*Art. 1° - São áreas de competência do Departamento Autônomo de Estradas de* *Rodagem - DAER -, criado pela Lei n° 750, de 11 de agosto de 1937, como autarquia estadual* *responsável pela gestão do transporte rodoviário do Estado do Rio Grande do Sul, vinculado à* *Secretaria de Infra-Estrutura e Logística: (Redação dada pela Lei n.º 13.045/08)* *I – planejamento rodoviário;* *II – estudos, projetos e desenvolvimento tecnológico rodoviário;* *III – expedição de normas rodoviárias;* *IV – construção, operação e conservação rodoviárias;* *V - concessão, permissão e autorização, e a gestão institucional dos serviços do Sistema* *Estadual de Transporte Público Intermunicipal de Passageiros de Longo Curso de que trata a Lei* *n.º 14.834, de 5 de janeiro de 2016, observado o disposto na Lei n.º 10.931, de 9 de janeiro de* *1997; (Redação dada pela Lei n.º 14.875/16)* *VI – controle e otimização do transporte de carga;* *VII – administração das faixas de domínio público;* *VIII – (REVOGADO pela Lei n.º 14.033/12)* *IX – assessoramento técnico aos municípios;* *X – policiamento de trânsito rodoviário; e* *XI – outras atribuições determinadas pelo Poder Executivo.*
Número de servidores	**Total: 564**

	• **Efetivos: 158** • **Temporários: 107** • **Cedidos: 20** • **Contratados: 62** • **Extranumerários: 198** • **Comissionados: 19**
Número de estações de trabalho (presencial)	**Aproximadamente 500**
Concursos próprios em andamento (se houver)	**Não há**

Organograma

ORGANOGRAMA SIMPLIFICADO



Áreas de assessoramento e apoio à gestão

DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA - DIR

Principais atribuições	Coordenação e direção das atividades relacionadas à construção, restauração e manutenção da infraestrutura rodoviária, incluindo rodovias, obras de arte especiais e sinalização.
Atuação	Planejamento, coordenação e acompanhamento das intervenções, com suporte técnico à tomada de decisões, gestão dos programas e contratos, monitoramento da execução dos serviços e articulação com as áreas técnicas e demais unidades do órgão, visando à adequada aplicação dos recursos e à manutenção da qualidade e da segurança da infraestrutura rodoviária estadual.
Destaques da gestão	*Execução do Programa Avançar, integrante do Plano de Obras do Estado, e do Programa de Reconstrução, Adaptação e Resiliência Climática do Rio Grande do Sul, com financiamento do FUNRIGS, no âmbito do Plano Rio Grande.*
Pontos de atenção para a transição	*Continuidade dos programas em andamento, especialmente das ações relacionadas ao Plano de Obras do Estado e ao Plano Rio Grande, de modo a garantir o adequado acompanhamento e a conclusão das obras em execução, com a consequente entrega das obras.*

Programas, resultados e agenda de continuidade

1. Programa Plano Rio Grande

PROGRAMA PLANO RIO GRANDE	
Nome	*Plano Rio Grande*
Base legal	*Lei nº 16.134 e Decreto Nº 57.647*
Unidade responsável	*DAER/RS*
Órgãos e entidades parceiras (se houver)	*Secretaria da Reconstrução Gaúcha (SERG)*
Objetivo	*Promover a reconstrução, recuperação, adaptação e melhoria da infraestrutura do Estado afetada pelos eventos climáticos de 2024, com foco, no âmbito do DAER, na recuperação e reconstrução da infraestrutura rodoviária, incluindo rodovias, pontes e demais obras de arte especiais, de forma a restabelecer a mobilidade, a segurança viária e a resiliência da malha rodoviária estadual.*
Justificativa	*A continuidade do Plano Rio Grande é fundamental para viabilizar a reconstrução da infraestrutura estadual afetada pelos eventos climáticos de 2024 e promover sua adaptação para maior resiliência a futuros eventos extremos. A manutenção das ações é necessária para assegurar a continuidade das obras de recuperação e reconstrução da malha rodoviária, bem como a*

	conclusão e entrega dos empreendimentos financiados com recursos do FUNRIGS.
Principais instrumentos	*Utilização de recursos do Fundo do Plano Rio Grande (FUNRIGS), contratação e execução de obras e serviços de engenharia, elaboração e aprovação de projetos, fiscalização e gestão contratual, além de ações de recuperação, reconstrução e adaptação da infraestrutura rodoviária estadual. As ações são desenvolvidas de forma integrada à estrutura de governança do Plano Rio Grande e aos instrumentos de planejamento e acompanhamento estabelecidos para sua execução.*
Público-alvo e abrangência	*A população do Rio Grande do Sul, com abrangência em todo o território estadual, especialmente as comunidades e usuários da infraestrutura pública afetada pelos eventos climáticos de 2024. Contempla os usuários da malha rodoviária estadual e os municípios diretamente beneficiados pelas obras de recuperação, reconstrução e adaptação de rodovias, pontes e demais estruturas rodoviárias.*
Beneficiários diretos	*Os beneficiários diretos são os usuários da malha rodoviária estadual e as populações dos municípios atingidos pelos eventos climáticos de 2024 e contemplados pelas ações de recuperação, reconstrução e adaptação da infraestrutura rodoviária. A quantidade de beneficiários é de abrangência estadual, variando conforme a localização e o alcance de cada empreendimento executado no âmbito do Plano Rio Grande.*

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

Foram realizados avanços na recuperação e reconstrução da infraestrutura rodoviária afetada pelos eventos climáticos de 2024, com a execução e contratação de obras de recuperação de rodovias, reconstrução e implantação Obras de Arte Especiais, além de ações voltadas à avaliação e recuperação da infraestrutura existente. Também foram viabilizados investimentos para a retomada da mobilidade e da conectividade regional, com iniciativas executadas diretamente pelo Estado e em parceria com os municípios, contribuindo para o restabelecimento da infraestrutura e para o aumento da resiliência da malha rodoviária estadual.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Etapa atual	**Status:** [ ] em planejamento [ ] em contratação [X] em execução [ ] encerramento **Descrição da etapa:** *O programa encontra-se em fase de execução, com ações de reconstrução, recuperação e adaptação da infraestrutura rodoviária em diferentes estágios. Há obras já concluídas e entregues e empreendimentos em execução, devendo permanecer nessa fase durante a transição*

	e nos períodos subsequentes, conforme os cronogramas e prazos estabelecidos para cada intervenção.
Próxima etapa	**Descrição da próxima etapa:** *Dar continuidade à execução, ao acompanhamento e à fiscalização das obras em andamento, observando os cronogramas físico-financeiros e os prazos estabelecidos para cada empreendimento. A próxima etapa deverá concentrar esforços na conclusão e entrega das obras, assegurando a adequada aplicação dos recursos do FUNRIGS e o cumprimento dos objetivos de reconstrução e recuperação da infraestrutura rodoviária previstos no Plano Rio Grande.*
Orçamento	**Orçamento empenhado até ago/2026:** R$ 3.155.660.166,21 **Orçamento liquidado até ago/2026:** R$ 1.037.647.277,56 **Orçamento LOA 2027:** R$ 1.598.499.275,99 **Fonte do recurso:** 110
Pontos críticos e riscos	*Garantir a continuidade dos processos de contratação e da execução das obras em andamento, com atenção aos prazos contratuais, cronogramas físico-financeiros e disponibilidade orçamentária e financeira. Também será necessário acompanhar os procedimentos relativos às obras remanescentes, de modo a evitar descontinuidade, atrasos ou prejuízos à adequada conclusão e entrega dos empreendimentos.*
Recomendações	*Assegurar a continuidade das ações em andamento, com prioridade para a conclusão e entrega das obras já iniciadas, o prosseguimento dos processos de contratação e a manutenção das ações de conservação rodoviária. Recomenda-se, ainda, o acompanhamento contínuo dos cronogramas físico-financeiros, dos contratos e dos convênios, de forma a garantir a adequada aplicação dos recursos e a continuidade dos investimentos em infraestrutura rodoviária no Estado.*
Mais informações	*https://planoriogrande.rs.gov.br/inicial*

CONTRATOS EM ANDAMENTO DO PROGRAMA

Encontram-se em andamento 32 lotes para recuperação de rodovias e 19 lotes para execução de obras em Obras de Arte Especiais (OAEs), além de 1 contrato para elaboração de Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA), 3 contratos de Supervisão, Análise e Gerenciamento das obras (SAGs) e 1 contrato para realização de inspeções cadastrais e rotineiras em Obras de Arte Especiais. Esses contratos integram as ações de reconstrução e recuperação da infraestrutura rodoviária previstas no âmbito do Plano Rio Grande, com recursos do FUNRIGS.

Obras Funrigs Daer

Lote	Nome do lote	Número do contrato	Valor do contrato	Valor liquidado
Rodovias				
01	ERS 332 - Encantado a Anta Gorda	AJ/TP/002/25	R$ 106.372.097,80	R$ 82.292.909,35
02	ERS 332 - Anta Gorda a Soledade	AJ/TP/006/25	R$ 120.239.724,23	R$ 95.419.313,30
03	ERS 431 - Bento Gonçalves ao distrito de Santa Barbara, São Valentim do Sul	AJ/TP/007/25	R$ 100.985.206,23	R$ 25.975.707,58
04	ERS 444 - Monte Belo do Sul a Santa Tereza	AJ/TP/010/25	R$ 103.291.760,10	R$ 47.346.916,89
05	ERS 448 - Nova Roma do Sul até o Rio das Antas	AJ/TP/003/25	R$ 55.199.617,98	R$ 14.172.185,58
06	ERS 448 - Rio das Antas até Farroupilha	AJ/TP/004/25	R$ 62.869.019,46	R$ 5.061.230,77
07	ERS 452 - Feliz a Vale Real	AJ/TP/013/25	R$ 57.270.637,64	R$ 29.693.134,75
08	ERS 826 - Feliz a Alto Feliz	AJ/TP/012/25	R$ 57.631.989,17	R$ 41.200.539,50
09	ERS 129 - Estrela a Roca Sales	AJ/TP/001/25	R$ 62.478.465,92	R$ 56.517.816,81
10	ERS 149 - Nova Palma a São João do Polêsine	AJ/TP/014/25	R$ 79.087.189,09	R$ 23.424.025,13
11	ERS 348 - Agudo a Dona Francisca	AJ/TP/008/25	R$ 182.431.100,66	R$ 168.324.487,39
12	ERS 348 - São João do Polêsine a Dona Francisca	AJ/TP/009/25	R$ 35.729.954,93	R$ 34.892.253,11

13	ERS 437 - Vila Flores ao Rio da Prata	AJ/TP/015/25	R$ 61.855.420,19	R$ 8.349.681,67
14	ERS 437 - Rio da Prata a Santana, Antônio Prado	AJ/TP/005/25	R$ 68.318.439,04	R$ 12.952.019,56
15	ERS 640 - Cacequi a Rosário do Sul	AJ/TP/011/25	R$ 111.686.537,61	R$ 98.622.355,68
16	ERS 415 - Bom Princípio a Tupandi	AJ/TP/038/25	R$ 23.792.338,12	R$ 19.599.069,75
17	ERS 486 - Tainhas a Terra de Areia	AJ/TP/030/25	R$ 141.514.648,07	R$ 68.449.497,02
18	ERS 433 - Relvado	AJ/TP/063/25	R$ 77.640.630,59	R$ 14.903.314,62
19	ERS 431 - Dois Lajeados ao distrito de Santa Bárbara, São Valentim do Sul	AJ/TP/062/25	R$ 84.822.056,74	R$ 4.209.711,59
20	ERS 453 - Caxias do Sul a Lajeado Grande	AJ/TP/067/25	R$ 136.787.583,95	R$ 32.518.057,86
21	ERS 453 - Lajeado Grande a Tainhas	AJ/TP/071/25	R$ 113.602.899,14	R$ 29.781.025,03
22	ERS 840 - Ivoti a Lindolfo Collor	AJ/TP/068/25	R$ 14.737.535,75	R$ 8.105.127,30
23	ERS 873 - Morro Reuter a Santa Maria do Herval	AJ/TP/069/25	R$ 39.383.098,93	R$ 1.375.181,91
26	ERS 020 - Gravataí a Três Coroas (C)	AJ/TP/070/25	R$ 63.849.233,55	R$ 16.979.087,02
27	ERS 425 - Nova Bréscia	AJ/TP/073/25	R$ 43.578.320,22	R$ 9.260.046,26
28	ERS 373 - Gramado	AJ/TP/074/25	R$ 19.350.000,00	R$ 3.423.198,26
29	VRS 858 - Candelária	AJ/TP/075/25	R$ 55.378.629,17	R$ 3.846.101,46
30	ERS 124 - Harmonia a Montenegro	AJ/TP/083/25	R$ 46.958.131,24	R$ 1.757.344,02

31	RSC 453 - Imigrante	AJ/TP/086/25	R$ 14.474.396,15	R$ 1.647.623,05
32	ERS 355 - Veranópolis a Fagundes Varela	AJ/TP/084/25	R$ 56.059.714,98	R$ 9.041.803,93
33	ERS 305 - Horizontina a Vila Cascata	AJ/TP/085/25	R$ 28.873.702,52	R$ 10.818.628,88
34	ERS 241 - São Francisco de Assis	AJ/TP/087/25	R$ 80.072.454,15	R$ 1.762.724,10
Pontes				
01	ERS 030 - Arroio Carvalho - Caraá	AJ/OA/005/24	R$ 6.400.000,00	R$ 6.400.000,00
02	ERS 494 - Arroio Morro Azul - Três Cachoeiras	AJ/OA/011/24	R$ 5.180.000,00	R$ 5.180.000,00
03	ERS 431 - Rio Taquari - São Valentim do Sul	AJ/OA/033/24	R$ 31.377.667,00	R$ 9.006.139,98
04	VRS 843 - Rio Caí - Feliz	AJ/OA/031/24	R$ 15.006.236,17	R$ 6.542.323,94
05	ERS 417 - Rio Três Forquilhas - Itati	AJ/OA/032/24	R$ 10.694.805,23	R$ 9.848.900,94
06	RCS 471 - Arroio Marcondes - Sinimbu	AJ/OA/038/24	R$ 8.270.188,29	R$ 7.271.545,51
07	ERS 348 - Arroio Guarda Mor - Faxinal do Soturno	AJ/OA/024/25	R$ 15.502.054,34	R$ 9.473.356,66
08	ERS 348 - Rio Soturno - Faxinal do Soturno	AJ/OA/044/24	R$ 17.579.838,81	R$ 12.701.706,30
09	ERS 441 - Arroio Não Sabia - Vista Alegre do Prata	AJ/OA/048/24	R$ 17.355.305,62	R$ 0,00
10	ERS 507 - Arroio Capivari - Alegrete	AJ/OA/049/24	R$ 7.657.696,31	R$ 7.547.386,84
11	ERS 530 - Rio Ibicuí Mirim -	AJ/OA/045/25	R$ 6.114.746,42	R$ 150.833,17

	Dilermando de Aguiar			
12	ERS 433 - Arroio Jacaré - Relvado	AJ/OA/047/25	R$ 7.448.872,97	R$ 3.029.031,27
18	ERS 344 - Rio Ijuí - Entre Ijuís	AJ/OA/088/25	R$ 22.606.915,46	R$ 1.388.979,09
19	ERS 129 e 130 - Rio Taquari - Cruzeiro do Sul e Estrela	AJ/OA/082/25	R$ 288.579.514,47	R$ 6.168.770,58
Total geral			**R$ 2.766.096.374,41**	**R$ 1.066.431.093,41**

Valor liquidado posicionado em 14/10/2026.

Programas, resultados e agenda de continuidade

2. Plano de Obras: Programa Avançar - Projetos de Engenharia

PLANO DE OBRAS DO PROGRAMA AVANÇAR	
Nome	Plano de Obras do Programa Avançar
Unidade responsável	DAER
Órgãos e entidades parceiras (se houver)	Secretaria de Logística e Transportes (SELT)
Objetivo	Contribuir para o desenvolvimento do Estado por meio da execução de ações voltadas ao crescimento econômico, à melhoria da infraestrutura e da mobilidade, à promoção do bem-estar da população e ao desenvolvimento sustentável, alinhadas aos eixos de ações e investimentos Avançar no Crescimento, Avançar para as Pessoas e Avançar com Sustentabilidade.
Justificativa	A continuidade das ações é de suma importância para assegurar a adequada conclusão dos serviços em andamento. No período, foram realizadas diversas entregas de projetos de acessos municipais e ligações regionais, além da execução de convênios, sendo fundamental garantir a continuidade dos trabalhos para a conclusão dos empreendimentos e o cumprimento dos objetivos estabelecidos.
Principais instrumentos	Execução de serviços de engenharia rodoviária, contratação de empresas especializadas, celebração e acompanhamento de convênios com municípios.

Público-alvo e abrangência	A população do Estado do Rio Grande do Sul, com abrangência em todo o território estadual, especialmente os usuários da malha rodoviária estadual e os municípios beneficiados pelas obras de acessos municipais, ligações regionais, conservação, recuperação e reconstrução da infraestrutura rodoviária.
Beneficiários diretos	Os beneficiários diretos são os usuários da malha rodoviária estadual e as populações dos municípios atendidos pelas obras de acessos municipais, ligações regionais, conservação, recuperação e reconstrução da infraestrutura rodoviária. A abrangência é estadual, contemplando os municípios alcançados pelas intervenções e os usuários que utilizam os trechos rodoviários beneficiados.

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

Foram realizadas diversas entregas de projetos de engenharia para a pavimentação de acessos municipais e ligações regionais, além da análise de convênios com os municípios. As iniciativas contribuíram para a melhoria da infraestrutura e da mobilidade, a manutenção das condições de trafegabilidade e segurança das rodovias estaduais.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Etapa atual	**Status:** [ ] em planejamento [ ] em contratação [x] em execução [ ] encerramento O programa encontra-se em fase de execução, com ações de análises de projetos, elaboração de orçamentos básicos e inclusão de licenças ambientais. Restam ainda dois projetos em andamento.
Próxima etapa	Finalizar as análises das disciplinas faltantes, bem como os respectivos orçamentos e demais documentos referentes ao meio ambiente.
Orçamento	**Orçamento dotação com alteração 2026:** **Orçamento empenhado até ago/2026: R$ 1.415.614,00** **Orçamento liquidado até ago/2026:** **Orçamento LOA 2027: R$ 795.372,00** **Fonte do recurso: 1 e 8015**
Pontos críticos e riscos	Manter os andamentos/vigências dos contratos, garantindo os prazos restantes e os recursos empenhados.
Recomendações	Acompanhamento das entregas por parte das contratadas e as devidas análises dos setores técnicos da DGP.

Mais informações	

CONTRATOS EM ANDAMENTO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO					
Número	**Objeto**	**Contratado**	**Valor**	**Vigência**	**Status**
AJ/PE/010/22	Elaboração de PFE - ERS-265/702 - Cancelão - Piratini	ECOPLAN	R$ 1.961.434,06	07/10/2024	Vigente paralisado (prazo saldo: 20 dias), medido 25%.
AJ/PE/041/25	Elaboração de PFE - ERS-211 - Entr. ERS-324 – Ponte da barragem Campinas do Sul	ECOPLAN	R$ 1.139.700,13	08/06/2027	Vigente, medido 2%

3. Plano de Obras do Programa Avançar - Obras

PLANO DE OBRAS DO PROGRAMA AVANÇAR	
Nome	*Plano de Obras do Programa Avançar*
Base legal	
Unidade responsável	*DAER/RS*
Órgãos e entidades parceiras (se houver)	*Secretaria de Logística e Transportes (SELT)*
Objetivo	*Contribuir para o desenvolvimento do Estado por meio da execução de ações voltadas ao crescimento econômico, à melhoria da infraestrutura e da mobilidade, à promoção do bem-estar da população e ao desenvolvimento sustentável, alinhadas aos eixos de ações e investimentos Avançar no Crescimento, Avançar para as Pessoas e Avançar com Sustentabilidade.*
Justificativa	*A continuidade das ações é de suma importância para assegurar a adequada conclusão das obras e dos serviços em andamento. No período, foram realizadas diversas entregas de obras de acessos municipais e ligações regionais, além da execução de convênios, ações de conservação e demais intervenções na malha rodoviária estadual, sendo fundamental garantir a continuidade dos trabalhos para a conclusão dos empreendimentos e o cumprimento dos objetivos estabelecidos.*

Principais instrumentos	*Execução de obras e serviços de engenharia rodoviária, contratação de empresas especializadas, celebração e acompanhamento de convênios com municípios, fiscalização e gestão contratual, ações de conservação e manutenção da malha rodoviária estadual.*
Público-alvo e abrangência	*A população do Estado do Rio Grande do Sul, com abrangência em todo o território estadual, especialmente os usuários da malha rodoviária estadual e os municípios beneficiados pelas obras de acessos municipais, ligações regionais, conservação, recuperação e reconstrução da infraestrutura rodoviária.*
Beneficiários diretos	*Os beneficiários diretos são os usuários da malha rodoviária estadual e as populações dos municípios atendidos pelas obras de acessos municipais, ligações regionais, conservação, recuperação e reconstrução da infraestrutura rodoviária. A abrangência é estadual, contemplando os municípios alcançados pelas intervenções e os usuários que utilizam os trechos rodoviários beneficiados.*

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

Foram realizadas diversas entregas de obras de acessos municipais e ligações regionais, além da execução de convênios e de ações de conservação, recuperação e reconstrução da malha rodoviária estadual. As iniciativas contribuíram para a melhoria da infraestrutura e da mobilidade, a recuperação de trechos afetados por eventos climáticos e a manutenção das condições de trafegabilidade e segurança das rodovias estaduais.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Etapa atual	**Status:** [ ] em planejamento [ ] em contratação [X] em execução [ ] encerramento **Descrição da etapa:** *Além das obras já finalizadas e entregues, encontram-se em andamento diversos empreendimentos, enquanto as obras remanescentes estão em diferentes etapas de contratação.*
Próxima etapa	**Descrição da próxima etapa:** *Dar continuidade aos processos de contratação das obras remanescentes, bem como ao acompanhamento, fiscalização e execução dos empreendimentos atualmente em andamento, observando os cronogramas físico-financeiros estabelecidos. A próxima etapa compreende a continuidade dos procedimentos administrativos e contratuais necessários à conclusão e entrega das obras, conforme os prazos previstos em cada empreendimento.*
Orçamento	**Orçamento empenhado até ago/2026:** R$ 3.525.311.960,41

	Orçamento liquidado até ago/2026: R$ 3.609.170.759,13 **Orçamento LOA 2027:** R$ 3.078.988.665,51 **Fonte do recurso:** 001, 268, 8015, 8016, 196, 8000 e 8028
Pontos críticos e riscos	*Garantir a continuidade dos processos de contratação e da execução das obras em andamento, com atenção aos prazos contratuais, cronogramas físico-financeiros e disponibilidade orçamentária e financeira. Também será necessário acompanhar os procedimentos relativos às obras remanescentes, de modo a evitar descontinuidade, atrasos ou prejuízos à adequada conclusão e entrega dos empreendimentos.*
Recomendações	*Assegurar a continuidade das ações em andamento, com prioridade para a conclusão e entrega das obras já iniciadas, o prosseguimento dos processos de contratação e a manutenção das ações de conservação rodoviária. Recomenda-se, ainda, o acompanhamento contínuo dos cronogramas físico-financeiros, dos contratos e dos convênios, de forma a garantir a adequada aplicação dos recursos e a continuidade dos investimentos em infraestrutura rodoviária no Estado.*
Mais informações	*https://mapaavancar.rs.gov.br*

CONTRATOS EM ANDAMENTO DO PROGRAMA

O DAER possui atualmente em sua carteira, no âmbito do Plano de Obras do Programa Avançar, aproximadamente 100 contratos ativos, abrangendo obras de pavimentação asfáltica de acessos municipais e ligações regionais, serviços de conservação rodoviária, sinalização, obras de arte especiais e contratos de apoio técnico, entre outras ações relacionadas à infraestrutura rodoviária estadual.

LICITAÇÕES EM ANDAMENTO DO PROGRAMA

Encontram-se em fase de instrução processual para licitação aproximadamente 70 processos destinados à contratação de obras e serviços, contemplando objetos relacionados à conservação de rodovias pavimentadas e não pavimentadas, conservação da sinalização horizontal e vertical, contratos de apoio técnico, implantação e pavimentação asfáltica de acessos municipais, construção de pontes e duplicação de rodovias.

Plano de Obras DAER - Obras

Obra	Contrato
Acessos Municipais - com contrato (29)	
Acesso Municipal Amaral Ferrador (ERS-354)	PJ/TP/102/98-20

Acesso Municipal Barão do Triunfo - Mariana Pimentel (Lote 1) (ERS-711)	PJ/TP/229/98
Acesso Municipal Benjamin Constant do Sul - Faxinalzinho (ERS-487)	PJ/TP/193/98-10
Acesso Municipal Cerro Grande do Sul - Sentinela do Sul (ERS-715) (Lote 2)	AJ/TP/006/26
Acesso Municipal Entre Rios do Sul - Cruzaltense (ERS-483)	AJ/TP/020/26
Acesso Municipal Garruchos (Lote 1) (ERS-176)	PJ/TP/216/98-10
Acesso Municipal Garruchos (Lote 2)	PJ/TP/207/98
Acesso Municipal Ivorá - São João do Polêsine (Lote 2) (ERS-348)	PJ/TP/155/98-10
Acesso Municipal Jari (ERS-530)	PJ/TP/131/98
Acesso Municipal Pedras Altas - Cancelão (Lote 2) (ERS-608)	AJ/CD/037/24
Acesso Municipal Pirapó (ERS-550)	AJ/TP/076/25
Acesso Municipal Quevedos (ERS-524)	AJ/TP/052/25
Acesso Municipal Santo Expedito do Sul (ERS-465) - Tupanci do Sul (ERS-492)	PJ/TP/142/98-1
Acesso Municipal São José das Missões	AJ/TP/036/26
Acesso Municipal São Martinho da Serra (ERS-516)	PJ/TP/127/98
Acesso Municipal São Pedro das Missões	AJ/TP/019/26
Acesso Municipal Sede Nova	AJ/TP/053/25
Acesso Municipal Segredo - Lagoão (ERS-347)	AJ/TP/064/14
Acesso Municipal Alegria	AJ/CD/001/24
Acesso Municipal Ametista do Sul	AJ/CD/009/23
Acesso Municipal Capão Bonito do Sul (RSC-461)	PJ/TP/162/98
Acesso Municipal Cerro Grande do Sul - Sentinela do Sul (Lote 1)	AJ/TP/023/23
Acesso Municipal Cruzaltense (ERS-483)	AJ/CD/041/22
Acesso Municipal Novo Tiradentes (ERS-325)	AJ/CD/002/24
Acesso Municipal Palmitinho - Pinheirinho do Vale (ERS-528)	AJ/TP/014/18
Acesso Municipal Pinhal Grande	AJ/TP/008/23

Acesso Municipal Rolador (ERS-165)	AJ/TP/055/12
Acesso Municipal Senador Salgado Filho (VRS-867)	AJ/TP/041/13
Acesso Municipal Travesseiro (VRS-811)	PJ/TP/129/98-10
Acessos Municipais - sem contrato em processo de licitação (8)	
Acesso Municipal Monte Alegre dos Campos (ERS-460)	
Acesso Municipal Engenho Velho (ERS-143)	
Acesso Municipal Dois Irmãos das Missões (ERS-330)	
Acesso Municipal São Valério do Sul (ERS-573)	
Acesso Municipal Nova Ramada (ERS-539)	
Acesso Municipal Mariana Pimentel - BRS-116 (Lote 2) (ERS-711)	
Acesso Municipal Pinhal da Serra - Esmeralda (ERS-456)	
Acesso Municipal Jacuizinho - Tunas (ERS-531)	
Acessos Municipais – concluídas (23)	
Acesso Municipal Boqueirão do Leão (ERS-421)	
Acesso Municipal Cândido Godói - Cerro Largo (ERS-165)	
Acesso Municipal Capitão a Encantado	
Acesso Municipal Caraá (ERS-030)	
Acesso Municipal Carlos Gomes (ERS-477)	
Acesso Municipal Centenário (RSC-477)	
Acesso Municipal Cerrito (ERS-706)	
Acesso Municipal Coqueiro Baixo (RSC-425)	
Acesso Municipal Coronel Pilar	
Acesso Municipal Guabiju (ERS-126)	
Acesso Municipal Itacurubi (ERS-541)	
Acesso Municipal Ivorá	
Acesso Municipal Lagoa Bonita do Sul (RS-400)	
Acesso Municipal Mariano Moro (RS-426)	
Acesso Municipal Montauri (RS-447)	

Acesso Municipal Muliterno (ERS-462)	
Acesso Municipal Ponte Preta	
Acesso Municipal Santo Antônio do Palma (ERS-458)	
Acesso Municipal São José do Hortêncio (VRS-874)	
Acesso Municipal Sério (ERS-421)	
Acesso Municipal Sertão Santana (ERS-713)	
Acesso Municipal Ubiretama (BRS-392)	
Acesso Municipal Pedras Altas (Lote 1)	
Ligações Regionais - com contrato (25)	
Ligação Regional Alegrete - Maçambará (ERS-566) (Lote 1)	AJ/TP/121/10-22
Ligação Regional Bagé - Torquato Severo (RSC-473)	AJ/TP/004/12
Ligação Regional Cachoeira do Sul - Rio Pardo (ERS-403) (Lote 2)	AJ/TP/059/25
Ligação Regional Cambará do Sul - São José dos Ausentes (ERS-020)	PJ/TP/163/98
Ligação Regional Cambará do Sul - Itaimbezinho (ERS-427)	PJ/TP/009/90-10
Ligação Regional Candelária - Bexiga (ERS-410) (Lote 1)	PJ/TP/057/94
Ligação Regional Canguçu - Cancelão (Piratini) (ERS-265)	AJ/TP/079/25
Ligação Regional Crissiumal - Horizontina (ERS-305) (Lote 2)	AJ/TP/020/22
Ligação Regional Crissiumal - Padre Gonzales (ERS-305)	PJ/TP/433/98
Ligação Regional Ibirubá - Santa Bárbara do Sul (ERS-506)	AJ/TP/045/10
Ligação Regional Manoel Viana - Silo Sobradinho (Lote 1) (ERS-176)	AJ/TP/043/24
Ligação Regional Rolador - Cerro Largo (ERS-165)	AJ/TP/057/14
Ligação Regional São Bento - Tesouras (ERS-330)	AJ/TP/020/12
Ligação Regional Serra Grande - Santa Maria do Herval (ERS-373)	AJ/TP/135/10
Ligação Regional Tupanciretã - Santa Tecla (RSC-392)	AJ/TP/087/09
Ligação Regional Viamão - Lami Porto Alegre (ERS-118)	AJ/TP/048/11
Ligação Regional Vila Melos - Venâncio Aires (Dação 25.9MM)	PJ/TP/282/98

Ligação Regional Aldeias Indígenas (ERS-324)	AJ/CD/061/22
Ligação Regional Cachoeira do Sul - Rio Pardo	AJ/TP/034/14
Ligação Regional Crissiumal - Horizontina (Lote 1)	PJ/TP/127/01/10
Ligação Regional Iraí - Planalto (ERS-324)	AJ/TP/009/20
Ligação Regional Itapuã - Leprosário (Hospital) (ERS-118)	AJ/TP/048/22
Ligação Regional Nova Roma do Sul - Antônio Prado (ERS-437)	AJ/TP/062/17
Ligação Regional Tapejara - Charrua (ERS-430)	AJ/TP/016/22
Postos Fiscais Rota do Sol	AJ/CD/033/21
Ligações Regionais – concluídas (2)	
Ligação Regional Guabiju - Nova Araçá (ERS-126)	
Ligação Regional Passo Fundo - Tio Hugo (3ª faixa) (RSC-153)	
Duplicações - com contrato (1)	
Duplicação da Travessia de Rio Grande (ERS-734)	AJ/TP/020/23
Duplicações – concluídas (1)	
Duplicação Sapucaia do Sul - Freeway (ERS-118)	
Obras de Arte Especiais - com contrato (3)	
Elevada Entroncamento da ERS-030 c/ ERS-118	AJ/TP/018/22
Ponte - Acesso Municipal Braga	AJ/OA/040/22
Ponte Lajeado Cachoeira - São José do Inhacorá	AJ/OA/013/23
Obras de Arte Especiais – concluídas (1)	
Ponte de Três Cachoeiras (ERS-494)	
Restauros - com contrato (1)	
Restauro Palmares do Sul - Tavares (RSC-101)	AJ/TP/033/22
Recuperações – concluídas (11)	
Recuperação Barão de Cotegipe - São Valentim (RSC-480)	
Recuperação Boa vista do Buricá (ERS-210)	
Recuperação Cachoeira do Sul (RSC-502)	
Recuperação Caibaté (ERS-536)	

Recuperação Cruz Alta - Salto do Jacuí (ERS-481)	
Recuperação Farroupilha (Rodovia dos Romeiros)	
Recuperação Pejuçara (ERS-553)	
Recuperação Planalto - Nonoai (ERS-324)	
Recuperação Rio Pardo - Cachoeira do Sul (RS-403)	
Recuperação Tapejara - Charrua	
Recuperação Três de Maio - Tucunduva (VRS-837)	
Convênios – concluídas (1)	
Duplicação trecho da Av. Paraguasse (Imbé)	

4. Plano de obras: Outros programas

PLANO DE OBRAS de outros programas	
Nome	Outros programas
Unidade responsável	DAER
Órgãos e entidades parceiras (se houver)	Secretaria de Logística e Transportes (SELT)
Objetivo	Atender outras demandas do Estado que não foram incluídas no Programa Avançar.
Justificativa	Integração nacional, ligação regional e conservação da malha rodoviária.
Principais instrumentos	Contratação de serviços de engenharia rodoviária com empresas especializadas em levantamentos da condição da malha, em apoio e assistência técnica para elaboração de Termos de Referência (TR) para projetos de Obras de Arte Especias (OAE), bem como, para elaboração de anteprojetos de engenharia visando futura contratação integrada.
Público-alvo e abrangência	A população do Estado do Rio Grande do Sul, com abrangência em todo o território estadual, especialmente os usuários da malha rodoviária estadual e os municípios beneficiados pelas futuras obras.
Beneficiários diretos	Os beneficiários diretos são os usuários da malha rodoviária estadual.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

Etapa atual	**Status:** [ ] em planejamento [ ] em contratação [x] em execução [ ] encerramento O programa encontra-se em fase de execução, com ações de levantamentos da condição da malha, elaboração de documentos para elaboração de TRs para OAEs e assessoria em projetos e empreendimentos, além de preparação de documentos para encaminhamento de contratações de anteprojetos de engenharia através de licitação.
Próxima etapa	Finalizar as análises e levantamentos e encaminhar para licitação a contratação dos anteprojetos de engenharia.
Orçamento	**Orçamento dotação com alteração 2026:** **Orçamento empenhado até ago/2026: R$ 1.381.838,00** **Orçamento liquidado até ago/2026:** **Orçamento LOA 2027: R$ 1.139.602,00** **Fonte do recurso: 1 e 8015**
Pontos críticos e riscos	Manter os andamentos/vigências dos contratos, garantindo os prazos restantes e os recursos empenhados.
Recomendações	Acompanhamento das entregas por parte das contratadas e as devidas análises dos setores técnicos da DGP.
Mais informações	Todos os documentos pertinentes estão à disposição na DGP.

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

As ações deste programa estão todas em andamento.

CONTRATOS EM ANDAMENTO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO					
Número	**Objeto**	**Contratado**	**Valor**	**Vigência**	**Status**
AJ/CD/030/24	Execução de serviços técnicos de LVC, IRI, ATR e deflexão do pavimento nas rodovias pavimentadas do DAER	PAVESYS	R$ 3.602.268,41	15/04/2027	Vigente paralisado (prazo saldo: 428 dias), medido 38%
AJ/CD/036/25	Prestação de serviços de Assistência Técnica - Apoio p/ elaboração de TR,	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	R$ 573.851,00	12/05/2027	Vigente, medido 11%

	e Assistência técnica e assessoria em projetos e empreendimentos: Itaqui – Alvear, Porto Mauá – Alba Posse e Tiradentes do Sul – El Soberbio.				

LICITAÇÕES EM ANDAMENTO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO			
Processo	**Objeto**	**Fase atual**	**Próximas etapas**
25/0435-0008151-4	Elaboração de Anteprojetos - ERS-330 - Acesso à Palmeira das Missões - Entr. VRS-801 (Chapada)	Em fase final de instrução para licitação (em análise no Conselho de administração para posterior envio à CELIC)	DAER encaminhar à CELIC para licitação

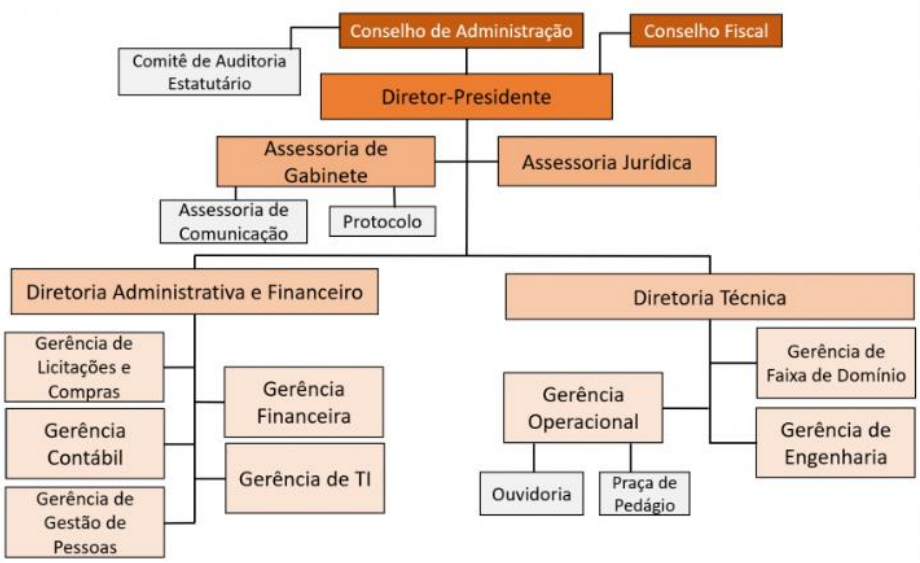
Seção III – Empresa Gaúcha de Rodovias (EGR)

Contextualização

IDENTIFICAÇÃO	
Nome e sigla	Empresa Gaúcha de Rodovias - EGR
Site	www.egr.rs.gov.br
Endereço	Av. Borges de Medeiros, 1555 - 11º andar, Porto Alegre - RS
Base legal	Lei nº 14.876, de 2016
Competências legais	**Exploração da Infraestrutura**: Administrar, conservar, manter, ampliar e melhorar as rodovias e estradas de rodagem que lhe forem outorgadas pelo poder público. **Arrecadação de Tarifas**: Cobrar pedágios nas praças sob sua jurisdição, garantindo que a receita seja aplicada exclusivamente na manutenção e investimentos das rodovias. **Execução de Obras**: Planejar e executar obras de duplicação, pavimentação, sinalização, acostamento e correções geométricas na malha sob sua responsabilidade. **Prestação de Serviços**: Oferecer serviços de atendimento ao usuário nas rodovias, como socorro mecânico (guincho) e atendimento médico de emergência (ambulância). **Parcerias Estratégicas**: Firmar contratos, convênios e parcerias com consórcios, prefeituras ou empresas privadas para viabilizar as intervenções necessárias nas vias. **Espaços Publicitários**: Comercializar espaços publicitários nas praças de pedágio e faixas de domínio, bem como dos respectivos acessos comerciais, industriais e de serviços, dentre outros. **Outros fins**: contrair empréstimos e emitir títulos e valores mobiliários e prestar garantias reais e fidejussórias, assim como contratar seguros.
Número de servidores	**Total: 58** **• Efetivos: 25** **• Temporários: 5** **• Cedidos: 1** **• Terceirizados: 16 (obs.: atuando na sede da empresa)** **• Comissionados: 1** **• Estagiários: 10**
Número de estações de trabalho (presencial)	58 postos de trabalho
Concursos próprios em andamento (se houver)	Não há concursos em andamento

Organograma

ORGANOGRAMA SIMPLIFICADO



Áreas de assessoramento e apoio à gestão

Assessoria Jurídica - AJUR	
Principais atribuições	*Elaborar e executar a gestão de contratos;* *Conhecer e implementar matérias do Direito Administrativo;* *Emitir pareceres;* *Avaliar o reajuste de tarifas e de preços contratuais;* *Executar atividades relacionadas a contencioso trabalhista, civil, ambiental, faixas de domínio, entre outros*
Atuação	*Assessorar as instâncias diretivas quando solicitado*

Assessoria de Gabinete - AGAB	
Principais atribuições	*Assessorar a Diretoria no desempenho de suas atribuições;* *Representar a Presidência em relações institucionais internas e externas;* *Distribuir, revisar e encaminhar, por delegação, os expedientes da Presidência;* *Preparar expedientes, documentos e correspondências especiais para assinatura dos Presidente;*
Atuação	*Assessorar a Presidência*

Programas, resultados e agenda de continuidade

1. FUNRIGS

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	Fundo do Plano Rio Grande – FUNRIGS
Base legal	Lei n°16.134, de 24 de maio de 2024 Decreto nº 57.647, de 03 de junho de 2024
Unidade responsável	Gerência de Engenharia - GENG
Objetivo	Reconstrução e recuperação das áreas afetadas pela catástrofe climática ocorrida no Estado do Rio Grande do Sul em maio de 2024, adaptando as necessidades específicas de cada região
Justificativa	No período entre abril e maio de 2024, o Rio Grande do Sul enfrentou a mais grave catástrofe climática já documentada, marcando um período de intensa adversidade para o estado. Esses eventos foram caracterizados por chuvas excepcionalmente intensas que causaram inundações generalizadas e deslizamentos de terra, afetando diretamente 401 municípios. Até o momento, os números indicam a gravidade da situação: 182 vidas perdidas, cerca de 48.799 pessoas buscando refúgio em abrigos, e 159.036 desalojadas. Além disso, aproximadamente 1.443.950 pessoas foram impactadas de alguma forma, incluindo 372 feridos e 131 desaparecidos. A destruição abrangente levou ao bloqueio de estradas e ao arrasto de casas e veículos pelas correntezas, isolando completamente muitas áreas.
Principais instrumentos	Obras para recomposição dos danos ocorridos nas rodovias, motivados pelos eventos climáticos.
Público-alvo e abrangência	Regiões afetadas pelos eventos climáticos
Beneficiários diretos	Estado do Rio Grande do Sul

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Etapa atual	**Status:** [ ] em planejamento [ ] em contratação [ ] em execução [ ] encerramento **[X] FINALIZADO** **Descrição da etapa:** Todas as obras de melhorias propostas no projeto foram entregues.
Próxima etapa	**Descrição da próxima etapa:** Projeto entregue.
Orçamento	**Orçamento dotação com alteração 2026:** Não se aplica **Orçamento empenhado até ago/2026:** Não se aplica **Orçamento liquidado até ago/2026:** Não se aplica **Orçamento LOA 2027:** Não se aplica **Fonte do recurso:** FUNRIGS
Pontos críticos e riscos	*Não se aplica.*
Recomendações	*Não se aplica*
Mais informações	*Não se aplica*

2. Contratos ativos da EGR

CONTRATOS ATIVOS NA EGR					
Número	Objeto	Contratado	Valor	Vigência	Status
01/2022	BOMBEIROS VOLUNTARIOS - REC	CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTARIOS DE NOVA HARTZ	900.000,00	20/07/2027	Andamento
02/2022	BOMBEIROS VOLUNTARIOS - REC	ASSOCIAÇÃO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE TRES COROAS	900.000,00	21/07/2027	Andamento
03/2022	BOMBEIROS VOLUNTARIOS - REC	ASSOCIAÇÃO CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE BALNEÁRIO PINHA	900.000,00	19/07/2027	Andamento
04/2022	BOMBEIROS VOLUNTARIOS - REC	SOCIEDADE CIVIL CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTARIOS DE ROLANTE	810.000,00	14/09/2027	Andamento
05/2022	BOMBEIROS VOLUNTARIOS - REC	CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE ARARICÁ	900.000,00	02/02/2028	Andamento
06/2022	BOMBEIROS VOLUNTARIOS - REC	ASSOCIACAO MANTENEDORA CORPO DE BOMBEIROS DA REGIAO ALTA DO	899.999,55	26/01/2028	Andamento
10/2022	SERVIÇO DE REMOÇÃO E GUINHOS - FAT	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO	7.443.247,50	07/10/2028	Andamento
016/2023	SERV DE MANUT E SUPORTE TECSIDEL - NF	TECSIDEL DO BRASIL LTDA.	4.112.320,38	05/10/2026	Andamento
007/2024	SERV DE OPERACAO E ARRECADACAO PEDAGIO	APL APOIO LOGISTICO EIRELI	54.275.255,48	23/04/2027	Andamento
010/2024	SERV DE OPERACAO E ARRECADACAO PEDAGIO	LSF ENGENHARIA & GESTAO LTDA	28.095.680,60	02/05/2027	Andamento
04/2024	BOMBEIROS VOLUNTARIOS - REC	ASSOCIACAO DE AMIGOS DO CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTARIOS DE SA	360.000,00	08/12/2026	Andamento
040/2024	FORNEC. DE BOBINAS TERMICAS-NF	AUTOPEL AUTOMAÇÃO COMERCIAL E INFORMATICA	315.000,00	26/11/2026	Andamento
01/2025	BOMBEIROS VOLUNTARIOS - REC	SOCIEDADE CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTARIOS DE TEUTONIA	555.000,00	04/04/2027	Andamento

012/2025	SERVICOS DE TELEATENDIMENTO - CALL CENTER	ST SERVICOS EMPRESARIAS	260.462,86	14/05/2027	Andamento
023/2025	CONTRATAÇÃO PARA EXECUÇÃO SERV OPERAÇÃO ELETRICA	RN ENGENHARIA ELETRICA	2.757.000,00	20/10/2026	Andamento
02/2025	CONTENÇÃO DUNAS ERS-040 BAL PINHAL	FUNDAÇÃO MATA ATLANTICA E ECOSSISTEMAS	360.000,00	18/02/2027	Andamento
01/2026	BOMBEIROS VOLUNTARIOS - REC	SOCIEDADE CIVIL CORPO DE BOMBEIROS DE NOVA PETROPOLIS	360.000,00	29/06/2028	Andamento
02/2026	BOMBEIROS VOLUNTARIOS - REC	SOCIEDADE CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTARIOS DE GARIBALDI	360.000,00	30/06/2028	Andamento
008/2026	SERV DE ATENDIMENTO DE RESGATE - NF	T.E.M. EMERGENCIAS MEDICAS LTDA.	9.828.000,00	09/07/2027	Andamento
010/2022	SERVICOS DE OUTSOURCING DE IMPRESSAO REC	ALLGED SOLUCOES DE TI LTDA	196.815,98	04/05/2027	Andamento
020/2022	SERV DE TELECO DE CIRC DE ACESSO - FAT	BRASIL SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA	934.177,35	21/08/2027	Andamento
024/2022	PRESTACAO DE SERV DE INF PUBLICA -NF	PROCERGS - CIA DE PROCES DE DADOS DO ESTADO DO RS	9.363.356,40	20/12/2027	Andamento
008/2023	SERV DE HOSP DE APLIC EM AMB IBM - NF	RCI CONSULTING - CONSULTORIA, ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES	3.165.960,77	06/07/2027	Andamento
009/2023	SERV DE PUBL NO DIARIO OFICIAL - NF	PROCERGS - CIA DE PROCES DE DADOS DO ESTADO DO RS	140.336,06	26/11/2028	Andamento
003/2024	SERV DE TELECO DE CIRC DE ACESSO - FAT	TELEFONICA BRASIL S.A	60.217,46	19/02/2028	Andamento
035/2024	CONTRAT SOLUCAO EMPRESARIAL - ERP - NF	CIGAM SOFTWARE CORPORATIVO S.A.	1.756.037,77	15/10/2026	Andamento
042/2024	SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA	E-SALES SOLUCOES DE INTEGRACAO LTDA	328.156,00	03/12/2026	Andamento
014/2025	SERV DE HOSP DE APLIC EM AMB IBM - NF	VS DATA COMERCIO	90.690,58	22/07/2027	Andamento
017/2025	LOCACAO DE EQUIP. INFORMATICA	ATHENAS AUTOMACAO	2.069.820,00	18/08/2028	Andamento
022/2025	SITE	PROCERGS - CIA DE PROCES DE DADOS DO ESTADO DO RS	160.000,00	17/03/2031	Andamento
004/2026	AUTODESK	NTI BRASIL SOLUCOES DIGITAIS	28.720,00	03/05/2027	Andamento
006/2024	SERV DE LOCACAO DE VEICULOS - NF	LOCADORA DE VEICULOS SANTA CRUZ LTDA.	3.710.452,17	16/04/2027	Andamento

038/2024	FORNEC DE AUXILIO ALIMENTACAO/REF. - NF	GREEN CARD S/A REFEICOES COMERCIO E SERVICOS	1.449.874,67	14/10/2027	Andamento
014/2023	SERV CLIMATIZACAO AR CONDICIONADO-NF	GRM AR CONDICIONADO LTDA EPP	89.399,61	31/07/2027	Andamento
015/2025	PPRA E PCMSO - NF	ENSEG - ENGENHARIA DE SEGURANCA DO TRABALHO LTDA	44.688,00	23/07/2027	Andamento
018/2025	APOIO ADM	FOCUS CONSULTORIA E SERVIÇOS	1.253.455,12	02/092027	Andamento
019/2025	CONTRATACAO DE AGENTE DE INTEGR - NF	CENTRO DE INTEGRACAO EMPRESA ESCOLA DO RS - CIEE	835.199,95	26/09/2027	Andamento
P01/2024	SERV DE COBERTURA DE SEGURO - FAT	CLUBE PASI DE SEGUROS	22.194,00	31/03/2029	Andamento
005/2026	PLATAFORMA DIGITAL SERV QUALIDADE VIDA F	SERVICO SOCIAL DA INDUSTRIA SESI-RS	8.856,53	17/06/2027	Andamento
009/2026	COMBUSTIVEL - NF	PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	1.125.000,00	28/07/2031	Andamento
003/2022	CONSERVACAO RODOVIARIA CONTINUA - NF	LSF ENGENHARIA & GESTAO LTDA	45.058.183,49	21/03/2027	Andamento
033/2022	CONTRAT DOS SERV TEC. DE ENGENHARIA - NF	TREZZI E BONATTI LTDA-ME	5.926.791,04	15/01/2027	Andamento
018/2023	SERV IMPLANTAÇÃO INTERSEÇÃO ACESSO MUÇUM KM83 ERS-129	MATT CONSTRUTORA LTDA	5.050.893,41	17/09/2026	Andamento
002/2024	SERV DE MANUT. E CONSERV. SINALIZAÇÃO RODOVIARIA	SINALIZADORA RODOVIARIA LTDA	5.255.062,88	10/01/2027	Andamento
009/2024	FORN MATERIAL ASFALTICO - NF	GRECA DISTRIBUIDORA DE ASFALTOS S/A	73.942.902,84	13/06/2027	Andamento
022/2024	PROJETO DE GERENCIAMENTO AMBIENTAL - NF	STE - SERVICOS TECNICOS DE ENGENHARIA SA	9.222.473,08	03/07/2027	Andamento
029/2024	SERV DE MANUT RODOVIARIA - ERS-235	DOBIL ENGENHARIA LTDA	9.994.014,17	11/09/2027	Andamento
030/2024	SERV DE MANUT RODOVIARIA - ERS-239	CONSTRUTORA GIOVANELLA LTDA	10.567.425,74	11/09/2027	Andamento
031/2024	SERV DE MANUT RODOVIARIA - ERS-115	CONSTRUTORA E PAVIMENTADORA PAVICON	10.622.012,55	11/09/2027	Andamento
032/2024	SERV DE MANUT RODOVIARIA - ERS-040	CONSTRUTORA PELOTENSE	16.842.528,67	11/09/2027	Andamento

033/2024	SERV DE MANUT RODOVIARIA -ERS-474	CONSTRUTORA E PAVIMENTADORA PAVICON	9.420.580,78	11/09/2027	Andamento
034/2024	SERV DE MANUT. ERS-235	ENCOPAV ENGENHARIA	18.665.459,15	11/09/2027	Andamento
036/2024	SERV DE MANUT RODOVIARIA - RSC-453	CONPASUL CONSTRUCAO E SERVICOS LTDA	14.179.527,55	09/10/2026	Andamento
006/2025	SERV DE MANUT. E CONSERV. SINALIZAÇÃO RODOVIARIA	SINARODO SINALIZADORA RODOVIARIA LTDA	15.571.096,41	10/02/2027	Andamento
008/2025	SERV DE MANUT. E CONSERV. RODOVIARIA CONTÍNUA	E.F. SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	16.982.659,74	13/02/2027	Andamento
024/2025	SERV DE MANUT RODOVIARIA - RSC-453 Km 0 ao 29,83	CONSTRUTORA EXTREMO SUL LTDA	8.867.021,84	17/11/2027	Andamento
025/2025	SERV DE MANUT RODOVIARIA - ERS-135 Km 0 ao 39	RGS ENGENHARIA S.A	7.710.184,92	17/11/2026	Andamento
026/2025	SERV DE MANUT RODOVIARIA - ERS-135 Km 39 ao 78	ENCOPAV ENGENHARIA LTDA	10.407.738,38	17/11/2027	Andamento
027/2025	SERV DE MANUT RODOVIARIA - ERS-130	CONSTRUTORA GIOVANELLA LTDA.	10.398.031,14	17/11/2027	Andamento
028/2025	SERV DE MANUT RODOVIARIA - ERS-130	MATT CONSTRUTORA LTDA	16.763.142,42	17/11/2027	Andamento
007/2026	SERV DE MANUTO RODOVIARIA - ERS-020 Km 82	LSF ENGENHARIA & GESTAO LTDA	1.101.223,54	23/12/2026	Andamento
010/2026	ESTUDO CORTINAS ATIRANTADAS	AZAMBUJA ENGENHARIA E GEOTECNICA LTDA	80.000,00	30/1/2027	Andamento
011/2026	MANUTENCAO PAVIMENTO E PROJ	DELTACON ENGENHARIA	45.000,00	10/2/2027	Andamento
012/2026	SERV DE MANUTENCAO RODOVIARIA - NF	CGJB RIO GUAPORÉ	4.946.190,00	12/8/2026	Andamento
011/2022	CONSULTORIA OU ASSESSORIA- NF	NELSON WILIANS ADVOGADOS	965.000,00	24/05/2027	Andamento
005/2024	SERVICOS DE AUDITORIA CONTABEIS - NF	AWS AUDITORES INDEPENDENTES	58.215,48	25/03/2027	Andamento
041/2024	PREST DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE INVENTARIO	MOREIRA E ANDRADE LTDA	137.000,00	04/12/2026	Andamento
016/2025	ASSESSORIA CONTABIL/JURIDICA	KLASER E KLASER / MLTA MARTINS	1.780.000,00	01/09/2026	Andamento
029/2025	ASSESSORIA CONTABIL	MELO DE BESSA ASSOCIADOS	296.500,00	10/02/2027	Andamento
001/2026	ASSESSORIA CONTABIL	MALTA MARTINS ADVOCACIA	445.000,00	19/01/2029	Andamento
011/2022	CONSULTORIA OU ASSESSORIA- NF	NELSON WILIANS ADVOGADOS	965.000,00	24/05/2027	Andamento

005/2024	SERVICOS DE AUDITORIA CONTABEIS - NF	AWS AUDITORES INDEPENDENTES	58.215,48	25/03/2027	Andamento
041/2024	PREST DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE INVENTARIO	MOREIRA E ANDRADE LTDA	137.000,00	04/12/2026	Andamento
016/2025	ASSESSORIA CONTABIL/JURIDICA	KLASER E KLASER / MLTA MARTINS	1.780.000,00	01/09/2026	Andamento
029/2025	ASSESSORIA CONTABIL	MELO DE BESSA ASSOCIADOS	296.500,00	10/02/2027	Andamento
001/2026	ASSESSORIA CONTABIL	MALTA MARTINS ADVOCACIA	445.000,00	19/01/2029	Andamento
002/2025	CONSULTORIA OU ASSESSORIA- NF	APEX COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA LTDA	635.202,28	20/01/2027	Andamento
005/2025	SERVIÇO BEM-ESTAR FUNCIONAL	GPBR PARTICIPAÇÕES - WELL HUB	120.000,00	24/04/2027	Andamento
023/2023	SERV DE LIMPEZA/COPEIRA - NF	BARZ SOLUCOES INTELIGENTES LTDA	691.624,24	21/12/2026	Andamento
020/2025	SERV DE POSTAGEM	EMPRESA BRASILEIRA DE TELEGRAFOS	30.000,00	04/09/2030	Andamento
002/2023	SERVICO DE RECORTE CLIPPING ELETR - NF	AJUR PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM INFORMÁTICA LTDA.	20.304,00	07/03/2027	Andamento
002/2026	SERV DE ORIENTACAO	ZENITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S/A	30.511,43	11/03/2027	Andamento
003/2026	SERV DE CONSULTORIA OU ASSESSORIA	GOHSME SOLUCOES PARA INTERNET	7.917,30	14/05/2027	Andamento

LICITAÇÕES EM ANDAMENTO NA EGR

Processo	Objeto	Fase atual	Próximas etapas
26/0496-9000363-8	INSPEÇÕES OBRAS DE ARTE ESPECIAIS	RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS	ABERTURA DA SESSÃO DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA LEI 13.303/2016

OBRAS EM ANDAMENTO NA EGR

Objeto	Localização	Valor	% executado	Status
Manutenção Rodoviária ERS-239	ERS-239	10.567.425,74	72	ANDAMENTO
Manutenção Rodoviária ERS-474	ERS-474	9.420.580,78	90	ANDAMENTO
Manutenção Rodoviária ERS-040/ ERS-784	ERS-040/ ERS-784	16.842.528,67	43	ANDAMENTO

Manutenção Rodoviária ERS-115	ERS-115	10.622.012,55	80	ANDAMENTO
Manutenção Rodoviária ERS-235/ ERS-466	ERS-235/ ERS-466	9.994.014,17	76	ANDAMENTO
Manutenção Rodoviária ERS-020/ ERS-235	ERS-020/ ERS-235	18.665.459,15	76	ANDAMENTO
Manutenção Rodoviária ERS-130	ERS-130	10.398.031,14	90	ANDAMENTO
Manutenção Rodoviária ERS-129	ERS-129	16.763.142,42	3	ANDAMENTO
Manutenção Rodoviária ERS-128/ RSC-453	ERS-128/ RSC-453	14.179.527,55	78	ANDAMENTO
Manutenção Rodoviária RSC-453	RSC-453	8.867.021,84	18	ANDAMENTO
Manutenção Rodoviária ERS-135	ERS-135	10.407.738,38	77	ANDAMENTO
Manutenção Rodoviária ERS-135	ERS-135	7.710.184,92	0	ANDAMENTO
Conservação Rodoviária	Malha EGR Lote 1	14.890.000,00	73	ANDAMENTO
Conservação Rodoviária	Malha EGR Lote 2	9.941.776,68	81	ANDAMENTO
Conservação Sinalização	Malha EGR	15.571.096,41	63	ANDAMENTO
Conservação Defensas Metálicas	Malha EGR	5.255.062,88	42	ANDAMENTO
Fornecimento Materiais Asfálticos	Malha EGR	73.942.902,84	92	ANDAMENTO
Gestão Ambiental	Malha EGR	2.928.820,83	68	ANDAMENTO

Seção IV – Portos RS

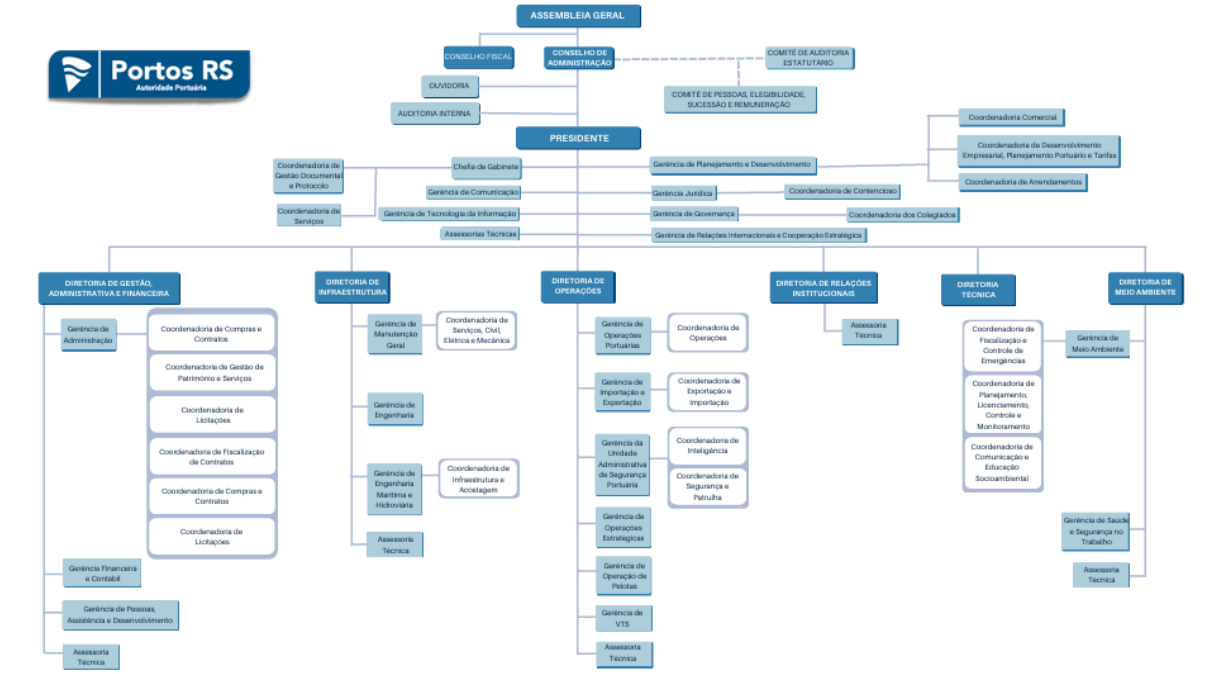
Contextualização

IDENTIFICAÇÃO	
Nome e sigla	Portos RS - Autoridade Portuária dos Portos do Rio Grande do Sul S.A.
Site	https://www.portosrs.com.br/
Endereço	**Porto do Rio Grande:** Avenida Honório Bicalho, S/N – Rio Grande/RS (sede). **Porto de Porto Alegre:** Avenida Mauá, nº 1.050 – Porto Alegre/RS. **Porto de Pelotas:** Rua Benjamin Constant, nº 701 – Pelotas/RS.
Base legal	Empresa pública criada e controlada pelo Estado do Rio Grande do Sul, conforme autorizado pela Lei nº 15.717, de 25 de setembro de 2021, vinculada à Secretaria de Estado responsável pela política de transportes, constituída na forma de sociedade por ações de capital fechado, nos termos da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, com patrimônio próprio e autonomia administrativa, técnica, financeira e patrimonial, observado o disposto na Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016. Regida pelo Estatuto Social, nos termos do Decreto Estadual nº 57.281, de 26 de outubro de 2023, alterado pelos Decretos Estaduais nºs 58.698 e 58.699, de 31 de março de 2025, e demais normas institucionais, tais como Regimento, Regulamentos e Políticas internas. Convênio de Delegação nº 001-Portos/97 e aditivos.
Competências legais	Administração e a exploração dos portos, hidrovias e vias lacustres e navegáveis localizados no Estado, nos termos dos instrumentos de delegação, outorga, registro ou concessão obtidos ou sub-rogados por ela. Competência para a manutenção, a exploração, a administração e a concessão à iniciativa privada dos canais de navegação que compõem as hidrovias estaduais que interligam os portos delegados, compreendendo:

	I - os canais de navegação da hidrovia interior que ligam o Porto do Rio Grande aos Portos de Porto Alegre (Canais da Lagoa dos Patos e do Lago Guaíba) e de Pelotas; e II - os segmentos dos rios estaduais, observados os limites geográficos definidos no Datum SIRGAS 2000. Outras atividades compatíveis com as de autoridade portuária, tais como pré-qualificação dos operadores portuários; arrecadação dos valores das tarifas; autorização, suspensão e fiscalização das operações; estabelecer Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto - PDZ e Regulamento de Exploração do Porto - REP; entre outros.
Número de servidores	• **Efetivos:** - • **Temporários:** - • **Cedidos:** 173 • **Terceirizados:** 384 • **Comissionados:** 66 • **Membros colegiados** - estatutários: 23
Número de estações de trabalho (presencial)	187
Concursos próprios em andamento (se houver)	**Cargo/carreira:** em definição. **Edital (nº, data e link):** a ser elaborado. **Número de vagas previstas:** em definição. **Número de vagas autorizadas:** em definição. **Próximas etapas (cronograma relevante para os 100 dias):** consolidar empregos, vagas e contratar empresa especializada para execução do primeiro concurso público da Portos RS. **Ponto crítico (se houver): Projeto de Lei que trata do plano de carreira dos servidores cedidos e consolidação do dimensionamento de pessoal para realização de concurso público.**

Organograma

ORGANOGRAMA SIMPLIFICADO



Áreas de assessoramento e apoio à gestão

Gerência de Governança	
Principais atribuições	Promover e coordenar práticas de governança corporativa, integridade, gestão de riscos e controles internos, contribuindo para o aperfeiçoamento da estrutura de governança da Portos RS e para a conformidade de seus processos com a legislação aplicável, especialmente a Lei Federal nº 13.303/2016. Prestar assessoramento técnico à Administração Superior e aos órgãos estatutários, apoiar a elaboração e revisão de instrumentos normativos institucionais e coordenar o acompanhamento das demandas provenientes dos órgãos de controle, fiscalização e regulação.
Atuação	Atuação transversal e articulada com as diretorias e unidades organizacionais, compreendendo o assessoramento à Diretoria Executiva e aos órgãos colegiados; a organização e o acompanhamento de reuniões, deliberações e encaminhamentos; o apoio à formulação e ao monitoramento do Planejamento Estratégico e do Plano de Negócios; o desenvolvimento e aperfeiçoamento de políticas, regulamentos e procedimentos internos; a interlocução com órgãos de controle e fiscalização; a promoção de ações de capacitação e fortalecimento da governança corporativa.

Destaques da gestão	Fortalecimento das estruturas e práticas de governança corporativa, com aperfeiçoamento dos fluxos de assessoramento e funcionamento dos órgãos estatutários; desenvolvimento e revisão de instrumentos normativos voltados à padronização, transparência, segurança jurídica e fortalecimento dos controles internos; aprimoramento da gestão e do acompanhamento das demandas de órgãos de controle, com destaque para a articulação institucional e o saneamento de apontamentos; apoio à elaboração e ao monitoramento dos instrumentos de planejamento estratégico e empresarial; e ampliação da organização, sistematização e rastreabilidade das informações e deliberações institucionais.
Pontos de atenção para a transição	Assegurar a continuidade do acompanhamento das recomendações, determinações e requisições dos órgãos de controle, fiscalização e regulação, observados os prazos e compromissos assumidos; manter o monitoramento sistemático e assegurar o cumprimento das obrigações da Portos RS na condição de autoridade portuária delegatária, especialmente aquelas decorrentes do Convênio de Delegação e dos instrumentos regulatórios aplicáveis; dar prosseguimento à implementação e ao aperfeiçoamento dos instrumentos normativos, mecanismos de governança, gestão de riscos e controles internos; manter a regularidade do funcionamento dos órgãos estatutários, incluindo mandatos, designações, reuniões e obrigações legais; assegurar a continuidade do monitoramento do Planejamento Estratégico e dos Planos de Negócios; e preservar a organização, a integridade e a rastreabilidade dos registros, documentos e informações institucionais, garantindo a continuidade administrativa e a adequada transferência de conhecimento.

Programas, resultados e agenda de continuidade

1. Programa Estratégico Reconstrução I

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	Programa Estratégico Reconstrução I
Base legal	Resolução FUNRIGS nº 10, de 25 de novembro de 2024. Lei Estadual nº 16.330, de 28 de agosto de 2025.
Unidade responsável	Diretoria de Infraestrutura e Diretoria de Operações. Diretoria de Infraestrutura - Dragagens Portos RS e Elaboração do projeto Elétrico do Porto de Porto Alegre e Execução para Adequação à NR-10 do Porto de Porto Alegre. O Programa reúne dois componentes, com responsáveis distintos dentro da Portos RS: a Diretoria de Infraestrutura é responsável pelo componente 1 – Dragagens dos canais de navegação, cuja parcela relativa a execução de dragagens do Canal de acesso ao Porto do Rio Grande, dragagem dos canais artificiais da Lagoa dos Patos e Lago Guaíba, e por parte do Componente 2, no que tange a Elaboração do projeto Elétrico do Porto de Porto Alegre e Execução para Adequação à NR-10 do Porto de Porto Alegre. No que tange ao componente 2 – Infraestrutura e Equipamentos de Segurança e Controle do Porto de Porto Alegre, cuja parcela relativa ao controle de acesso, às instalações administrativas e ao recinto alfandegado corresponde ao Projeto de Modernização do Porto de Porto Alegre, está sob responsabilidade dla Diretoria de Operações por meio da Gerência de Estratégia Operacional (processo administrativo 26/9301-9000894-7). *Governança do PMPOA: os estudos internos foram elaborados pela Comissão instituída pela Portaria nº 49, de 21/09/2023 (Comissão para Elaboração de Estudos Internos visando à contratação de empresa para modernização de infraestrutura e implantação dos sistemas de monitoramento e automação de acesso de pessoas e veículos, para atendimento da legislação de ISPS Code e de Alfandegamento da Unidade de Porto Alegre), com composição alterada pela Portaria de Pessoal nº 01, de 02/01/2026; enquanto que a sessão pública da licitação é conduzida pela Comissão Permanente de Licitação; e a análise dos requisitos técnicos e a Prova de Conceito (PoC) cabem à Comissão Técnica instituída pela Portaria de Pessoal nº 49, de 02/10/2026.
Órgãos e entidades parceiras (se houver)	Não tem.

Objetivo	Garantir a navegabilidade e a operação segura e eficiente das áreas impactadas pelos elevados volumes de sedimentos, baseado nos levantamentos hidrográficos, considerando: 1 - Dragagem do Canal de Acesso ao Porto do Rio Grande. 2 - Dragagem dos Canais artificiais: a. Lago Guaíba: Cristal; Pedras Brancas; Leitão; Belém; Junco; Campista e Itapuã. b. Lagoa dos Patos: Feitoria; Nascimento; Coroa do Meio; Barra do São Gonçalo; Setia. c. Delta do Jacuí: Navegantes; Cais do Porto de Porto Alegre; Humaitá; Furadinho; Saco do Cabral e Rio das Balsas. d. Rio Gravataí; Rio Caí; Rio dos Sinos; Restabelecer as instalações administrativas, controle de acesso à área Operacional e ao recinto alfandegado do Porto de Porto Alegre, compreendendo a modernização das instalações, a partir da implantação de tecnologias avançadas de monitoramento e controle, como sistemas de vigilância por câmeras de alta definição, controle biométrico de entrada, scanners de veículos e pessoas, e integração de softwares de segurança que permitem o rastreamento em tempo real de todas as movimentações dentro das áreas restritas. Essas atualizações têm como objetivo não apenas atender aos requisitos do ISPS Code, mas também elevar os padrões de segurança do Porto de Porto Alegre, tornando o ambiente portuário mais seguro e controlado.
Justificativa	O programa é essencial para reconstruir e restabelecer a infraestrutura portuária e hidroviária afetada pelas enchentes de 2024, recuperando a navegabilidade, a segurança e a capacidade operacional dos portos e canais sob jurisdição da Portos RS. A continuidade das ações é necessária diante do assoreamento dos canais, restrições de calado, riscos à navegação e danos às instalações do Porto de Porto Alegre, que impactam o transporte de cargas e a competitividade da economia gaúcha. Também contribui para ampliar a resiliência da infraestrutura frente a futuros eventos climáticos e preservar o transporte hidroviário como alternativa econômica e sustentável. No Porto de Porto Alegre, o recinto alfandegado permaneceu submerso por mais de 20 dias em maio de 2024, com perda de equipamentos e avarias nas estruturas de controle de acesso, pesagem e segurança. Desde então, o porto opera com autorização excepcional e provisória de alfandegamento, concedida pela Alfândega da Receita Federal do Brasil em Porto Alegre, e com controle de acesso em regime de contingência – situação que se manterá até a conclusão do Projeto de

	Modernização do Porto de Porto Alegre. O PMPOA é a intervenção que recompõe, para o Porto de Porto Alegre, os requisitos técnicos e operacionais de alfandegamento exigidos pela Portaria RFB nº 143/2022 (controle de acesso de pessoas, veículos e cargas, videomonitoramento e integração com a API Recintos da Receita Federal) e as condições de proteção da instalação portuária exigidas pelo Código ISPS (Resolução CONPORTOS nº 53/2020). O reflexo operacional da situação atual é expressivo: a movimentação do Porto de Porto Alegre caiu de 727.044 toneladas em 2024 para 320.802 toneladas em 2025 (redução de 55,9%), com 99 embarcações no ano; no 1º semestre de 2026 o porto movimentou 174.844 toneladas – fertilizantes (96.520 t), cevada (58.917 t) e trigo (18.908 t) –, alta de 19,12% sobre o mesmo período de 2025, mas ainda 52,52% abaixo do 1º semestre de 2024, com 23 embarcações (15 navios e 8 barcaças), conforme dados do Setor de Estatística da Portos RS.
Principais instrumentos	Execução de dragagens e levantamentos batimétricos para recuperação das profundidades dos canais de navegação; dragagem do Canal de Acesso ao Porto do Rio Grande e dos canais artificiais da Lagoa dos Patos e Lago Guaíba; elaboração e execução do projeto elétrico do Porto de Porto Alegre, aquisição/substituição de geradores; recuperação e modernização das instalações de controle de acesso, administrativas e do recinto alfandegado, incluindo CFTV, automação de gates, controle biométrico, scanners, balanças, cercamento e sistemas integrados de segurança.
Público-alvo e abrangência	Usuários do sistema hidroportuário do Rio Grande do Sul, incluindo operadores e terminais portuários, empresas transportadoras e de navegação, setores produtivos e trabalhadores vinculados às atividades portuárias e logísticas. Abrangência territorial nos Portos do Rio Grande e Porto Alegre e nas hidrovias/canais da Lagoa dos Patos, Lago Guaíba e seus afluentes, integrantes do sistema hidroportuário estadual.
Beneficiários diretos	Operadores portuários, terminais, empresas de navegação e demais usuários das instalações portuárias e dos canais de navegação abrangidos pelo programa. As hidrovias atendidas transportam, em média, 6 milhões de toneladas de cargas por ano, aproximadamente 10% da carga que chega ao Porto do Rio Grande, entre os usuários temos os terminais vinculados à Braskem, Bianchini, Yara Brasil, CMPC Celulose, Oleoplan, Petrobras, Liquigás, Transpetro, Compelmi, Supergasbrás, Metasa e Motasa.

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

O Programa Estratégico Reconstrução I apresenta avanço significativo nas ações de recuperação da infraestrutura hidroportuária afetada pelos eventos climáticos de 2024. Até 30/09/2026, as ações de dragagem alcançaram 75,9% de execução física consolidada, com 16,39 milhões de m³ de sedimentos dragados, de um total previsto de 21,58 milhões de m³. Foram concluídas as intervenções nos canais São Gonçalo, Itapuã, Campista, Junco, Belém, Leitão, Pedras Brancas, Cristal, Furadinho e Rio das Balsas enquanto permanecem em execução a dragagem do Canal de Acesso ao Porto do Rio Grande, dos Canais Setia, Coroa do Meio, Nascimento, na região da Lagoa dos Patos, e Navegantes, Cais do Portos de Porto Alegre e Humaitá, na região do Lago Guaíba. Além destas atividades, seguem sendo realizados os levantamentos hidrográficos. As entregas contribuem para a recuperação das profundidades dos canais, melhoria das condições de navegabilidade e segurança operacional e restabelecimento da capacidade logística do sistema hidroportuário do Rio Grande do Sul.

Entre as principais entregas, destacam-se 12,85 milhões de m³ dragados no Canal de Acesso ao Porto do Rio Grande; 181,1 mil m³ no Canal de Itapuã; 1,93 milhão de m³ nos canais de Pedras Brancas, Leitão, São Gonçalo e Furadinho; 927,9 mil m³ nos Canais do Guaíba; 366,5 mil m³ na Lagoa dos Patos; e 170,1 mil m³ no Canal da Feitoria. O programa conta com R$ 691,37 milhões aprovados pelo FUNRIGS, dos quais R$ 626,46 milhões já estão contratados. Para facilitar a leitura: o valor de R$ 691,37 milhões refere-se ao componente 1 (Dragagens), conduzido pela Diretoria de Infraestrutura. O componente 2 – Infraestrutura e Equipamentos de Segurança e Controle do Porto de Porto Alegre – foi orçado no formulário apresentado ao FUNRIGS em dezembro de 2024 em R$ 40.019.326,00, elevando o total do programa a R$ 731.389.744,32, e divide-se em dois itens: o item 2.1 (projeto elétrico e adequação à NR-10), a cargo da Diretoria de Infraestrutura; e o item 2.2 (Restabelecimento das Instalações de Controle de Acesso à Área Operacional, Administração e Recinto Alfandegado), que é o Projeto de Modernização do Porto de Porto Alegre (PMPOA), no valor aproximado de R$ 25.000.000,00 e prazo de execução de 18 meses, a cargo da Diretoria de Operações.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Etapa atual	**Status:** [ ] em planejamento [ ] em contratação [X] em execução [ ] encerramento Dragagens em andamento e etapa de execução das obras de reconstrução e requalificação da infraestrutura do Porto de Porto Alegre. A etapa seguirá até a conclusão e entrega das intervenções previstas**.**
Próxima etapa	Será dada continuidade e conclusão às frentes remanescentes das dragagens do sistema hidroportuário, atualmente em diferentes estágios de execução, com acompanhamento físico e financeiro dos contratos e das entregas previstas. Paralelamente, será conduzido o processo licitatório para contratação da empresa responsável pelas intervenções de reconstrução e requalificação da infraestrutura

	do Porto de Porto Alegre. Concluídos os procedimentos licitatórios e contratuais dentro do cronograma previsto, a expectativa é iniciar a execução do projeto. O edital do Procedimento de Licitação nº 0003/2026 (contratação integrada, julgamento por técnica e preço) foi publicado em 05/10/2026, com sessão pública de abertura das propostas marcada para 11/12/2026. O contrato terá vigência de 12 meses e prazo de execução de 9 meses a partir da Ordem de Início; a assinatura e o início das obras deverão ocorrer nos 100 primeiros dias da nova gestão.
Orçamento	Orçamento: R$ 731.389.734,00. Orçamento realizado: R$ 691.370.408,00. Orçamento liquidado: R$ 439.086.877,55. Em procedimento licitatório pela Portos RS: -projeto elétrico do Porto de Porto Alegre e execução para adequação à NR-10: R$ 15.019.326,00. -restabelecimento das instalações de controle de acesso à área operacional, administrativo e recinto alfandegado de Porto Alegre: R$ 25.000.000,00; Fonte do recurso: FUNRIGS – Programa Estratégico Reconstrução I (Resolução FUNRIGS nº 10/2024), executado por meio do orçamento da Portos RS.
Pontos críticos e riscos	Entre os principais riscos estão novos eventos climáticos e processos de assoreamento, capazes de afetar as condições de navegabilidade e o cronograma das intervenções. Para o Porto de Porto Alegre, constituem pontos críticos a conclusão do processo licitatório, contratação e início tempestivo das obras. Eventuais atrasos nos procedimentos de contratação e execução podem postergar a recuperação plena da infraestrutura portuária. No caso do PMPOA, a sessão pública (11/12/2026) e as etapas seguintes – Prova de Conceito no Porto de Porto Alegre, negociação, habilitação, eventual fase recursal, homologação, assinatura do contrato e Ordem de Início – transcorrerão durante o período de transição de governo. Trata-se de contratação integrada com orçamento sigiloso: proposta acima do valor estimado pode levar à negociação sucessiva ou à revogação do certame (art. 57 da Lei nº 13.303/2016). Até a conclusão da obra, o recinto alfandegado de Porto Alegre segue operando sob a autorização provisória da Receita Federal do Brasil.
Recomendações	Manter o acompanhamento físico e financeiro das dragagens até sua conclusão, assegurando a realização dos levantamentos hidrográficos e a verificação das condições de navegabilidade dos canais recuperados. Priorizar a continuidade dos procedimentos necessários à licitação e contratação das intervenções no Porto de Porto Alegre, evitando descontinuidades durante a transição de gestão. Após a contratação, promover o início das obras conforme o cronograma estabelecido, com acompanhamento sistemático das entregas e atenção aos requisitos de alfandegamento e ISPS Code.

	Recomenda-se, ainda, manter o monitoramento das condições dos canais para identificação de novos processos de assoreamento e necessidade de futuras intervenções de manutenção.
Mais informações	https://www.portosrs.com.br/site/transparencia/relatorio_plano_rio_grande

CONTRATOS EM ANDAMENTO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

Número	Objeto	Contratado	Valor	Vigência	Status
COSE 1645/2025	Dragagem do Canal de Acesso ao Porto do Rio Grande	VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA	R$ 453.316.293,24.	05/01/2027	EM EXECUÇÃO
CPS 1672/2025	Serviço de levantamentos hidrográficos dos canais da Lagoa dos Patos, Lago Guaíba, Rio Guaíba, Rio Jacuí e seus afluentes.	ARVUT MEIO AMBIENTE LTDA	R$ 2.140.000,00	04/11/2027	EM EXECUÇÃO
COSE 1707/2026	Prestação de serviço de engenharia para execução das obras de dragagem dos canais da bacia do guaíba composto por: canal campista, canal do junco, canal belém, canal cristal, canal navegantes, cais porto alegre, canal foz do gravataí-humaitá e canal rio das balsas.	DTA ENGENHARIA LTDA	R$ 25.248.000,00	02/12/2026	EM EXECUÇÃO
COSE 1708/2026	Prestação de serviço de engenharia para execução das obras de dragagem dos canais da lagoa dos patos composto por: canal da setia, canal coroa do meio e canal do nascimento.	RP LOCACOES E PRESTACAO DE SERVICOS PORTUARIOS LTDA	R$ 16.931.769,71	11/01/2027	EM EXECUÇÃO

LICITAÇÕES EM ANDAMENTO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

Processo	Objeto	Fase atual	Próximas etapas
26/9301-9000894-7	Prestação de serviço de engenharia/execução de obras para	Edital publicado – Procedimento de	Recebimento e abertura das propostas em 11/12/2026 (14h);

	entrega de solução completa e resiliente de recomposição e modernização da infraestrutura do Porto de Porto Alegre, abrangendo a elaboração dos projetos básico e executivo e respectivos “as built”, a execução de obras civis e serviços de engenharia. Escopo do PMPOA: novo Gate Norte com edifício administrativo, requalificação dos acessos, automação de gates com leitura automática de placas (OCR), videomonitoramento (CFTV), controle de acesso de pessoas e veículos, integração com os sistemas corporativos da Portos RS e com a API Recintos da Receita Federal do Brasil, testes, comissionamento, treinamento e operação assistida, com Prova de Conceito (PoC) eliminatória. Investimento de R$ 25 milhões, com recursos do FUNRIGS.	Licitação nº 0003/2026 (edital de 30/09/2026; aviso publicado em 05/10/2026 no Diário Oficial do Estado e no site da Portos RS). Contratação integrada, julgamento por técnica e preço (30% técnica / 70% preço), modo de disputa fechado, formato eletrônico (Portal de Compras Banrisul). Valor estimado sigiloso.	julgamento por técnica e preço; Prova de Conceito nas dependências do Porto de Porto Alegre; negociação, habilitação e homologação; assinatura do contrato (vigência de 12 meses, garantia de 10%) e Ordem de Início (execução em 9 meses). Contratação e início da execução previstos para o 1º trimestre de 2027.
	Contratação de empresa especializada para a execução das obras de engenharia de dragagem dos canais afluentes dos rios Gravataí, Jacuí terminal, Caí e dos Sinos	Elaboração de Projetos, Termo de Referência e Orçamento	Publicação de Edital para Licitação
	Contratação de empresa especializada para a execução das obras de engenharia de dragagem do canal da Feitoria na Lagos dos Patos	Elaboração de Projetos, Termo de Referência e Orçamento	Publicação de Edital para Licitação
	Prestação de serviço de Engenharia para execução de obras de modernização da infraestrutura elétrica das instalações portuárias do Porto de Porto Alegre	Elaboração de Projetos, Termo de Referência e Orçamento	Publicação de Edital para Licitação

OBRAS EM ANDAMENTO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

Objeto	Localização	Valor	% executado	Status
Dragagem do Canal de Acesso ao Porto do Rio Grande	Rio Grande	R$ 453.316.293,24.	77,9%	EM EXECUÇÃO
Serviço de levantamentos hidrográficos dos canais da Lagoa dos Patos, Lago Guaíba, Rio Guaíba, Rio Jacuí e seus afluentes.	Lagoa dos Patos, Lago Guaíba, Delta do Jacuí e afluentes (Pelotas, Viamão, Guaíba, Porto Alegre)	R$ 2.140.000,00.	17,2%	EM EXECUÇÃO
Prestação de serviço de engenharia para execução das obras de dragagem dos canais da	Lago Guaíba, Delta do Jacuí	R$ 25.248.000,00	85,6%	EM EXECUÇÃO

bacia do guaíba composto por: canal campista, canal do junco, canal belém, canal cristal, canal navegantes, cais porto alegre, canal foz do gravataí-humaitá e canal rio das balsas.	(Viamão, Guaíba, Porto Alegre)			
Prestação de serviço de engenharia para execução das obras de dragagem dos canais da lagoa dos patos composto por: canal da setia, canal coroa do meio e canal do nascimento.	Lagoa dos Patos (Viamão, Guaíba, Porto Alegre)	R$ 16.931.769,71	54,3%	EM EXECUÇÃO

2. Manutenção, Conservação e Modernização da Infraestrutura Portuária

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	Manutenção, Conservação e Modernização da Infraestrutura Portuária.
Base legal	Cláusula 9.1, IX e X do Convênio de Delegação nº 001/1997.
Unidade responsável	Diretoria de Infraestrutura - Dinfra.
Órgãos e entidades parceiras (se houver)	Não há.
Objetivo	Assegurar condições adequadas de conservação, segurança, funcionalidade e eficiência da infraestrutura dos Portos do Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre, mediante ações contínuas de manutenção e modernização das instalações e ativos portuários, abrangendo os sistemas elétricos, estruturas prediais e civis, infraestrutura terrestre e equipamentos, sinalização viária e náutica. A ação busca preservar e qualificar os ativos, reduzir vulnerabilidades e garantir infraestrutura compatível com a continuidade, segurança e eficiência das operações portuárias.
Justificativa	A manutenção e a modernização da infraestrutura constituem condição essencial para a continuidade e confiabilidade das atividades portuárias, considerando a extensão, diversidade e criticidade dos ativos administrados pela Portos RS. A atuação permanente permite prevenir a deterioração das estruturas, reduzir riscos de indisponibilidade e acidentes, atender requisitos técnicos, regulatórios e de segurança e adequar a infraestrutura às necessidades operacionais atuais e futuras. A relevância da ação é reforçada pela necessidade de resiliência do sistema portuário diante de eventos climáticos e pela continuidade dos

	investimentos estruturantes nos três portos, articulando desempenho operacional, segurança e resiliência logística.
Principais instrumentos	A ação é executada por meio de contratos continuados e específicos de engenharia, manutenção e serviços especializados; elaboração e execução de projetos de recuperação, adequação e modernização; inspeções, levantamentos e diagnósticos técnicos; manutenção preventiva e corretiva; aquisição, recuperação e substituição de equipamentos e componentes; intervenções em instalações elétricas, civis, prediais e estruturas operacionais; manutenção e implantação de sinalização viária e náutica; e desenvolvimento dos projetos necessários à nova sede administrativa. O conjunto inclui, ainda, adequações de subestações elétricas, manutenção de estruturas críticas, balanças e instalações, sinalização interna, juntas de dilatação e demais intervenções necessárias à conservação e disponibilidade dos ativos. Na vertente náutica, compreende a manutenção e modernização de boias, lanternas e faroletes e demais medidas destinadas à segurança da navegação.
Público-alvo e abrangência	A ação abrange os Portos do Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre, suas instalações administrativas e operacionais e, quando aplicável, a infraestrutura hidroportuária sob gestão da Portos RS. Destina-se diretamente às unidades e equipes responsáveis pela operação, manutenção, fiscalização e administração portuária e, de forma ampliada, aos operadores, arrendatários, prestadores de serviços, trabalhadores portuários, transportadores e demais usuários que dependem da disponibilidade e segurança da infraestrutura para o desenvolvimento de suas atividades.
Beneficiários diretos	Usuários e agentes que atuam nos três portos administrados pela Portos RS — operadores portuários, arrendatários, trabalhadores, transportadores, prestadores de serviços e equipes da própria Autoridade Portuária —, pela disponibilização de instalações, acessos, equipamentos e estruturas mais seguras, funcionais e confiáveis. A abrangência é relevante em escala sistêmica: em 2025, os três portos registraram conjuntamente 46,09 milhões de toneladas movimentadas e 3.828 embarcações, evidenciando a dimensão operacional atendida pela infraestrutura mantida pela Portos RS.

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

A ação vem promovendo a **manutenção, recuperação e modernização da infraestrutura dos Portos do Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre**, com intervenções

destinadas à preservação dos ativos, à segurança das instalações e à continuidade e eficiência das operações. Entre os principais resultados e entregas, destacam-se:

- **Estruturação da manutenção continuada da infraestrutura**, com contratos específicos para manutenção elétrica e para manutenção civil, mecânica e predial nas três unidades portuárias, além de suporte técnico especializado de arquitetura e engenharias à DInfra. **Avanços na modernização e segurança das instalações elétricas**, adequações em subestações e estruturação de medidas de segurança associadas às instalações.
- **Recuperação e qualificação de estruturas e equipamentos críticos**, incluindo manutenção de balanças, instalações prediais e demais equipamentos, bem como intervenções em estruturas do cais e acessos, contribuindo para maior disponibilidade e confiabilidade da infraestrutura operacional.
- **Qualificação da infraestrutura terrestre**, com manutenção e melhoria da sinalização viária interna, recuperação de estruturas e adequações voltadas à circulação e à segurança nas áreas operacionais.
- **Manutenção e modernização da sinalização náutica**, mediante ações sobre boias, lanternas, faroletes e demais recursos de auxílio à navegação, contribuindo para a segurança e confiabilidade dos acessos aquaviários.
- **Avanço dos projetos estruturantes**, com destaque para a **Nova Sede da Portos RS**, cujo projeto básico já se encontra elaborado, constituindo etapa necessária para o prosseguimento da iniciativa.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Etapa atual	**Status:** [X] em planejamento [ ] em contratação [X] em execução [ ] encerramento As atividades compreendem serviços preventivos e corretivos, adequações de instalações e subestações elétricas, manutenção de estruturas e equipamentos críticos, recuperação e qualificação de áreas operacionais, acessos e estruturas de acostagem, além da manutenção e modernização dos sistemas de sinalização náutica. Integram ainda a ação os projetos de modernização das instalações e o desenvolvimento da Nova Sede da Portos RS, cujo projeto básico já foi elaborado. No âmbito da sinalização náutica, são realizadas ações continuadas de substituição, reposicionamento e modernização de boias, lanternas e faroletes, associadas à segurança e confiabilidade da navegação.
Próxima etapa	Dar continuidade aos contratos e intervenções em andamento, observando os respectivos cronogramas físico-financeiros e prioridades operacionais; avançar nas adequações elétricas, prediais e civis e na recuperação de estruturas e equipamentos críticos; concluir e implementar as soluções de sinalização

	viária e náutica previstas; prosseguir com as adequações necessárias à segurança, regularidade e disponibilidade das instalações; e avançar nas etapas técnicas, administrativas, orçamentárias e de contratação relacionadas à Nova Sede. As prioridades deverão ser compatibilizadas com a criticidade dos ativos, a disponibilidade orçamentária e as necessidades operacionais dos três portos.
Orçamento	Fonte do recurso: Tarifas Portuárias
Pontos críticos e riscos	Destacam-se a extensão e heterogeneidade do patrimônio sob gestão da Portos RS; a existência de estruturas antigas e sujeitas à deterioração; a necessidade de intervenções sem comprometimento da continuidade das operações; e a dependência de contratações especializadas. Constituem riscos relevantes a postergação de manutenções preventivas, com potencial aumento de custos corretivos; indisponibilidade ou falha de equipamentos e instalações críticas; inadequações de segurança ou conformidade; atrasos em projetos, licitações e execução contratual; e impactos decorrentes de eventos climáticos severos.
Recomendações	Manter o acompanhamento físico e financeiro dos contratos, assegurando a realização completa dos objetos.

CONTRATOS EM ANDAMENTO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

Número	Objeto	Contratado	Valor	Vigência	Status
1643/2025	Serviços contínuos de **manutenção elétrica**, com dedicação exclusiva de mão de obra, nas unidades de Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre	Bella Vitta Engenharia Ltda.	R$ 1.699.496,91	até 17/09/2027	Em execução
1639/2025	Serviços contínuos de manutenção de equipamentos e instalações prediais — **manutenção mecânica e civil** — nas três unidades da Portos RS	Dias Gomes Sistemas de Prevenção Contra Incêndios Ltda.	R$ 2.579.504,20	até 27/08/2027	Em execução
1661/2025	Gestão de **mão de obra** de **arquitetura, engenharia elétrica e engenharia civil**, para apoio técnico à DINFRA nas unidades de Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre	Baggio Arquitetura Consultoria SS Ltda.	R$ 2.932.890,74	até 07/10/2026	Em execução
1613/2025	Manutenção preventiva e corretiva	Balanças Gaúcha Ltda.	R$ 80.068,45		Em execução

	das **balanças rodoviárias** de Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre			até 07/07/2027	
1616/2025	Manutenção continuada da **sinalização viária horizontal e vertical** na área primária do cais público do Porto Novo de Rio Grande	Signasul Engenharia de Sinalização Ltda.	R$ 1.371.184,67	até 15/07/2027	Em execução
1617/2025	Manutenção preventiva, preditiva e corretiva por demanda no elevador do prédio administrativo da Unidade Porto Alegre da Portos RS	ALC Assistencia técnica logistica e componentes para elevadores LTDA	R$ 2.986,92	até 15/07/2027	Em execução
1758/2026	Obra de recuperação das **juntas de dilatação do Cais do Porto Novo**, em Rio Grande	Consórcio Plano M – Uniontech	R$ 754.000,00	até 05/10/2026	Em execução
1792/2026	Fornecimento de torres, topes e acessórios compatíveis com boias Poseidon B-1750 para **sinalização náutica**	Arbo Plásticos Rotomoldados Ltda.	R$ 131.820,00	até 24/07/2027	Em execução
1801/2026	Reforma dos **pórticos de acesso – Portões 2 e 4** do Porto do Rio Grande	Construcost Ltda.	R$ 1.490.000,00	até 20/08/2027	Em execução
1807/2026	Reforma dos **reservatórios inferiores de água potável** do Porto do Rio Grande, incluindo obras civis, rede enterrada e sistema de bombeamento	LP Schumacher Construtora Ltda.	R$ 234.979,62	até 01/02/2027	Em execução
1670/2025	Manutenção preventiva e corretiva de condicionadores de ar, na unidade Porto Alegre	EXER Serviços de Engenharia LTDA	R$ 108.000,00	24/10/2026	Em execução
1671/2025	Manutenção preventiva e corretiva de condicionadores de ar, nas unidades de Rio Grande e Pelotas	D. da Silva Gautério LTDA	R$ 223.900,00	24/10/2026	Em execução
1437/2025	Manutenção preventiva, preditiva e corretiva de 4 ETE´s – Estações de Tratamento de Efluentes na unidade Rio Grande da Portos RS	Wagner Zamberlam e CIA LTDA	R$ 38.439,82	19/04/2027	Em execução

1541/2025	Prestação de serviço de manutenção de sinalização náutica.	Consórcio Sinautica - ZPORT	R$ 13.048.799,90	24/02/2027	Em execução
1679/2025	Aquisição de bens; o que contempla a fabricação, entrega e instalação de portões gradil com concertina, no perímetro da área primária do Porto Novo, Unidade Rio Grande da Portos RS.	ASDF Engenharia e Serviços Industriais LTDA	R$ 655.485,97	14/11/2026	Em execução
1355/2023	manutenção preventiva, preditiva e corretiva do grupo gerador do sistema de incêndio, localizado na unidade de Rio Grande da Portos RS.	Distribuidora Meridional de Motores Cummins LTDA	R$ 10.092,37	20/11/2026	Em execução
1206/2022	Prestação de serviços de engenharia, para execução de levantamentos hidrográficos dos canais de acesso ao Porto de Rio Grande.	Spectrah Oceanografia e Meio Ambiente ltda	R$ 1.240.920,86	05/10/2027	Em execução

OBRAS EM ANDAMENTO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

Objeto	Localização	Valor	% executado	Status
Obra de recuperação das juntas de dilatação do Cais do Porto Novo, em Rio Grande	Porto do Rio Grande	R$ 754.000,00	100%	Concluído
Reforma dos pórticos de acesso – Portões 2 e 4 do Porto do Rio Grande	Porto do Rio Grande	R$ 1.490.000,00	5%	Em execução
Aquisição de bens; o que contempla a fabricação, entrega e instalação de portões gradil com concertina, no perímetro da área primária do Porto Novo, Unidade Rio Grande da Portos RS.	Porto do Rio Grande	R$ 655.485,97	48%	Em execução
Reforma dos reservatórios inferiores de água potável do Porto do	Porto do Rio Grande	R$ 234.979,62	14%	Em execução

Rio Grande, incluindo obras civis, rede enterrada e sistema de bombeamento				

3. Segurança, Controle e Inteligência Operacional

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	Segurança, Controle e Inteligência Operacional.
Base legal	Convênio de Delegação nº 001/1997. Lei Federal nº 12.815/2013 (Lei dos Portos), em especial o art. 17, § 1º, VIII, que atribui à Administração do Porto a autorização de entrada, saída, atracação, desatracação, fundeio e tráfego de embarcações. As três frentes estruturantes desta ação respondem a três autoridades federais distintas: Marinha do Brasil – Normas da Autoridade Marítima para Serviço de Tráfego de Embarcações, NORMAM-602/DHN (antiga NORMAM-26, 5ª Revisão; Portaria DHN/DGN/MB nº 22/2023, em vigor desde 02/10/2023, alterada pela Portaria nº 24/2023), que atribui à Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN) a normatização, o licenciamento e a fiscalização do VTS, com base nas diretrizes da IALA (Associação Internacional de Auxílios à Navegação e Autoridades de Faróis) e na Resolução A.1158(32) da Organização Marítima Internacional (IMO), além das Normas e Procedimentos da Capitania dos Portos do Rio Grande do Sul (NPCP-CPRS); CONPORTOS – Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, do Ministério da Justiça e Segurança Pública – Resolução CONPORTOS nº 53, de 04/09/2020, que regulamenta no Brasil o Código ISPS (Código Internacional para a Proteção de Navios e Instalações Portuárias, Capítulo XI-2 da Convenção SOLAS): Estudo de Avaliação de Riscos (EAR), Plano de Segurança Portuária (PSP), Supervisor de Segurança Portuária, Organização de Segurança credenciada e atuação das comissões estaduais (CESPORTOS); Receita Federal do Brasil – Portaria RFB nº 143, de 11/02/2022 (alterada pelas Portarias RFB nº 183/2022 e nº 268/2022), que estabelece os requisitos formais, técnicos e operacionais para o alfandegamento de locais e recintos, incluindo controle de acesso, videomonitoramento, integração com a API Recintos e disponibilização de equipamento de inspeção não invasiva – escâner (art. 14), com fundamento no art. 34 da Lei nº 12.350/2010. Regulamentos de Exploração dos Portos (REP) e Normas Portos RS.
Unidade responsável	Diretoria de Operações, conforme organograma oficial da Portos RS: Gerência de Operações Portuárias (GOPERPORT), com a Coordenadoria de Operações (COPER); Gerência de Importação

	e Exportação (GIMPEXP), com a Coordenadoria de Exportação e Importação (CEXPIMP); Gerência da Unidade Administrativa de Segurança Portuária (GSEG), com as Coordenadorias de Inteligência e de Segurança e Patrulha; Gerência de Estratégia Operacional (GEOP); Gerência de Operação de Pelotas (GOPERPEL); Gerência de VTS (GVTS); Coordenadoria de Operações de Porto Alegre; e Assessoria Técnica da Diretoria de Operações (ASTECDO).
Órgãos e entidades parceiras (se houver)	Marinha do Brasil – Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN), assessorada pelo Centro de Auxílios à Navegação Almirante Moraes Rego (CAMR), responsável pelas licenças de implantação e de operação do VTS, e Capitania dos Portos do Rio Grande do Sul (CPRS), Autoridade Marítima local; CONPORTOS e CESPORTOS/RS (certificação do Código ISPS – Estudo de Avaliação de Riscos e Plano de Segurança Portuária); Receita Federal do Brasil – Alfândega do Porto do Rio Grande e Alfândega de Porto Alegre (alfandegamento, API Recintos e inspeção não invasiva); Polícia Federal; Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ); Praticagem da Barra do Rio Grande; operadores portuários, terminais arrendados, terminais de uso privado e agências marítimas (programação integrada de manobras e line-up).
Objetivo	Assegurar o controle e a confiabilidade das operações portuárias, mediante a integração de recursos humanos, tecnológicos e procedimentos destinados à proteção das instalações, ao controle de acessos, ao monitoramento das áreas operacionais e ao acompanhamento do tráfego aquaviário. A ação contempla, especialmente, a manutenção da conformidade com o ISPS Code, o desenvolvimento e a operação do VTS, a vigilância e segurança portuária e o emprego de ferramentas de inteligência e monitoramento para apoio à tomada de decisão, abrangendo, conforme a aplicabilidade de cada sistema, os Portos do Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre. Ordenamento do fluxo de embarcações, previsibilidade e segurança da navegação. A Diretoria de Operações conduz três projetos estruturantes, cada um voltado ao atendimento de uma autoridade federal distinta, que juntos sustentam a condição de porto marítimo internacional do Porto do Rio Grande: a. a implantação e homologação do Serviço de Tráfego de Embarcações – VTS Rio Grande perante a Marinha do Brasil (NORMAM-602/DHN); b. a certificação do Código ISPS perante a CONPORTOS (Resolução nº 53/2020); e c. a manutenção do alfandegamento dos recintos perante a Receita Federal do Brasil (Portaria RFB nº 143/2022), que abrange a modernização do controle de acesso e do

	videomonitoramento, a integração com a API Recintos e a disponibilização do escâner de inspeção não invasiva no Porto Novo. No Porto de Porto Alegre, o Projeto de Modernização do Porto de Porto Alegre (PMPOA), tratado na Seção 1, é a ação equivalente para o alfandegamento e o Código ISPS.
Justificativa	A natureza e a criticidade das atividades portuárias exigem mecanismos permanentes de prevenção, vigilância, controle e resposta, capazes de proteger pessoas, instalações, cargas e operações e, simultaneamente, preservar a continuidade e a fluidez logística. A ação também responde a requisitos regulatórios, de alfandegamento e de proteção das instalações portuárias, sendo a conformidade com o ISPS Code elemento relevante para a inserção internacional, a atração de cargas e a credibilidade dos portos.
Principais instrumentos	A execução ocorre por meio da atuação integrada das estruturas de operação e segurança da Portos RS, dos Planos de Segurança Portuária e procedimentos associados ao ISPS Code, dos sistemas de controle e automação de acesso de pessoas e veículos, CFTV, monitoramento e proteção das instalações, vigilância patrimonial e dos recursos tecnológicos de acompanhamento e inteligência do tráfego aquaviário. No eixo de inteligência operacional, integra a ação o VTS, destinado ao monitoramento e ordenamento do tráfego, à previsibilidade de chegada e atracação e ao suporte à decisão operacional, em articulação com os demais agentes envolvidos na navegação. Complementarmente, a Portos RS contratou o MarineTraffic Enterprise, que disponibiliza rastreamento e inteligência de tráfego marítimo em tempo quase real, histórico de trajetos, previsão de chegada, alertas georreferenciados e camadas analíticas de apoio às atividades da Autoridade Portuária e do VTS. A segurança física é apoiada, ainda, por contrato específico de vigilância patrimonial, com postos destinados à proteção das instalações e dependências portuárias de Rio Grande e Porto Alegre.
Público-alvo e abrangência	A ação tem como público-alvo os usuários e agentes que desenvolvem atividades nas áreas portuárias ou interagem com o sistema de navegação e controle operacional, incluindo trabalhadores, operadores portuários, arrendatários, tripulações, transportadores, prestadores de serviços e demais pessoas e veículos que acessam as instalações. Abrange também os agentes públicos e privados que atuam de forma coordenada na

	segurança, fiscalização, alfandegamento, navegação e resposta a ocorrências.
Beneficiários diretos	A própria Portos RS e os trabalhadores, operadores, arrendatários, transportadores, embarcações, tripulações e demais usuários dos Portos do Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre, que passam a contar com maior proteção das instalações, controle de acessos, capacidade de monitoramento, previsibilidade operacional e segurança da navegação. A ação beneficia igualmente a cadeia logística atendida pelo sistema portuário, ao contribuir para a prevenção de incidentes e interrupções e para a confiabilidade e continuidade das operações.

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

A ação vem consolidando uma estrutura integrada de **segurança, controle e inteligência operacional**, articulando proteção física das instalações, controle de acessos, monitoramento tecnológico e gestão do tráfego aquaviário. Entre os principais resultados e entregas, destacam-se:

- **Modernização dos sistemas de segurança e atendimento ao ISPS Code**, com implantação e manutenção de soluções de monitoramento e automação do acesso de pessoas e veículos, integradas às exigências de alfandegamento.
- **Fortalecimento da segurança patrimonial e operacional**, mediante vigilância permanente e adoção de mecanismos voltados à prevenção de incidentes, proteção das instalações e continuidade das operações portuárias.
- **Evolução do VTS e da inteligência aplicada à navegação**, ampliando a capacidade de monitoramento do tráfego, ordenamento do fluxo de embarcações, previsibilidade de chegadas e atracações e suporte à tomada de decisão operacional.
- **Incorporação de ferramenta especializada de inteligência marítima – MarineTraffic Enterprise**, com rastreamento em tempo quase real, histórico de trajetos, previsão de chegada, alertas georreferenciados e recursos analíticos de apoio às atividades da Autoridade Portuária e do VTS.
- **Manutenção da capacidade de controle sobre um sistema portuário de elevada movimentação**, que registrou, em 2025, 3.828 embarcações nos três portos — 3.178 em Rio Grande, 551 em Pelotas e 99 em Porto Alegre — e movimentação total de 46,09 milhões de toneladas, reforçando a relevância dos investimentos em segurança e inteligência operacional.
- **Movimentação dos Portos do RS no 1º semestre de 2026** (conforme dados do Setor de Estatística da Portos RS, base também utilizada nos envios à ANTAQ): 21.534.391 toneladas nos três portos, alta de 5,27% sobre o 1º semestre de 2025 e de 10,81% sobre o de 2024 – Porto do Rio Grande 20.818.952 t (+5,56%), Porto de Pelotas 540.595 t (−7,93%; toras de madeira e clínquer) e Porto de Porto Alegre 174.844 t (+19,12%); 1.856 embarcações atendidas (Rio Grande 1.575, sendo 964 navios e 611 barcaças; Pelotas 258 barcaças; Porto Alegre 23). Por segmento: granel sólido 12,42 milhões de toneladas (57,7%), carga geral 7,47 milhões (34,7%) e granel líquido 1,64 milhão (7,6%). No Porto do Rio Grande, movimentação de contêineres de 489.823 TEU (+7,16%); por local de atracação, TECON 5,07 milhões de toneladas (24,35%), Porto Novo 4,52 milhões (21,71%), Bianchini 3,90 milhões e Tergrasa 3,23 milhões; destaques de soja em grão (+19,21%), farelo (+15,76%) e milho (+77,95%), com recuo de celulose (−8,93%) e trigo (−22,32%).
- **Desempenho operacional do Porto do Rio Grande no 1º semestre de 2026** (conforme dados do Setor de Estatística da Portos RS): 126,25 horas de barra fechada (redução de 65% frente a 2025 e de 83% frente a 2024); tempo médio de espera para atracação no Porto Novo de 0,7 dia (melhor resultado da série recente, redução de 57% frente a 2025), com 0,3 dia em junho; ocupação média dos berços do Porto Novo de 51,12% (Berço 7: 72,11%); prancha média no Porto Novo de 9.740 t/dia para

celulose, 8.416 t/dia para granéis agrícolas e 8.246 t/dia para fertilizantes. Os resultados foram obtidos simultaneamente à substituição de defensas nos Berços 2, 3 e 7, sem impacto relevante nos indicadores. Em 2025, o Porto Novo movimentou 11,22 milhões de toneladas (25,2% do Porto do Rio Grande), seguido por TECON (10,34 milhões), Tergrasa (7,54 milhões) e Bianchini (6,73 milhões).

- **VTS Rio Grande – entrega prioritária (homologação)**: o Serviço de Tráfego de Embarcações (VTS, na sigla em inglês) é um auxílio eletrônico à navegação que monitora ativamente o tráfego aquaviário na área do porto, por meio de radares, estações AIS, câmeras, rádio VHF e sensores ambientais, operado a partir de um Centro de Controle. Foi contratado pelo Contrato 1254/2023 com a Associação Arranjo Produtivo Local Marítimo do RS – APL (dispensa de licitação, art. 29, VII, da Lei nº 13.303/2016; processo administrativo 23/9301-0000635-8), no valor de R$ 16.590.000,00 em 60 parcelas mensais de R$ 276.500,00, com vigência de 5 anos a partir da ordem de início (término previsto para 20/04/2028) e transferência da propriedade dos equipamentos à Portos RS ao final do contrato (cláusula 2.4); investimento atualizado de R$ 17,6 milhões. O objeto compreende a instalação faseada do VTS, iniciada por um Serviço Portuário Local (LPS), integrado a simulador de tráfego, dados do Sistema de Monitoramento da Costa Brasileira (SiMCosta), previsão ambiental, ferramenta de calado dinâmico, perfil da correnteza transversal na saída dos molhes e simulador de manobras, com manutenção e suporte. A infraestrutura principal está implantada (radares, estações AIS, CFTV, VHF, sensores ambientais e estação remota no Porto Novo), com Centro de Controle VTS junto ao Portão 1, no mesmo prédio da sala do Código ISPS e da Guarda Portuária, e Gerente de VTS designado pela Portaria nº 041/2024. A Área VTS cobre a poligonal do Porto Organizado em cinco subáreas (Fundeio Externo, Canal Externo, Superporto, Porto Novo e São José do Norte), com indicativo de chamada “VTS Rio Grande” e escuta nos canais VHF 16 e 12. Situação em outubro de 2026: os cursos de formação dos operadores (GMDSS, ARPA e Operador de VTS) e o treinamento em serviço (On the Job Training) foram concluídos; a Diretoria de Operações está na fase de revisão das documentações e de apresentação do serviço à comunidade portuária, para consolidar o cenário de funcionamento e finalizar os documentos necessários ao pedido de homologação junto à Marinha do Brasil – o Projeto de Implantação do VTS (para a Licença de Implantação), o requerimento da Licença de Operação com os Procedimentos aos Navegantes na Área VTS, e as Normas da Portos RS sobre Programação Integrada de Manobras, Line-up Integrado e VTS (com Procedimentos aos Navegantes em português e inglês) e sobre a integração dos terminais de uso privado, a serem aprovadas pela Diretoria Executiva. O sistema encontra-se em fase pré-operacional, sem início da operação oficial.
- **Certificação do Código ISPS – entrega prioritária**: o Código ISPS exige que cada porto tenha um Estudo de Avaliação de Riscos (EAR) e um Plano de Segurança Portuária (PSP) homologados pela CONPORTOS. O EAR do Porto do Rio Grande foi reenviado à CONPORTOS após ajustes e está em análise; a auditoria interna de segurança foi realizada; o PSP está em elaboração com a Organização de Segurança contratada; as ações de adequação indicadas no EAR tinham conclusão prevista para a última quinzena de setembro de 2026; a submissão do PSP está prevista para a 1ª quinzena de outubro de 2026, com perspectiva de retorno da CONPORTOS em dezembro de 2026.

- **Modernização do controle de acesso e do videomonitoramento (Contrato 1228/2022 – Eagle Soluções Tecnológicas), implantada por etapas**: Portão 4 com novo modelo de acesso de pedestres em operação (torniquetes, reconhecimento facial e integração com o credenciamento), funcionalidades de visitantes, autoridades, vigência de acesso e trabalhadores portuários avulsos entregues, e migração de veículos leves em modelo híbrido; Portão 2 com gates de veículos de carga concluídos (pendente apenas a automação final das catracas de entrada); Pátio Automotivo com nova solução para caminhões-cegonha de importação em operação. Em desenvolvimento: integração com a API Recintos da Receita Federal do Brasil, controle de acesso de tripulantes e do prédio administrativo, normas de consequências operacionais e nova versão do sistema de agendamento.
- **Resposta ao evento climático de 21/09/2026**: ventos de elevada intensidade causaram a destruição dos armazéns D3 e D4, obstrução de vias, avarias no prédio da Fiscalização e na Pista 4, interrupção do fornecimento de energia (com falha do gerador do Portão 2) e rompimento das amarras de ré de uma embarcação no Berço 5. As operações do Porto Novo foram paralisadas por 37h42min e retomadas em 22/09 sob contingência (geração emergencial nas pontas norte e sul, com gerador e combustível cedidos por operadores portuários), com normalização após o retorno da energia externa em 25/09. Entre 20 e 26/09 foram atendidas 19 embarcações (118.587 toneladas), três delas com impacto direto do evento; o VTS, ainda pré-operacional, foi preventivamente desligado e retomou as atividades de implantação após a estabilização. Os terminais privados do complexo registraram avarias de pequena monta e seguiram operando.

Sob a perspectiva orçamentária, a relevância da ação também se evidencia nos custos registrados em 2025: **R$ 12,9 milhões em Sistema de Monitoramento ISPS Code, R$ 9,6 milhões em Vigilância e Segurança Patrimonial e R$ 2,8 milhões em Sistema de Gerenciamento de Tráfego Naval**, totalizando aproximadamente **R$ 25,3 milhões** nessas três frentes diretamente associadas à segurança, controle e inteligência operacional.

O Plano de Contratações Anual (PCA) é o instrumento em que cada diretoria da Portos RS relaciona, a cada ano, as contratações e renovações que pretende realizar. Para 2026, os principais itens do PCA da Diretoria de Operações nesta ação já estão contratados ou em execução: o Projeto de Modernização do Porto de Porto Alegre (R$ 25 milhões, recursos do FUNRIGS, licitação em curso); a renovação do contrato de modernização e manutenção dos sistemas de controle de acesso e videomonitoramento para o Código ISPS e o alfandegamento (Contrato 1228/2022 – Eagle Soluções Tecnológicas, R$ 46.775.000,00 por 60 meses); a vigilância patrimonial (Contrato 1748/2026 – Betron Tecnologia em Segurança, R$ 10.236.000,00 por 12 meses); o VTS (Contrato 1254/2023 – APL Marítimo RS, R$ 16.590.000,00 por 60 meses); a mão de obra de apoio operacional – fiscais de operação, assistentes de comércio exterior e operadores de gate (Contrato 1530/2024 – Phenix Soluções, R$ 3.661.785,00 por ano); e a assinatura da plataforma MarineTraffic Enterprise (Contrato 1761/2026, US$ 17 mil por ano).

Os contratos que vencem no período e admitem prorrogação serão renovados. Para o PCA de 2027 da Diretoria de Operações, estão previstos dois novos projetos: o escâner de inspeção não invasiva do Porto Novo (aquisição ou locação) e o estudo de parâmetros operacionais dos Portos de Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre e da hidrovia. O AIS Hidrovia

(ampliação da cobertura do VTS para a hidrovia interior) deixou de constar do PCA e poderá ser avaliado no âmbito da concessão do canal de acesso.

Na tecnologia aplicada à segurança, a Gerência de Tecnologia da Informação sustenta os sistemas de controle de acesso, credenciamento, OCR e videomonitoramento, com integrações ao Sistema Porto e ao Novo PortoWeb, visando rastreabilidade e atendimento às exigências do ISPS Code e dos recintos alfandegados.

Foram estruturadas diretrizes de redes, instalação de câmeras, backup e segurança da informação e cibersegurança, esta última em tramitação interna, com foco na homologação de equipamentos, controle de acessos, proteção dos dados e prevenção de incidentes.

O Plano de Recuperação de Desastres prevê cópias de segurança locais e em nuvem, prioridades de recuperação e procedimentos de resposta, visando à continuidade dos serviços portuários em regime de 24 horas por dia, sete dias por semana.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Etapa atual	**Status:** [ ] em planejamento [ ] em contratação [X] em execução [ ] encerramento As atividades compreendem a operação e manutenção dos sistemas associados ao alfandegamento, com controle automatizado de acesso de pessoas e veículo monitoramento e proteção das áreas portuárias; a prestação continuada dos servi patrimonial; e a operação e evolução dos recursos relacionados ao VTS e ao acor tráfego aquaviário. Integra ainda essa frente a utilização do MarineTraffic Enterprise, com rastreamento real, previsão de chegada, histórico de trajetos e alertas georreferenciados para suporte Autoridade Portuária e do VTS. VTS – infraestrutura implantada, operadores formados e com treinamento em servi revisão das documentações e apresentação à comunidade portuária para consolidaç funcionamento e finalização dos documentos do pedido de homologação à Marinha d de Implantação e Licença de Operação); Código ISPS – Estudo de Avaliação de Risc CONPORTOS e Plano de Segurança Portuária em elaboração, com submissão previs retorno esperado para dezembro de 2026; controle de acesso – Portão 4 (pedestres) de carga) em operação na nova solução, com migração de veículos leves e automação conclusão; licitação do Projeto de Modernização do Porto de Porto Alegre em curso (se 11/12/2026); escâner do Porto Novo – instrução processual (Documento de Formalizaç Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência) em curso, para inclusão no Plano Anual e no orçamento de 2027, conforme cronograma apresentado à Receita Fede frentes de VTS e Código ISPS deverão permanecer nessa etapa até o 1º trimestre de 2
Próxima etapa	Dar continuidade à operação, manutenção e aperfeiçoamento dos sistemas de segu assegurando sua disponibilidade e aderência aos requisitos do ISPS Code, alfandega exigências aplicáveis; avançar na integração dos recursos de controle de acesso,

	vigilância; e consolidar a evolução do VTS, ampliando a capacidade de acompanhamen e inteligência sobre o tráfego aquaviário. Recomenda-se, ainda, avaliar continuamente as necessidades de atualização tecnoló das diferentes soluções, de modo a ampliar a qualidade das informações e o suporte à to operacional. Marcos para os 100 primeiros dias da nova gestão, em ordem de prioridade: (1) concluir a homologação do VTS junto à Marinha do Brasil – submissão do Projet (Licença de Implantação) e requerimento da Licença de Operação com os Pro Navegantes – e formalizar o início da operação oficial do serviço, após a aprovaçã Executiva, das Normas de line-up integrado/VTS e de integração dos terminais de uso (2) acompanhar a resposta da CONPORTOS ao Plano de Segurança Portuária e imple exigências para a certificação do Código ISPS do Porto do Rio Grande; (3) conduzir a assinatura do contrato e a Ordem de Início do Projeto de Modernização Alegre; (4) concluir a migração do acesso de veículos leves (Portão 4), a automação das catra integração com a API Recintos; (5) formalizar as renovações contratuais que vencem no período – o 2º Termo Ad 1530/2024 (Phenix) antes de 27/12/2026, a prorrogação do Contrato 1748/2026 (Betro do Contrato 1228/2022 (Eagle); (6) escâner do Porto Novo – concluir a instrução processual e a inclusão no Plano de Co e no orçamento de 2027 até dezembro de 2026, obter a aprovação da Diretoria Executi de Administração até janeiro de 2027 e publicar o edital no 1º semestre de 2027, confo apresentado à Receita Federal do Brasil (contrato em junho de 2027 e operação em m (7) incluir no Plano de Contratações Anual de 2027 o estudo de parâmetros operacion Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre e da hidrovia.
Orçamento	**Orçamento:** Anexo. **Fonte do recurso:** Recursos próprios da Portos RS (receitas tarifárias e de arrendame para o Projeto de Modernização do Porto de Porto Alegre.
Pontos críticos e riscos	Entre os principais riscos estão a indisponibilidade ou obsolescência dos sistemas de controle; falhas de equipamentos ou de integração tecnológica; interrupções na cobert acessos indevidos às áreas controladas; perda ou insuficiência de informações para to e eventual não atendimento aos requisitos do ISPS Code e de alfandegamento. Deve-se considerar, ainda, a dependência de contratos especializados e de soluções terceiros, bem como a necessidade de continuidade dos serviços sem interrup contratuais. A relevância financeira da frente também exige atenção. Pontos críticos específicos para os 100 primeiros dias: (1) homologação do VTS pela Diretoria de Hidrografia e Navegação da Marinha do B Implantação e Licença de Operação, NORMAM-602/DHN) e certificação do Có

	CONPORTOS (homologação do Estudo de Avaliação de Riscos e do Plano de Segu Resolução nº 53/2020) – marcos previstos entre outubro e dezembro de 2026, com pos complementares a serem atendidas em 2027; a aprovação das Normas de line-up int integração dos terminais de uso privado é condição para a operação do serviço com i usuários; (2) escâner de inspeção não invasiva no Cais Público do Porto Novo – exigência da Alfâ Federal do Brasil no Porto do Rio Grande com base na Portaria RFB nº 143/2022 (Despa e 017/2026-ALF/RGE/GABIN; e-Processo RFB nº 11050.001811/96-29); a Portos R Receita Federal cronograma com inclusão no Plano de Contratações Anual e no orç contratação (aquisição ou locação) em junho de 2027 e início de operação em març licenciamento na Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN); o cumprimento des condição para a manutenção do alfandegamento do recinto; (3) renovações contratuais em período de transição – o Contrato 1530/2024 (Pho operação, assistentes de comércio exterior e operadores de gate; R$ 3.661.785,00 po 27/12/2026 e admite nova prorrogação até o limite de cinco anos (art. 71 da Lei nº 13. que o termo aditivo seja celebrado antes do término da vigência; o Contrato 1748/2026 (E patrimonial) tem vigência de 12 meses; e o Contrato 1228/2022 (Eagle – con videomonitoramento e automação para o Código ISPS e o alfandegamento, 60 meses término, com dependência tecnológica da solução implantada – todos serão renovado serviço ou de suporte; (4) licitação do Projeto de Modernização do Porto de Porto Alegre (sessão em 11/12/2 obras em 2027, mantendo-se até lá a autorização provisória de alfandegamento do rec (5) modelagem da concessão do acesso aquaviário (SAIP Sul-Mirim – Audiência Pú 06/2026, agosto de 2026), que envolve VTS, dragagem e estrutura tarifária: a diretri Operações, registrada nas contribuições técnicas da Portos RS à modelagem (em aná não aprovadas pelo Conselho de Administração nem encaminhadas à ANTAQ), é 1254/2023 siga até seu término, previsto para 20/04/2028, e que somente então a opera transferida ao concessionário, mantendo-se com a Autoridade Portuária a progra integrado e a autorização e o controle das atracações e desatracações do complexo, de a isonomia entre os usuários; para tanto, os documentos da concessão devem prever i de cessão do sistema (cujos equipamentos passam à propriedade da Portos RS ao 1254/2023), integração sistêmica bidirecional e plano de transição aprovado pela Autori AIS Hidrovia poderá ser avaliado nesse contexto; (6) exposição a eventos climáticos severos – o temporal de 21/09/2026 evidenciou vul energia (gerador do Portão 2 sem peça de reposição em estoque, dependência de gerador cedidos por operadores), em sistemas (corrupção de arquivos do servidor de co após a queda de energia, falhas de leitura de placas nos gates) e em estruturas (ar destruídos), com reflexos diretos no controle de acesso exigido pelo Código ISPS e pelo o levantamento dos impactos financeiros ainda não foi concluído.
Recomendações	Tratar a homologação do VTS e a certificação do Código ISPS como as entregas prioritá mantendo a equipe técnica responsável (Gerência de VTS, Gerência da Unidade A Segurança Portuária e Assessoria Técnica da Diretoria de Operações) e a interlocuçã do Brasil e a CONPORTOS. Formalizar com antecedência as renovações dos contra patrimonial, de mão de obra de apoio operacional e da solução de control

	videomonitoramento, de modo que não haja interrupção de serviço, de dados, de manutenção. Cumprir o cronograma do escâner apresentado à Receita Federal do Bra dezembro de 2026, licitação no 1º semestre de 2027), definindo no Estudo Técn alternativa mais vantajosa entre aquisição e locação. Incluir no Plano de Contratações estudo de parâmetros operacionais dos Portos de Rio Grande, Pelotas e Porto Aleg Incorporar as lições do evento climático de 21/09/2026: redundância de geração de ene de manutenção que assegure peças críticas, reserva de combustível, proteção elétrica de segurança do servidor de controle de acesso, e plano de contingência formal para programação de navios. Consolidar os indicadores operacionais (movimentação, horas tempo de espera, ocupação de berços e prancha) em painel gerencial e manter a p estatísticas publicadas. Estender o padrão de controle de acesso e monitoramento a Alegre por meio do Projeto de Modernização. Na modelagem da concessão do acesso Sul-Mirim), assegurar que a transferência do VTS ao concessionário ocorra somente a Contrato 1254/2023 e que a programação, o line-up integrado e o controle da desatracações permaneçam com a Autoridade Portuária, preservando a isonomia entre
Mais informações	Estatísticas da Portos RS – Movimentações de janeiro a junho de 2026 – https://www.portosrs.com.br/site/public/uploads/site/estatisticas/733.pdf; Estatísticas por porto – https://www.portosrs.com.br/site/comunidade_portuaria/rio_grande/estatisticas; Gestão da Portos RS – https://www.portosrs.com.br/site/transparencia/relatorio_g VTS Portos RS – Rio Grande – https://t2s.apl.technomar.com.br/; Atas de Program Navios – https://www.portosrs.com.br/site/transparencia/atas_programacao_nav Normativas Portos RS – https://www.portosrs.com.br/site/estrutural/autoridade_portuaria/normativas; Contratos da Portos RS – https://www.portosrs.com.br/site/estrutural/autoridade_portuaria/contratos; Portarias da Portos RS (Portaria nº 49/2023, Portaria de Pessoal nº 01/2026 e Portaria 49/2026 – comissões do PMPOA; Portaria nº 041/2024 – Gerente de VTS) – https://www.portosrs.com.br/site/estrutural/autoridade_portuaria/portarias; Edital do Procedimento de Licitação nº 0003/2026 (Porto de Porto Alegre) – https://www.portosrs.com.br/site/estrutural/autoridade_portuaria/licitacoes_e_e Projeto de Implantação do VTS Rio Grande e minutas das Normas Portos RS sobre Pr Integrada de Manobras, Line-up Integrado e VTS e sobre a integração dos terminais de (documentos internos, em revisão); Relatório Executivo da Diretoria de Operações sobre o evento climático de 21/09/2026; Nota Técnica da Diretoria de Operações sobre o escâner do Porto Novo e cronograma Receita Federal do Brasil (processo administrativo 23/9301-0004091-2);

	NORMAM-602/DHN – https://www.marinha.mil.br/dhn; Resolução CONPORTOS nº https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/seguranca-portuaria; Portaria RFB nº 143/20 Plano de Contratações Anual da Diretoria de Operações para 2026.

CONTRATOS EM ANDAMENTO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

Número	Objeto	Contratado	Valor	Vigência	Status
1228/2022	Modernização da infraestrutura e implantação de sistemas de monitoramento e automação de acesso de pessoas e veículos para atendimento ao **ISPS Code e alfandegamento**, incluindo manutenção e suporte técnico das soluções implantadas.	Eagle Soluções Tecnológicas Eireli	R$ 46.775.000,00	60 meses	Em execução - Pregão Eletrônico nº 0004/2022; processo administrativo 22/9301-0001859-8; vigência de 60 meses contados da ordem de início: 02/01/2023 a 02/01/2028; renovação prevista no Plano de Contratações Anual da Diretoria de Operações.
1748/2026	Prestação continuada de **vigilância patrimonial**, com dedicação exclusiva de mão de obra e cobertura ininterrupta das instalações e dependências da Portos RS em **Rio Grande e Porto Alegre**.	Betron Tecnologia em Segurança Ltda.	R$ 10.236.000,00	12 meses	Em execução – Pregão Eletrônico nº 0004/2022; processo administrativo 22/9301-0001859-8; vigência de 60 meses contados da ordem de início: 02/01/2023 a 02/01/2028; renovação prevista no Plano de Contratações Anual da Diretoria de Operações.
1761/2026	Assinatura anual do **MarineTraffic Enterprise**, para rastreamento e inteligência de tráfego marítimo e hidroviário em tempo quase real, com histórico de trajetos, previsão de chegada, alertas georreferenciados e recursos analíticos de apoio à Portos RS e ao **VTS Rio Grande**.	Kpler Inc.	US$ 17.000,00	15/06/2026 a 14/06/2027	Em execução

LICITAÇÕES EM ANDAMENTO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

Processo	Objeto	Fase atual	Próximas etapas

Processo administrativo 23/9301-0004091-2 (e-Processo RFB nº 11050.001811/96-29)	Escâner de inspeção não invasiva de cargas e veículos para o Cais Público do Porto Novo (aquisição ou locação), em atendimento à Portaria RFB nº 143/2022	Planejamento – instrução processual (Documento de Formalização da Demanda, Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência) em curso; inclusão no Plano de Contratações Anual e no orçamento de 2027	Aprovação da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração até janeiro de 2027; edital no 1º semestre de 2027; contrato em junho de 2027; licenciamento na CNEN; operação em março de 2028
A definir (Plano de Contratações Anual de 2027 da Diretoria de Operações)	Estudo de parâmetros operacionais dos Portos de Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre e da hidrovia (condições de navegação, janelas operacionais, calados e restrições, com revisão das normas operacionais da Portos RS)	Planejamento – inclusão prevista no Plano de Contratações Anual de 2027	Elaboração do Documento de Formalização da Demanda, do Estudo Técnico Preliminar e do Termo de Referência; contratação em 2027

4. Gestão Ambiental, Saúde e Segurança do Trabalho

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	Gestão Ambiental, Saúde e Segurança do Trabalho
Base legal	Lei Federal nº 6.938/1981 (Política Nacional do Meio Ambiente); Lei Federal nº 9.605/1998 (Crimes Ambientais); Lei Federal nº 9.966/2000 (Prevenção e Controle da Poluição Hídrica); Lei Federal nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos); Lei Complementar nº 140/2011 (Competências Ambientais); Lei Federal nº 12.815/2013 (Lei dos Portos); Resoluções CONAMA nº 237/1997 e nº 306/2002; Normas Regulamentadoras NR-01, NR-07 e NR-29, em suas redações vigentes; licenças ambientais e respectivas condicionantes aplicáveis às instalações e atividades sob responsabilidade da Portos RS.
Unidade responsável	Diretoria de Meio Ambiente - DMA
Órgãos e entidades parceiras (se houver)	Não há.
Objetivo	Assegurar a regularidade ambiental dos Portos do Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre e da Hidrovia sob administração da Portos RS, bem como a proteção da saúde e da segurança dos trabalhadores, mediante o atendimento às licenças e condicionantes ambientais, a execução dos programas de controle e monitoramento, a prevenção e resposta a emergências e a gestão dos riscos ambientais e ocupacionais. A ação promove a melhoria contínua da gestão, integrando sustentabilidade, prevenção e continuidade operacional.
Justificativa	A operação portuária envolve atividades com potencial impacto ambiental e exposição a riscos ocupacionais, exigindo atuação permanente e preventiva para assegurar o cumprimento das obrigações legais e regulatórias, preservar os recursos naturais, proteger trabalhadores e usuários e reduzir passivos e riscos de interrupção das atividades. A continuidade dessa atuação é essencial para manter a regularidade ambiental e as condições de saúde e segurança do trabalho nos Portos de Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre e nas atividades da Hidrovia sob responsabilidade da Portos RS.
Principais instrumentos	A ação é operacionalizada por meio das licenças ambientais dos Portos de Rio Grande, Pelotas Porto Alegre e da Hidrovia, com suas respectivas condicionantes e programas ambientais; do Sistema de Gestão Ambiental (SGA), com procedimentos, instruções de trabalho e registros operacionais; dos programas de monitoramento e controle ambiental; das auditorias ambientais e planos de ação para tratamento de não conformidades; dos planos e procedimentos de prevenção e resposta a emergências; e dos instrumentos de gerenciamento de resíduos e de

	acompanhamento de passivos ambientais; conta com contratos especializados em monitoramento ambiental, prontidão e resposta a emergências, incluindo resgate de fauna, e desenvolvimento de soluções de gestão e monitoramento, incluindo o Programa HidroPorto 4.0. No eixo de Saúde e Segurança do Trabalho, são utilizados o Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), Análises Ergonômicas do Trabalho, inspeções, e listas de verificação de atendimento à NR-29, os Diálogos Diários de Segurança, procedimentos de comunicação de riscos, treinamentos e simulados de emergência.
Público-alvo e abrangência	Instalações e atividades dos Portos do Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre, alcançando trabalhadores próprios e terceirizados, operadores portuários, arrendatários, prestadores de serviços e demais agentes cujas atividades estejam submetidas a requisitos ambientais ou de saúde e segurança. Também compreende a interlocução com órgãos ambientais e fiscalizadores, instituições técnico-científicas, empresas contratadas e demais atores envolvidos na prevenção, monitoramento, fiscalização e resposta a ocorrências ambientais e ocupacionais.
Beneficiários diretos	Trabalhadores e usuários das instalações portuárias, pela redução da exposição a riscos ambientais e ocupacionais e pelo fortalecimento das condições de saúde e segurança; os operadores, arrendatários e demais integrantes da comunidade portuária, pela manutenção de condições regulares e sustentáveis de operação; e a própria Portos RS, pela redução de riscos regulatórios, operacionais, financeiros e reputacionais. A ação produz ainda benefícios diretos sobre o ambiente e as comunidades do entorno, ao fortalecer o controle de impactos, a prevenção de ocorrências e a capacidade de resposta ambiental.

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

A ação apresenta avanços relevantes na consolidação de uma gestão ambiental preventiva, integrada à sustentabilidade e à saúde e segurança do trabalho. Entre as principais entregas, destacam-se:

- **Manutenção da regularidade ambiental das unidades portuárias**, com quatro licenças de operação ativas referente aos Portos de Rio Grande, Pelotas, Porto Alegre e da Hidrovia, acompanhamento contínuo das condicionantes e execução dos respectivos programas ambientais. Destacam-se a renovação da Licença de Operação do Porto de Pelotas, em junho de 2025, com vigência até 2030; a renovação da Licença de Operação

da Hidrovia, em agosto de 2026; e a emissão das Licenças de Instalação do Píer Multiuso, em outubro de 2025, e a LI referente à dragagem de ampliação lateral do canal de navegação e formação de bacia de evolução, ocorrida em setembro de 2026.

- **Estruturação e avanço na implantação do Sistema de Gestão Ambiental – SGA**, com desenvolvimento de procedimentos, instruções de trabalho e registros operacionais realização de diagnóstico Gap Analysis baseado na ISO 14001 e execução de ações para aprimorar os controles e fortalecer a rastreabilidade, a prevenção e o tratamento de não conformidades.
- **Execução contínua dos programas de controle e monitoramento ambiental**, abrangendo acompanhamento da qualidade da água, sedimentos, biota aquática, fauna sinantrópica e efluentes, além da supervisão ambiental de dragagens e da gestão sistemática dos resíduos gerados nas instalações portuárias.
- **Realização de auditorias ambientais externas e encaminhamento de ações corretivas,** abrangendo as três unidades portuárias e elaboração de planos de ação para tratamento das não conformidades e melhoria dos processos.
- **Fortalecimento da capacidade de prevenção e resposta a emergências**, com a qualificação da estrutura especializada de atendimento através de contrato iniciado em 2025; qualificação das equipes e realização de simulados e treinamentos envolvendo diferentes cenários de emergências além do atendimento a ocorrências reais. O conjunto de medidas resultou no registro de redução de 56% no tempo de resposta operacional.
- **Avanços em Saúde e Segurança do Trabalho**, com implementação do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), elaboração do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), realização de análises ergonômicas e fortalecimento das rotinas preventivas, de inspeção, orientação e capacitação dos trabalhadores. Foram registrados, em 2025, de forma acumulada, 899 DDS, 2.626 checklists de NR-29, 801 listas de verificação operacional e 777 integrações de segurança. ao Pacto de Sustentabilidade do Ministério de Portos e Aeroportos (MPOR), ampliando a incorporação da dimensão climática e socioambiental à gestão institucional. No que tange ao **Desempenho ambiental mensurado pelo IDA/ANTAQ**, no último ciclo divulgado (referente a 2024), os Portos obtiveram índices de **95,70 para Rio Grande, 81,95 para Pelotas e 82,96 para Porto Alegre**

Em conjunto, as entregas demonstram avanços na gestão ambiental e na saúde e segurança do trabalho, contribuindo para a regularidade das atividades, a prevenção de impactos ambientais e riscos ocupacionais e fortalecimento da capacidade de respostas a emergências. Esses resultados apoiam, a continuidade, a sustentabilidade e a resiliência das operações portuárias.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Etapa atual	**Status:** [ ] em planejamento [ ] em contratação [X] em execução [ ] encerramento A ação encontra-se em execução continuada, abrangendo o acompanhamento das licenças e condicionantes ambientais; a execução dos programas de controle e monitoramento; supervisão ambiental de dragagens; o gerenciamento de resíduos e o acompanhamento de passivos ambientais. Estão em andamento a estruturação e implantação do Sistema de Gestão Ambiental e o tratamento das não conformidades

	identificadas nas auditorias ambientais. Paralelamente, são mantidas estruturas de prevenção e resposta a emergências ambientais e ocupacionais, e as rotinas de Saúde e Segurança do Trabalho, incluindo programas, inspeções, capacitações, treinamentos e simulados, além de iniciativas relacionadas à agenda climática.
Próxima etapa	Dar continuidade ao cumprimento e monitoramento das condicionantes ambientais, com atenção aos prazos, evidências e obrigações vinculadas às licenças de cada unidade; prosseguir com os programas de monitoramento e supervisão ambiental; Acompanhar também o atendimento às condicionantes das licenças de instalação dos empreendimentos, conforme seus cronogramas de execução; Avançar na implementação e maturidade do Sistema de Gestão Ambiental, especialmente a partir das lacunas identificadas na Gap Analysis ISO 14001 e nas auditorias externas; e manter a atuação sobre passivos ambientais ainda existentes e prosseguir com os projetos da agenda climática e de sustentabilidade. No eixo de Saúde e Segurança do Trabalho, manter os programas de gerenciamento de riscos e saúde ocupacional, com continuidade das inspeções, capacitações e simulados.
Orçamento	Orçamento: anexo.
Pontos críticos e riscos	Os principais pontos de atenção estão associados ao cumprimento tempestivo dos prazos e das exigências das licenças ambientais, dos compromissos judiciais e dos planos de ação decorrentes das auditorias ambientais realizadas, incluindo obrigações que dependem da atuação conjunta de diferentes áreas da Portos RS. Eventuais atrasos, insuficiência de evidências ou descumprimentos podem gerar não conformidades, sanções, passivos e riscos à continuidade das operações. A continuidade dos programas de monitoramento, do gerenciamento de resíduos e das estruturas de resposta a emergências depende da manutenção dos contratos especializados e da disponibilidade de recursos, equipes e infraestrutura. Vencimentos contratuais sem encaminhamento tempestivo e atrasos nas contratações podem gerar lacunas na prestação

	desses serviços e comprometer o atendimento às obrigações ambientais. Também merecem acompanhamento permanente os riscos relacionados a derramamentos e vazamentos, emergências químicas, gestão inadequada de resíduos, impactos decorrentes de dragagens e demais intervenções, bem como os riscos ocupacionais inerentes às atividades portuárias. Eventos climáticos extremos podem agravar esses riscos, afetar instalações e serviços e ampliar a demanda por resposta emergencial. A implantação do Sistema de Gestão Ambiental e a execução dos projetos previstos para 2027 exigem continuidade do apoio institucional, articulação entre áreas e definição de responsabilidades e recursos. A perda de continuidade pode comprometer os cronogramas, o tratamento de não conformidades e os avanços já alcançados.
Recomendações	Recomenda-se dar continuidade à implantação do Sistema de Gestão Ambiental, fortalecendo sua integração às rotinas operacionais e às decisões da Portos RS, com participação das diferentes áreas e dos operadores portuários. Aperfeiçoar o controle integrado das obrigações ambientais e de Saúde e Segurança do Trabalho, com definição de responsáveis, acompanhamento de prazos e organização das evidências de atendimento. Aprimorar também o planejamento das contratações e dos recursos necessários, de modo a assegurar a continuidade dos serviços essenciais. Fortalecer a prevenção e a capacidade de resposta a emergências, incorporando as lições dos eventos climáticos extremos aos planos, à infraestrutura e às capacitações. Dar continuidade à agenda climática e de sustentabilidade, com metas e indicadores que permitam acompanhar os resultados. Ampliar a utilização dos dados de monitoramento e dos indicadores ambientais e de SST para orientar prioridades, investimentos e ações de melhoria contínua.

CONTRATOS EM ANDAMENTO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO					
Número	**Objeto**	**Contratado**	**Valor**	**Vigência**	**Status**
1487/2024	Atendimento especializado de **fauna oleada**, em regime de prontidão, para resposta a emergências envolvendo derramamento de óleo e/ou outras substâncias tóxicas ou poluentes, mitigando impactos ambientais das atividades portuárias	**Universidade Federal do Rio Grande – FURG**, com interveniência da FAURG	R$ 1.204.214,04	28/10/2026 Em processo de renovação	Em execução
1528/2024	Implantação, administração, operação e manutenção de **Base de Emergência Ambiental no Porto do Rio Grande**, para atendimento aos planos e programas de emergência e resposta a acidentes envolvendo produtos químicos, pessoas, instalações e equipamentos	HDC Serviços Ambientais Ltda.	R$ 3.219.999,96	30/01/2027	Em execução
1797/2026	Serviço de **atendimento a emergências** ambientais em atenção aos **Planos e Programas de Risco do Porto de Pelotas e Porto Alegre,** assim como acidentes com produtos químicos de qualquer natureza, que venham a causar danos ambientais na área compreendida como poligonal portuária de acordo com cada unidade da PORTOS RS.	Ambipar Response Dracares Apoio Marítimo e Portuário S/A,	R$ 3.258.053,20	25/08/2027	Em execução
1760/2026	Serviços técnicos especializados para suporte técnico-operacional à implementação, consolidação e execução das atividades de **gestão ambiental, hidroviária e portuária no âmbito do Programa HidroPorto 4.0**, no Porto de Porto Alegre	**Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**, com interveniência da Fundação Luiz Englert – FLE	R$ 2.500.000,00	**30/08/2027**	Em execução
1195/2022	**Monitoramento ambiental continuado** da biota aquática com foco nos seguintes grupos: Comunidade	**Universidade Federal do Rio Grande – FURG**, com interveniência da FAURG	R$ 1.844.938,69	**26/09/2027**	Em execução

	Bentônica, Ictiofauna, Ornitofauna, Bioacumulação de Metais Pesados e Microcontaminantes e Cetáceos				
1194/2022	**SIMCOSTA** - Programa de Monitoramento Contínuo e automático em tempo real das variáveis meteorológicas e oceanográficas do Porto Organizado do Rio Grande visando o apoio das operações portuárias e das atividades de dragagem para a manutenção	**Universidade Federal do Rio Grande – FURG**, com interveniência da FAURG	R$ 2.059.006,54	**26/09/2027**	Em execução
1193/2022	Prestação de serviço de gerenciamento de resíduos Classe I e II para o Porto de Rio Grande e Porto de Pelotas	**Julio Souza Silveira - ME**	R$ 1.038.668,12	**09/08/2027**	Em execução
1547/2025	Fornecimento de mão de obra para segurança e saúde do trabalhador	**Pedro Reginaldo de Albernaz Faria e Fagundes Ltda** - PHENIX SOLUÇÕES LTDA	R$ 2.179.025,52	**27/02/2027**	Em execução
1604/2025	Prestação de serviços especializados na elaboração e gestão de documentos técnicos relacionados à segurança do trabalho.	**SESI -** Serviço Social da Indústria	R$ 367480,11	**25/06/2027**	Em execução
1605/2025	Realização de ensaios químicos para elaboração e gestão de documentos técnicos em conformidade com as NRs do MPT	**SENAI -** Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial	R$ 24.070,18	**25/06/2027**	Em execução

LICITAÇÕES EM ANDAMENTO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

Processo	Objeto	Fase atual	Próximas etapas
26/9301-9001851-9	Contratação de empresa especializada para a realização de auditoria de certificação do Sistema de Gestão Ambiental da Portos RS e emissão da certificação conforme os requisitos da Norma ABNT NBR ISO 14001:2015	Em análise jurídica	Cotação Eletrônica
26/9301-9002005-0	Contratação de empresa para prestação de serviços de gerenciamento de resíduos no Porto de Porto Alegre	Consultas orçamentárias	Instrução processual e tramitação interna para processo licitatório
26/9301-9000699-5	Contratação de serviços técnicos especializados continuados de apoio à gestão ambiental da Portos RS, mediante disponibilização de equipe multidisciplinar composta por	Aguardando assinatura do contrato	Mobilização e início da execução

	profissionais de nível técnico, superior e/ou pós-graduação, visando à execução, coordenação, monitoramento, assessoramento técnico e operacional de programas, projetos, planos, ações e atividades ambientais, socioambientais e de sustentabilidade vinculados aos Portos Organizados de Rio Grande e Pelotas, em atendimento às Licenças de Operação, condicionantes ambientais, requisitos legais, normativos e institucionais aplicáveis		
25/9301-9000044-4	Elaboração de estudos e documentos necessários para subsidiar o EIA/RIMA da obra de aprofundamento do Porto Novo	Em elaboração do Termo de Referência	Instrução processual
25/9301-0002224-9	Contratação de empresa para execução do Plano de Supressão de Vegetação na área do Porto do Rio Grande (Porto Novo e Porto Velho) com vistas ao atendimento às normas ISPS CODE	Aguarda publicação do edital de Pregão Eletrônico	Pregão Eletrônico

5. Gestão de Pessoas e Desenvolvimento Institucional

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	Gestão de Pessoas e Desenvolvimento de Pessoal
Base legal	Convênio de Delegação nº 001/1997
Unidade responsável	Diretoria de Gestão, Administrativa e Financeira - DGAF
Órgãos e entidades parceiras (se houver)	Não há.
Objetivo	Fortalecer a capacidade institucional da Portos RS por meio da qualificação, desenvolvimento e valorização contínua de seus profissionais, promovendo competências técnicas, gerenciais e comportamentais compatíveis com os desafios atuais e futuros da Autoridade Portuária. A ação abrange os profissionais vinculados aos Portos do Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre e busca consolidar uma cultura orientada ao desempenho, à liderança, à inovação, à gestão de riscos e à melhoria contínua, alinhando o desenvolvimento das pessoas aos objetivos estratégicos da Empresa. Gestão de pessoas como pilar estratégico, estruturado em desenvolvimento e liderança, inteligência de pessoas, competências, integração e cultura organizacional.
Justificativa	A diversidade e a complexidade das atividades desenvolvidas pela Portos RS exigem atualização permanente de conhecimentos e desenvolvimento de competências, especialmente diante da modernização dos processos, da transformação tecnológica, das exigências regulatórias e de governança e da crescente necessidade de atuação integrada entre as diferentes áreas e

	unidades portuárias. A continuidade de uma política estruturada de capacitação reduz riscos associados a lacunas de competências, fortalece a sucessão e a formação de lideranças e amplia a capacidade das equipes de responder a desafios operacionais e institucionais.
Principais instrumentos	Programa de Desenvolvimento de Lideranças – PDL, Plano de Desenvolvimento Individual – PDI, avaliação de desempenho, mapeamento de competências e da força de trabalho, programas de integração e reintegração e ações permanentes de capacitação e aperfeiçoamento profissional.
Público-alvo e abrangência	Lideranças, gestores e profissionais com funções de coordenação, assessoramento ou responsabilidade decisória, sem prejuízo das ações de capacitação técnica e comportamental destinadas aos demais integrantes do quadro funcional.
Beneficiários diretos	Empregados, gestores e lideranças da Portos RS.

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

A ação vem consolidando a gestão de pessoas como eixo estratégico da Portos RS, com avanços na capacitação, formação de lideranças, gestão de desempenho, integração e desenvolvimento de competências, abrangendo as equipes vinculadas aos Portos do Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre. Entre os principais resultados e entregas, destacam-se:

- **Mais de 3.000 horas de capacitação realizadas em 2025**, direcionadas ao fortalecimento de competências técnicas e comportamentais dos profissionais da Empresa.
- **Estruturação do Programa de Desenvolvimento de Lideranças – PDL**, associado à avaliação de desempenho de lideranças, aos Planos de Desenvolvimento Individual – PDI e ao fortalecimento de competências gerenciais.
- **Contratação, em 2026, de programa especializado de formação e desenvolvimento de líderes e gestores**, estruturado em eixos complementares que abrangem estratégia, planejamento e indicadores, inovação e transformação digital, comunicação, delegação e autonomia, qualidade de vida, gestão de riscos, controles internos, tomada de decisão, reputação e gestão de crises.
- **Avanço na gestão de desempenho e competências**, com avaliação de lideranças e do período probatório, mapeamento da força de trabalho e competências e ações voltadas à estruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários.
- **Fortalecimento da integração e da cultura organizacional**, com Programa de Integração e Reintegração, que alcançou 115 participantes, além de iniciativas de escuta ativa, reconhecimento, integração, saúde mental e bem-estar.

Em conjunto, as entregas evidenciam a evolução para uma gestão de pessoas mais estruturada e orientada ao desenvolvimento, desempenho e formação de lideranças, criando condições para maior profissionalização da gestão, retenção do conhecimento institucional e preparação das equipes para os desafios estratégicos e operacionais da Portos RS.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Etapa atual	**Status:** [ ] em planejamento [ ] em contratação [X] em execução [ ] encerramento Encontra-se em execução uma agenda estruturada de capacitação e desenvolvimento de pessoas, com ênfase na formação de lideranças, no fortalecimento de competências técnicas e comportamentais e na qualificação da gestão.
Próxima etapa	Dar continuidade à execução dos programas e contratos de capacitação em curso, assegurando o cumprimento dos cronogramas e a participação do público definido; consolidar o PDL e os PDIs como instrumentos permanentes de desenvolvimento; e utilizar os resultados das avaliações de desempenho e do mapeamento de competências para orientar as futuras ações de capacitação. Recomenda-se avançar, ainda, na vinculação entre as necessidades identificadas, o planejamento anual de capacitações e os objetivos estratégicos da Portos RS, permitindo maior direcionamento dos investimentos em desenvolvimento profissional.
Orçamento	Orçamento: anexo.
Pontos críticos e riscos	Continuidade e efetividade das ações de desenvolvimento, especialmente diante da necessidade de conciliar capacitações com as rotinas operacionais dos três portos e assegurar participação adequada das lideranças e equipes. Também constituem riscos a realização de treinamentos de forma fragmentada ou sem correspondência com lacunas efetivamente identificadas; a ausência de indicadores capazes de demonstrar aplicação prática e resultados; a descontinuidade do PDL e dos PDIs; e a perda de conhecimento institucional decorrente de movimentações ou renovação da força de trabalho.

CONTRATOS EM ANDAMENTO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

Número	Objeto	Contratado	Valor	Vigência	Status
1745/2026	Formação e desenvolvimento de líderes e gestores, abrangendo **estratégia, planos e indicadores, visão de longo prazo, transformação digital, inovação e tecnologias aplicadas à gestão, planejamento e alinhamento estratégico**, além de atividade vivencial de liderança	AEM Assessoria Empresarial Mayer Ltda.	R$ 288.800,00	12 meses da assinatura – até 06/05/2027	Em execução

1746/2026	Formação e desenvolvimento de líderes e gestores, com treinamentos técnico-comportamentais em **comunicação não violenta, delegação, autonomia e empowerment, planejamento operacional e orçamentário, bem-estar e qualidade de vida no trabalho, cultura inovadora e competências essenciais**	Sibelie Souto Valente	R$ 25.200,00	12 meses da assinatura – até 04/05/2027	Em execução
1749/2026	Formação e desenvolvimento de líderes e gestores, contemplando **gestão de riscos, controles internos e tomada de decisão, comunicação institucional, reputação e gestão de crises**	Instituto Bozetti de Treinamentos Ltda.	R$ 74.500,00	12 meses da assinatura – até 04/05/2027	Em execução

6. Relação Porto–Cidade e Desenvolvimento Social

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	Projeto Estratégico “Minha Cidade Tem um Porto” — Integração Porto–Cidade e Desenvolvimento Social.
Base legal	-
Unidade responsável	Diretoria de Relações Institucionais (DRI)
Órgãos e entidades parceiras (se houver)	Sindienergia-RS – Sindicato da Indústria de Energias Renováveis do Rio Grande do Sul; Câmara do Comércio de Rio Grande; Associação dos Vagoneteiros dos Molhes da Barra do Rio Grande (AVAMBRG); Colônia de Pescadores Z-1 de Rio Grande; FIERGS – Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul; Governo do Estado do Rio Grande do Sul; Prefeitura Municipal de Porto Alegre; Prefeitura Municipal de Rio Grande; SMEd – Secretaria Municipal de Educação de Rio Grande; 18ª CRE – Coordenadoria Regional de Educação; CCMar – Centro de Convívio dos Meninos do Mar; Sesc – Serviço Social do Comércio; NEMA – Núcleo de Educação e Monitoramento Ambiental; entidades esportivas, culturais e organizações comunitárias parceiras, conforme cada iniciativa
Objetivo	Fortalecer a integração entre os portos e as cidades onde estão inseridos, aproximando a Portos RS da sociedade por

	meio de iniciativas de educação, cultura, esporte, inclusão social, comunicação e valorização da identidade portuária. Busca-se ampliar o conhecimento da população sobre a importância econômica e social dos portos, estimular o sentimento de pertencimento e contribuir para o desenvolvimento das comunidades.
Justificativa	A atividade portuária possui relevância econômica, social e territorial para os municípios onde está instalada. A continuidade do projeto é importante para fortalecer o diálogo com as comunidades, ampliar a compreensão sobre o papel dos portos, incentivar a participação social e consolidar uma relação de confiança entre a autoridade portuária e a população. As ações também contribuem para a inclusão social, a valorização cultural e o fortalecimento da imagem institucional da Portos RS.
Principais instrumentos	Realização de ações educativas em escolas; produção de conteúdos de educomunicação e webséries; apoio e articulação de iniciativas esportivas e de inclusão social, envolvendo modalidades como surfe, basquete, remo e ginástica artística; campanhas de comunicação institucional; participação em eventos comunitários e culturais; divulgação em veículos de comunicação e programas de alcance estadual; e ações de relacionamento com comunidades do entorno portuário.
Público-alvo e abrangência	Comunidades dos municípios onde estão localizados os portos administrados pela Portos RS, Rio Grande, Porto Alegre e Pelotas, com atenção às populações do entorno portuário. Inclui estudantes, crianças, adolescentes, jovens, participantes de projetos esportivos e culturais, instituições de ensino, organizações sociais, setor produtivo, poder público e população em geral. Algumas ações de comunicação possuem alcance estadual.
Beneficiários diretos	Estudantes, participantes das iniciativas educativas, esportivas, culturais e socioambientais e integrantes das comunidades atendidas pelas ações de integração Porto–Cidade, incluindo instituições de ensino, organizações sociais e demais públicos diretamente envolvidos nas atividades.

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

As principais entregas compreenderam:

- Educação e aproximação com a comunidade escolar: realização de iniciativas educativas para ampliar o conhecimento de estudantes sobre a importância dos portos e sua relação com o desenvolvimento regional.
- Esporte e inclusão social: apoio e articulação de projetos e atividades esportivas, envolvendo modalidades como surfe, basquete, remo e ginástica artística, com foco na participação comunitária e no desenvolvimento social.
- Cultura e identidade portuária: valorização da história, da cultura e do vínculo entre os municípios e suas atividades portuárias.
- Comunicação e conscientização: produção e divulgação de conteúdos educativos, materiais audiovisuais e ações de comunicação institucional, incluindo iniciativas de educomunicação e websséries.
- Relacionamento institucional e comunitário: aproximação com instituições de ensino, organizações sociais, entidades esportivas e culturais e representantes das comunidades do entorno portuário.

Em 2026, as ações tiveram continuidade e expansão, com entregas específicas em Rio Grande e Porto Alegre.

Em Rio Grande, destacaram-se a participação no FESTIMAR e na FENADOCE; atividades de ginástica artística em escolas; oficinas socioambientais em parceria com o NEMA; ações junto à comunidade de pescadores da Colônia Z-1; revitalização de fachadas escolares; concurso de redação; preservação do acervo histórico portuário; e produção de conteúdos audiovisuais e institucionais.

Em Porto Alegre, foram realizados o lançamento do projeto no Armazém A5 do Cais Mauá, em parceria com o SindiEnergia-RS; visitas educativas de estudantes das escolas municipais EMEF Migrantes e EMEF Antonio Giudice; atividades de aprendizagem por meio de quiz educativo; e ações de comunicação e relacionamento com instituições públicas, setor produtivo e comunidade.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Etapa atual	**Status:** [ ] em planejamento [ ] em contratação [X] em execução [ ] encerramento O projeto encontra-se em execução contínua, com desenvolvimento de ações educativas, culturais, esportivas, socioambientais e de relacionamento comunitário.
Próxima etapa	Avaliar os projetos em andamento e os compromissos assumidos com instituições parceiras; identificar novas oportunidades de atuação junto às comunidades; e estabelecer prioridades para 2027.
Orçamento	Orçamento 2026: R$ 250.000,00
Pontos críticos e riscos	Possibilidade de descontinuidade das atividades durante a mudança de gestão; insuficiência de recursos para manutenção das iniciativas; dependência de parcerias institucionais; dificuldades de articulação com escolas, entidades esportivas e organizações comunitárias.

Recomendações	Institucionalizar o planejamento anual das ações Porto–Cidade, com calendário, responsáveis, metas e indicadores. Consolidar o cadastro de instituições parceiras e beneficiários, com registro de participantes por atividade e município. Fortalecer a atuação integrada entre a Diretoria de Relações Institucionais, a comunicação institucional e as equipes socioambientais. Priorizar a continuidade das ações educativas e de inclusão social, ampliar a divulgação dos resultados e estabelecer mecanismos periódicos de avaliação do impacto das iniciativas nas comunidades atendidas.
Mais informações	Portos RS – Minha Cidade Tem um Porto / Site: https://www.portosrs.com.br/site/

CONTRATOS EM ANDAMENTO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO					
Número	**Objeto**	**Contratado**	**Valor**	**Vigência**	**Status**
1742/2026	Concessão de patrocínio para a realização do Projeto “Minha Cidade Tem um Porto”, iniciativa da Câmara do Comércio da cidade do Rio Grande, voltada a conectar Porto e Comunidade por meio de ações de valorização da identidade local, educação, cultura, cidadania, memória e integração porto–cidade	Câmara do Comércio de Rio Grande	R$ 250.000,00	1º de maio prorrogado até dezembro de 2026	Em andamento

7. Transformação Digital, Sistemas e Infraestrutura de TI

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	Transformação Digital, Modernização dos Sistemas e Infraestrutura de Tecnologia da Informação
Base legal	Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais); Lei nº 13.709/2018 (LGPD); Lei nº 14.129/2021 (Lei do Governo Digital, quando aplicável); e normativos internos da Portos RS relacionados à governança, segurança da informação e modernização tecnológica.
Unidade responsável	Gerência de Tecnologia da Informação – GTI, vinculada à Presidência da Portos RS
Órgãos e entidades parceiras (se houver)	Procergs
Objetivo	Promover a transformação digital e a modernização contínua dos sistemas, serviços e infraestrutura de tecnologia da informação da Portos RS, assegurando disponibilidade, segurança, integração,

	confiabilidade e eficiência dos recursos tecnológicos necessários à gestão administrativa e às operações portuárias. A ação busca garantir a continuidade dos sistemas corporativos e operacionais, aprimorar a segurança da informação, modernizar equipamentos e redes, ampliar a capacidade de atendimento tecnológico e desenvolver soluções digitais que contribuam para a eficiência operacional, a governança institucional e a qualidade dos serviços prestados pela Autoridade Portuária.
Justificativa	A ação é essencial para garantir a continuidade, segurança e eficiência dos serviços tecnológicos da Portos RS, assegurando o funcionamento dos sistemas corporativos e operacionais, a modernização da infraestrutura de TI e a proteção das informações institucionais. Sua continuidade permite reduzir riscos de indisponibilidade, obsolescência tecnológica e incidentes de segurança, além de promover a transformação digital e apoiar a melhoria dos processos administrativos e portuários.
Principais instrumentos	Execução e fiscalização de contratos de serviços especializados de TI, incluindo suporte técnico, manutenção e evolução dos sistemas PortoWeb e demais soluções corporativas, aquisição e renovação de equipamentos, manutenção de redes e servidores, conectividade, licenciamento de softwares, soluções de backup e segurança da informação. Contempla ainda projetos de modernização tecnológica, integração de sistemas, automação de processos, governança de TI e ações voltadas à continuidade dos serviços digitais.
Público-alvo e abrangência	Empregados, gestores, dirigentes, colaboradores e usuários dos sistemas e serviços tecnológicos da Portos RS, abrangendo as unidades administrativas e operacionais dos portos de Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre. Indiretamente, beneficia operadores portuários, arrendatários, prestadores de serviços e demais integrantes da comunidade portuária que utilizam os sistemas e serviços digitais da Autoridade Portuária.
Beneficiários diretos	Empregados, colaboradores e usuários internos e externos atendidos pelos sistemas, infraestrutura e serviços de tecnologia da informação da Portos RS.

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

Entre os principais resultados e entregas, destacam-se:

- Suporte técnico e atendimento aos usuários: manutenção dos serviços de atendimento às demandas de tecnologia da informação, com registro de 387 chamados no sistema GLPI no segundo trimestre de 2026, abrangendo solicitações de suporte, manutenção e resolução de problemas técnicos.

- Sustentação dos sistemas corporativos: continuidade do suporte e da manutenção de sistemas utilizados nas atividades administrativas e operacionais da Portos RS, incluindo o Sistema Porto e o PortoWeb, com acompanhamento de demandas corretivas e evolutivas.
- Infraestrutura tecnológica: execução de atividades de manutenção de equipamentos, redes, servidores e serviços de conectividade, buscando assegurar o funcionamento dos recursos tecnológicos nas unidades de Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre.
- Segurança da informação e continuidade operacional: desenvolvimento de iniciativas relacionadas à proteção de dados, rotinas de backup e avaliação de soluções para ampliar a segurança e a capacidade de recuperação dos ambientes tecnológicos.
- Modernização e contratações de TI: elaboração e instrução de processos para aquisição de equipamentos e contratação de soluções tecnológicas, incluindo computadores, equipamentos de rede, soluções de backup, videoconferência e serviços especializados.
- Planejamento e governança: consolidação de instrumentos de planejamento de tecnologia, incluindo o Plano Diretor de TIC (PDTIC) 2027–2032, o planejamento operacional da GTI e o planejamento das contratações necessárias à continuidade e modernização dos serviços.
- Gestão de serviços e indicadores: utilização do GLPI desde janeiro de 2026 para registro e acompanhamento de chamados, com monitoramento da disponibilidade do PortoWeb e dos incidentes críticos.
- Políticas e resiliência: elaboração do Plano de Recuperação de Desastres (DRP), com análise de impacto, metas de recuperação (RTO/RPO) e diretrizes de backup; desenvolvimento de políticas de redes, câmeras e cibersegurança.
- Agenda de continuidade: execução do planejamento de TIC 2027–2032, priorizando renovação de servidores, armazenamento, redes e energia, além da continuidade das contratações de suporte, impressão, equipamentos, videoconferência e backup.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Etapa atual	**Status:** [ ] em planejamento [ ] em contratação [X] em execução [ ] encerramento A ação encontra-se em execução continuada, contemplando a manutenção e sustentação dos sistemas corporativos e portuários, suporte técnico aos usuários, gestão dos contratos de TI, manutenção da infraestrutura tecnológica e desenvolvimento de projetos de modernização. Estão em andamento iniciativas relacionadas à renovação do parque computacional, atualização de redes, soluções de backup, segurança da informação e evolução do Sistema PortoWeb. Por se tratar de atividade permanente e essencial ao funcionamento da Portos RS, a etapa de execução permanecerá durante a transição de gestão e nos exercícios seguintes, com implementação gradual dos projetos e investimentos previstos no planejamento tecnológico.
Próxima etapa	Nos primeiros 100 dias da nova gestão deverá ser priorizada a continuidade dos contratos e serviços essenciais de TI, com

	avaliação das vigências contratuais, acompanhamento das contratações em andamento e definição das prioridades de investimento para 2027. Recomenda-se dar prosseguimento aos projetos de modernização da infraestrutura, renovação de equipamentos, fortalecimento da segurança cibernética, implantação de soluções de backup e recuperação de desastres e evolução dos sistemas portuários.
Orçamento	Orçamento dotação com alteração 2026: Orçamento liquidado até ago/2026: Fonte do recurso:
Pontos críticos e riscos	Descontinuidade de contratos essenciais de TI, a obsolescência de equipamentos, a indisponibilidade dos sistemas PortoWeb e demais soluções corporativas, falhas de conectividade, incidentes de segurança cibernética e limitações dos mecanismos de backup e recuperação de desastres. Destacam-se também a dependência de fornecedores especializados, a necessidade de conclusão das contratações de modernização tecnológica e o aprimoramento do monitoramento dos indicadores de disponibilidade e atendimento de incidentes.
Recomendações	Assegurar a continuidade dos contratos e serviços essenciais de TI, priorizando a modernização da infraestrutura de redes, a renovação do parque tecnológico, o fortalecimento da segurança da informação e a implantação de soluções de backup e recuperação de desastres. Sugere-se dar continuidade à evolução dos sistemas portuários, consolidar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2027–2032, aprimorar a gestão e fiscalização contratual e estabelecer acompanhamento sistemático dos indicadores de desempenho, com foco na disponibilidade dos sistemas, redução de incidentes e eficiência dos serviços tecnológicos.

CONTRATOS EM ANDAMENTO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

Número	Objeto	Contratado	Valor	Vigência	Status
1303/2023	Sustentação, suporte, manutenção e evolução do Sistema Porto e ambiente computacional associado.	JOIN Tecnologia da Informática Ltda.	R$ 3.204.720,00	23/06/2027	Em execução
1281/2023	Operação e armazenamento de dados, infraestrutura em nuvem, redes, internet,	PROCERGS	R$ 720.000,00	05/04/2027	Em execução

	equipamentos e serviços de TI.				
1673/2025	Assistência técnica e manutenção preventiva e corretiva de software e hardware nas três unidades da Portos RS.	Ilha Service Tecnologia e Serviços Ltda.	R$ 468.000,00	12/11/2026	Em execução
1512/2024	Licenciamento de softwares, implementação, migração, suporte técnico e atualizações.	Tecnetworking Serviços e Soluções em TI Ltda.	R$ 3.326.776,00	27/11/2027	Em execução
1511/2024	Licenciamento de softwares, implementação, migração, suporte e atualizações — lotes 2 e 4.	Acompany Comércio de Equipamentos Eletrônicos Ltda.	R$ 354.508,20	27/11/2027	Em execução
1509/2024	Fornecimento de licenças e subscrições de softwares.	THC Assessoria e Tecnologia Ltda.	R$ 45.437,76	27/11/2027	Em execução
1510/2025	Licenciamento de softwares, implementação, migração, suporte e atualizações.	Weikan Comércio e Serviços Ltda.	R$ 15.767,00	27/11/2027	Em execução
1675/2025	Aquisição de 16 computadores, com sistema operacional, instalação, manutenção e garantia de 60 meses.	Microtécnica Informática Ltda.	R$ 88.697,60	14/11/2026	Em execução
1363/2023	Telefonia móvel, comunicação de voz e dados e acesso à internet móvel.	Telefônica Brasil S.A.	R$ 49.510,93	22/11/2026	Em execução

1561/2025	Telefonia fixa, troncos digitais e serviços de comunicação.	Método Telecomunicações e Comércio Ltda.	R$ 17.100,00	01/04/2027	Em execução
1787/2026 – Lote 01	Prestação de serviços de telecomunicações por fibra óptica.	Brasil Serviços de Telecomunicações Ltda.	R$ 38.866,80	10/07/2027	Em Execução
788/2026 – Lote 02	Conexão à Internet via satélite Banda Ka – LEO, incluindo instalação, suporte técnico, monitoramento e manutenção corretiva	Megawlan Soluções Ltda.	R$ 83.899,99	17/07/2027	Em Execução

LICITAÇÕES EM ANDAMENTO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO			
Processo	**Objeto**	**Fase atual**	**Próximas etapas**
PE nº 0022/2026	Aquisição de equipamentos de informática, componentes e periféricos, incluindo monitores, teclados, suportes e peças de reposição.	Análise de propostas, diligências e qualificação técnica dos lotes.	Concluir pareceres técnicos, subsidiar julgamento, homologação e contrataçãa
PE nº 0014/2026	Contratação de solução de videoconferência, incluindo equipamentos, instalação, configuração e suporte.	Análise de habilitação e qualificação técnica, conforme últimos documentos localizados.	Concluir avaliação dos atestados, subsidiar julgamento e prosseguir com homologação e contratação.
Registro de Preços – Computadores	Aquisição de 70 desktops e 40 notebooks para renovação do parque tecnológico.	Documentação técnica elaborada e ajustada: DFD, ETP, TR, NT e Matriz de Riscos.	Confirmar aprovação administrativa, publicar edital e realizar procedimento licitatório.
Aquisição de Switches	Aquisição de oito switches gerenciáveis Layer 3, 48 portas Gigabit e PoE, para modernização da infraestrutura de rede.	Fase preparatória documentada, com ETP, TR, NT e demais instrumentos.	Concluir validações, encaminhar à licitação e realizar contratação.
Solução Corporativa de Backup	Contratação de solução de backup e recuperação de dados, Acronis ou equivalente, para proteção de servidores e sistemas críticos.	Instrução técnica documentada com DFD, ETP, TR, NT, ANS e Matriz de Riscos.	Validar documentação, concluir trâmites licitatórios e implantar a solução.

8. Desenvolvimento de Negócios e Exploração de Áreas Portuárias

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	Estruturação de Projetos e Oportunidades de Outorga
Base legal	Lei Federal nº 12.815, de 5 de junho de 2013 (Lei dos Portos); Resolução ANTAQ nº 127, de 8 de abril de 2025;

	Portaria MINFRA nº 51, de 23 de março de 2021; e demais normas aplicáveis à exploração e à destinação de áreas nos portos organizados.
Unidade responsável	Gerência de Planejamento e Desenvolvimento – GPD, vinculada à Presidência da Portos RS.
Órgãos e entidades parceiras (se houver)	Não há.
Objetivo	Promover o aproveitamento econômico e estratégico das áreas e instalações sob gestão da Portos RS, mediante identificação de oportunidades de negócios, prospecção de interessados, elaboração e análise de estudos técnicos, estruturação de instrumentos de exploração e encaminhamento de processos de destinação de áreas, visando ampliar investimentos, qualificar a infraestrutura e fortalecer a competitividade dos portos públicos gaúchos.
Justificativa	A continuidade da ação é essencial para ampliar a utilização produtiva das áreas portuárias, atrair investimentos, fortalecer receitas patrimoniais e operacionais e estimular o desenvolvimento econômico e logístico do Estado. A manutenção dos processos em andamento evita a perda de oportunidades comerciais e assegura a evolução dos estudos, das autorizações e dos procedimentos necessários à exploração regular das áreas.
Principais instrumentos	Prospecção de investidores e interessados; identificação e avaliação de áreas disponíveis; estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental (EVTEA); instrução de processos administrativos; elaboração de notas e pareceres técnicos; interlocução com órgãos reguladores; estruturação de arrendamentos e demais instrumentos de uso legalmente admitidos; encaminhamento de áreas para procedimentos licitatórios; gestão de carteira de oportunidades.
Público-alvo e abrangência	Empresas dos setores portuário, logístico, industrial e de comércio exterior, operadores e potenciais investidores. Abrangência nas áreas e instalações sob administração da Portos RS, especialmente nos portos de Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre, com repercussão econômica regional, estadual e nacional.
Beneficiários diretos	Empresas e interessados nos processos de exploração de áreas portuárias, bem como a própria Portos RS, pela possibilidade de melhor aproveitamento de seus ativos.

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

Ao longo do período, a Portos RS, por meio da Gerência de Planejamento e Desenvolvimento (GPD), avançou na estruturação de projetos voltados à destinação e à exploração econômica de áreas e instalações portuárias, com o objetivo de ampliar o

aproveitamento dos ativos sob sua administração, promover novos investimentos e fortalecer a capacidade operacional dos portos públicos gaúchos.

Nesse contexto, foi encaminhada ao Ministério de Portos e Aeroportos (MPOR) proposta de organização e priorização da carteira de projetos da Portos RS, contemplando a definição da ordem de prioridade das iniciativas, com o objetivo de conferir maior eficiência e assertividade ao processo de análise, definição e classificação dos projetos.

Entre as iniciativas estruturadas no período, destacam-se:

- Canal de Acesso: estruturação da concessão dos acessos aquaviários aos Portos de Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre, abrangendo também a Hidrovia da Lagoa dos Patos/Guaíba e a Lagoa Mirim;

- RIG13/RIG14 – Porto do Rio Grande: estruturação de projeto de arrendamento para movimentação de granéis sólidos agrícolas;

- RIG28 – Porto do Rio Grande: estruturação de projeto de arrendamento para movimentação de granéis líquidos;

- RIG25 – Porto do Rio Grande: estruturação de projeto de arrendamento para movimentação de granéis líquidos;

- RIG40 – Porto do Rio Grande: estruturação de projeto de arrendamento para armazenamento de granéis líquidos;

- RIG79/RIG80 – Porto do Rio Grande: estruturação de projeto de arrendamento para armazenamento de granéis sólidos;

- POA20 – Porto de Porto Alegre: estruturação de projeto de arrendamento para movimentação de granéis líquidos;

- RIG23 – Porto do Rio Grande: estruturação de projeto de arrendamento para movimentação de granéis líquidos.
    -
- PEL02/PEL03 – Porto de Pelotas: conclusão e análise interna do Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) simplificado, com encaminhamento à Secretaria

Nacional de Portos, em março de 2026, e solicitação de inclusão das áreas no rol de áreas licitáveis.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Etapa atual	**Status:** [ ] em planejamento [ ] em contratação [X] em execução [ ] encerramento A ação encontra-se em execução contínua, com prospecção de oportunidades de negócios, elaboração e análise de estudos de viabilidade, instrução de processos administrativos e encaminhamento de áreas para exploração econômica.
Próxima etapa	Acompanhar a carteira de projetos junto ao Poder Concedente, elaborar EVTEAs para áreas com potencial de exploração portuária, manter atualizada a carteira de oportunidades, identificar e avaliar novas possibilidades de destinação de áreas e acompanhar o andamento dos processos e das tratativas necessárias à viabilização de futuros arrendamentos.
Pontos críticos e riscos	Dependência de autorizações e manifestações de órgãos externos; demora na análise de estudos e processos; necessidade de complementações técnicas; ausência ou desistência de interessados; alterações regulatórias.
Recomendações	Manter atualizada a carteira de áreas disponíveis e oportunidades de negócios, com indicação do estágio de cada processo, pendências, responsáveis e próximos encaminhamentos. Fortalecer a articulação com a Secretaria Nacional de Portos e a ANTAQ, padronizar os procedimentos de instrução e acompanhamento e priorizar áreas com maior viabilidade de destinação.
Mais informações	Novos Negócios - https://www.portosrs.com.br/site/estrutural/novos_negocios

CONTRATOS EM ANDAMENTO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

Número	Objeto	Contratado	Valor	Vigência	Status
1477/2024	Arrendamento da área RIG71, com 11.440,89 m², no Porto do Rio Grande.	AC Vita Serviços de Armazenagem Ltda.	R$ 59.902,77 ao mês	02/08/2034	Vigente
1495/2024	Uso temporário das áreas PEL02 e PEL03, no Porto de Pelotas, para movimentação e armazenagem de carga geral conteinerizada.	Freedom Veículos Elétricos LTDA	R$ 14.440,00 ao mês	14/10/2028	Vigente

1784/2026	Arrendamento transitório de duas áreas no Porto do Rio Grande.	Braskem S.A.	Valor Fixo do Contrato: R$ 241.933,30 + Valor Variável: 1,34	09/07/2027	Vigente
04/2021	Arrendamento de áreas e instalações portuárias no Porto de Pelotas.	CMPC Celulose Riograndense Ltda.	Valor Fixo do Contrato: R$ 81.539,50 + Valor Variável: R$ 1,83	13/08/2031	Vigente
1012/2019	Cessão de uso oneroso de área de 184.207,46 m^2, em São José do Norte, para atividades do polo naval e operações offshore.	Estaleiros do Brasil Ltda. – EBR	Valor Mensal de Amortização 718.040,68 + 50% da Tabela V por t.	04/07/2039	Vigente
1564/2025	Arrendamento da área RIG10, com 8.670 m^2, para movimentação e armazenagem de carga geral.	Sagres Operações Portuárias Ltda.	R$ 66.444,70 por mês	15/05/2035	Vigente
1452/2024	Arrendamento da área POA02, no Porto de Porto Alegre.	Serra Morena Corretora Ltda.	R$ 105.310,68 por mês	16/05/2034	Vigente
001/1997	Arrendamento do Terminal de Contêineres do Porto do Rio Grande – TECON.	Tecon Rio Grande S.A.	R$ 610.272,73 + R$ 7,57 por t. de carga geral + R$ 89,81 por unidade de contêiner	03/02/2047	Vigente
002/1997	Arrendamento do Terminal de Granéis Sólidos (Terminal de Trigo e Soja).	Tergrasa – Terminal Graneleiro S.A.	R$ 1.102.507,74 + R$ 4,29 por t.	17/04/2027	Vigente
1313/2023	Cessão de uso oneroso de área de 68.383,22 m^2 para implantação de instalação portuária destinada à movimentação de granéis sólidos vegetais.	Vanzin Terminais e Serviços Aduaneiros	Valor anual do Contrato: R$ 2.625.493,00	01/08/2048	Suspenso

001/2002	Arrendamento do Terminal nº 1, localizado na 2ª Secção da Barra, no Porto do Rio Grande.	Petrobras Transportes S.A. – Transpetro	R$ 244.639,94 por mês	23/12/2032	Vigente
001/1996	Arrendamento de áreas e instalações de apoio, tubovias e estruturas portuárias.	Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras	R$ 491.115,84 + R$ 1,52 por t	31/12/2026	Vigente
1300/2023	Elaboração de estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental (EVTEA) e assessoramento em procedimentos licitatórios de áreas portuárias.	Eagle Consultoria Econômica e de Engenharia Ltda.	R$ 473.390,00	14/06/2027	Em execução

Encerramento

Este **Livro** encerra o registro do ciclo de gestão 2023–2026 e reúne informações destinadas a preservar a memória institucional e contribuir para a continuidade administrativa do Estado.

Governo do Estado do Rio Grande do Sul | Gestão 2023–2026

Governador | Eduardo Leite **- Vice-governador** | Gabriel Souza

1. **Casa Civil** | Ranolfo Vieira Júnior
2. **Casa Militar** | Cel. Luciano Chaves Boeira
3. **Procuradoria-Geral do Estado** | Eduardo Cunha da Costa
4. **Sec. da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação** | Márcio Madalena
5. **Secretaria de Comunicação** | Caio Tomazeli
6. **Secretaria da Cultura** | André José Kryszczun
7. **Secretaria de Desenvolvimento Econômico** | Leandro Evaldt
8. **Secretaria de Desenvolvimento Rural** | Gustavo Paim
9. **Secretaria de Desenvolvimento Social** | Gustavo Segabinazzi Saldanha
10. **Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano** | Davi Severgnini
11. **Secretaria da Educação** | Stefanie Eskereski
12. **Secretaria do Esporte e Lazer** | Joel Maraschin
13. **Secretaria da Fazenda** | Pricilla Maria Santana
14. **Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária** | Bruno Silveira
15. **Secretaria de Inovação, Ciência e Tecnologia** | Lisiane Lemos
16. **Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos** | Fabricio Guazzelli Peruchin
17. **Secretaria de Logística e Transportes** | Clóvis Garcez Magalhães
18. **Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura** | Isa Carla Osterkamp
19. **Secretaria da Mulher** | Ana Costa
20. **Secretaria de Obras Públicas** | Izabel Matte
21. **Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão** | Danielle Calazans
22. **Secretaria da Reconstrução Gaúcha** | Pedro Capeluppi
23. **Secretaria da Saúde** | Arita Bergmann
24. **Secretaria da Segurança Pública** | Mário Yukio Ikeda
25. **Secretaria de Sistemas Penal e Socioeducativo** | Cesar Rossato
26. **Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Profissional** | José Scorsatto
27. **Secretaria de Turismo** | Raphael Ayub
28. **Secretaria Extraordinária Geral de Governo** | Artur Lemos
29. **Secretaria Executiva Particular do Governador** | Ester Rodrigues
30. **Chefia de Gabinete do Governador** | Euclides Maria da Silva Neto

Coordenação do material
Subsecretaria de Planejamento – SUPLAN
Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão – SPGG

subsecretariadeplanejamento@spgg.rs.gov.br

- **Projeto gráfico e diagramação**
Assessoria de Comunicação – ASCOM
Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão – SPGG